



*Relatório
e Contas*
2017



EPAL

Grupo Águas de Portugal



Índice

A Empresa

Mensagem do Presidente	7
Quem somos	10
Missão, objetivos e políticas	10
A Empresa	13
Cadeia de Valor	15
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	16
Carteira de Participações e Sucursais	17
Síntese de indicadores	18
Reconhecimento / Prémios / Certificações	20
Destaques do ano / Principais acontecimentos	22

Relatório de Gestão

Linhas Estratégicas	26
Enquadramento	30
- A Envolvente	30
- O Setor	33
- A Regulação	37
O Negócio	40
- Introdução	40
- Água em Alta	40
- Água em Baixa	41
- Outras Atividades	41
Sustentabilidade	42
- Enquadramento	42
- Stakeholders / Partes Interessadas	44
- Gestão do Risco	49
- Atividade Operacional	52
- Gestão do Capital Humano	82
- Financeira	86
- Investigação e Desenvolvimento / Inovação	94
- Eventos Posteriores ao Fecho	96
- Cumprimento das Orientações Legais	97
Perspetivas Futuras	118
Considerações Finais	120
Proposta de Aplicação de resultados	122
Anexo ao Relatório	124

Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017

Demonstrações Financeiras	129
Relatório e parecer do Fiscal Único	180
Certificação Legal das Contas	182



A person wearing a green lab coat and safety glasses is using a pipette to transfer liquid into a small vial. The background is a blurred laboratory setting with various pieces of equipment and a bright light source. The text "A Empresa" is overlaid on the image in a blue, italicized serif font.

A Empresa



Mensagem do Presidente

A contínua reestruturação do setor público das águas e saneamento, iniciada em 2015, e complementada no ano de 2017, mereceram da parte dos responsáveis, trabalhadoras e trabalhadores da EPAL um envolvimento que permitiu responder com elevada eficiência aos desafios lançados, possibilitando atingir performances e resultados mais uma vez dignos de registo.

De facto, e no âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com a publicação do Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, foram criados dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais, o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, e foi redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, para Águas do Vale do Tejo, tendo por essa via sido substancialmente alterado o âmbito territorial da gestão delegada da EPAL.

Tanto ao nível da gestão da própria empresa, como sobretudo da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, deu-se continuidade ao aperfeiçoamento de metodologias e práticas tendo como fim a melhoria generalizada dos processos da empresa, bem como o relacionamento com os municípios por ela servidos.

O ano de 2017, e a atividade da EPAL, foram marcados pela seca severa e extrema que assolou o nosso País, tendo a EPAL atravessado esse período crítico sem qualquer diminuição dos seus níveis de serviço, em virtude do eficaz planeamento efetuado ao longo dos anos, permitindo assim estar preparada para estes tipos de ocorrências. Mesmo ao nível da Águas do Vale do Tejo, empresa numa fase diferente de desenvolvimento comparativamente à da EPAL, os planos de contingência implementados e a gestão direta e nos próprios locais, permitiram igualmente a manutenção dos níveis de serviço necessários para a satisfação da população.

Os resultados líquidos do exercício, no montante de 50,1 milhões de euros, correspondem ao melhor valor da história da empresa, sendo o terceiro ano consecutivo em que tal sucede, sem operações não recorrentes, o que ilustra bem o trabalho desenvolvido por todas as trabalhadoras e trabalhadores ao longo do ano que, mesmo face às alterações organizacionais decorrentes do processo de cisão em apreço, mantiveram um elevado envolvimento na atividade específica da empresa, permitindo atingir resultados ímpares e de excelência, não só ao nível económico e financeiro, mas igualmente ao nível da qualidade do serviço público que prestamos.

Com o valor anual de 16,3 milhões de euros, o investimento realizado em 2017, concentrou-se na garantia da fiabilidade e segurança, mais concretamente na renovação das redes de adução e distribuição, e na garantia da qualidade, destacando-se o projeto de reabilitação da Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra, que absorveu cerca de 9,4 milhões de euros.

No decurso do exercício merece destaque o lançamento e execução de um ambicioso projeto, que consistiu em transformar a maior ETA do país, a ETA da Asseiceira, na primeira instalação do género, a nível mundial, 100% autossustentável em energia, com enormes vantagens ambientais e económicas. Este projeto foi realizado com base numa aposta da capacidade dos seus trabalhadores e trabalhadoras, criando valor para a empresa e para os stakeholders, com um reduzido investimento o que potenciará enormes poupanças futuras, para além dos enormes benefícios ambientais.

Relativamente a prémios e distinções externas, foram atribuídos pela ERSAR em parceria com o Jornal 'Água e Ambiente', 3 Selos de Qualidade de Serviços de Águas e Resíduos', os quais visam distinguir e divulgar as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais urbanas. Já no ENEG 2017 a EPAL foi distinguida com o Tubo de Ouro para a Garrafa Lisbon Soul, na categoria "melhor ação de inovação", e uma menção honrosa para o trabalho "Estratégia da EPAL para adaptação às alterações climáticas" na categoria "melhor estratégia de adaptação às alterações climáticas".

Com o êxito alcançado na 1.ª edição da Pós-Graduação em "Tecnologias e Gestão da Água", curso que junta as competências de duas faculdades de referência nacional e internacional - a FCT, na área da engenharia sanitária, e a NOVA SBE, na área da gestão -, que se aliam às competências de um conjunto de formadores oriundos do mundo empresarial do setor, iniciou-se em 2017 a 2.ª edição, ministrada na Academia das Águas Livres.

Uma especial referência ao lançamento da Garrafa Siza - Lisbon Soul. Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira e mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Na EPAL continua a viver-se o presente com serenidade e com a confiança de conseguirmos superar, com a excelência dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, todos os desafios que são colocados àquela que é hoje, a empresa de referência no setor.

Uma palavra de agradecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da EPAL pela excelência do trabalho realizado o qual, com a permanente cooperação da empresa com os municípios envolvidos, e com a preciosa ajuda do Acionista, da Entidade Reguladora e da Tutela, nos permitiram alcançar uma notável melhoria dos resultados, da sustentabilidade e dos indicadores de qualidade de serviço da empresa, afirmando-se como uma das principais referências, internacionalmente reconhecidas, do setor da água.

José Manuel Sardinha

Presidente do Conselho de Administração

[página em branco]

Quem somos

Missão, objetivos e políticas

MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da água. Orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

A EPAL, nas suas práticas quotidianas, orienta-se pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de Serviço;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

No enquadramento da Missão, Visão e Valores da EPAL, e num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e pr-eventando riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es, assumem os seguintes compromissos:

- Gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo - Assegurar a gestão e a exploração do sistema através da gestão delegada da empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT), nos termos da legislação aplicável e do contrato de concessão da AdVT, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos serviços prestados, recorrendo a profissionais qualificados e assegurar, a partir de planos, processos e procedimentos adequados, a garantia e a salvaguarda da qualidade dos seus produtos e serviços, essenciais para a saúde pública e para a preservação do ambiente. Assegurar a disponibilidade de informação e de todos os recursos necessários para atingir os objetivos e metas;
- Satisfação do/a Cliente e das outras Partes Interessadas - Antecipar, avaliar e promover, de uma forma contínua, a satisfação das necessidades e expectativas dos/as seus/suas clientes, trabalhadores/as, restantes partes interessadas e comunidade com vista à melhoria dos serviços prestados;
- Melhoria contínua conducente à eficácia e eficiência - Desenvolver as suas atividades e prestar serviços avaliando e otimizando os processos e recursos, enquanto fatores instrumentais imprescindíveis à melhoria contínua, promovendo iniciativas e projetos conducentes à eficácia e eficiência da Empresa;
- Conhecimento e Formação - Potenciar o conhecimento pessoal e a plena capacitação profissional de todos/as os/as trabalhadores/as e colaboradores/as, através da adequação e atualização de competências, da sensibilização e formação, fomentando o seu envolvimento, criatividade e responsabilidade individual;
- Preservação da condição humana - Avaliar e controlar os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança dos/as

trabalhadores/as, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que previnam a possibilidade de lesões e afeções para a saúde e a ocorrência de acidentes;

- Igualdade de género - Garantir a implementação das melhores práticas de promoção de igualdade de género, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais, implementando políticas adequadas de recursos humanos, como fator de desenvolvimento e de contributo ativo para a evolução da sociedade;
- Integridade, transparência e ética - Promover e assegurar práticas íntegras e transparentes de acordo com os princípios do pacto global das nações unidas e instruções nacionais e internacionais aplicáveis;
- Desenvolvimento sustentável - Promover os valores e as preocupações inerentes à prevenção e controlo dos impactos ambientais, com o objetivo de contribuir ativa e responsabilmente para um futuro sustentado, prevenindo a poluição e os acidentes ambientais e contribuindo para a preservação da biodiversidade e para a ecoeficiência das suas atividades;
- Racionalização dos investimentos - Formalizar metodologias e disponibilizar recursos de forma a garantir uma adequada gestão de ativos, maximizando o ciclo de vida dos ativos do negócio;
- Otimização dos recursos energéticos - Melhorar o desempenho energético global, nomeadamente o uso e consumo de energia e a eficiência energética, promovendo a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes;
- Responsabilidade social - Apoiar, promover e desenvolver ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos/as seus/suas trabalhadores/as, através da implementação de práticas de organização do trabalho que potenciem a conciliação e o equilíbrio entre as obrigações profissionais, familiares e a vida pessoal;
- Envolvimento da cadeia de fornecimento - Fomentar que empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços partilhem os mesmos valores, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas;
- Reforço da resiliência - Promover a adequada proteção da segurança das infraestruturas críticas, identificar e avaliar oportunidades e ameaças, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a potenciar a gestão dos riscos e de crises, para poder responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio;
- Seguranças da informação - Gerir, adequadamente, o risco dos sistemas de tecnologias de informação, contribuindo para uma utilização mais segura dos sistemas que suportam o negócio, de forma a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação da empresa e dos seus clientes.

A Empresa

A EPAL é sucessora da centenária CAL - Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL - Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL - Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de abril de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL - Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo AdP - Águas de Portugal SGPS, SA.

Atualmente a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa).

Em julho de 2015, a EPAL passou a ser responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sistema que integrava um universo de 86 municípios.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, foram criados dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, e foi redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., para Águas do Vale do Tejo, S.A., tendo por essa via sido substancialmente alterado o âmbito territorial da gestão delegada da EPAL.

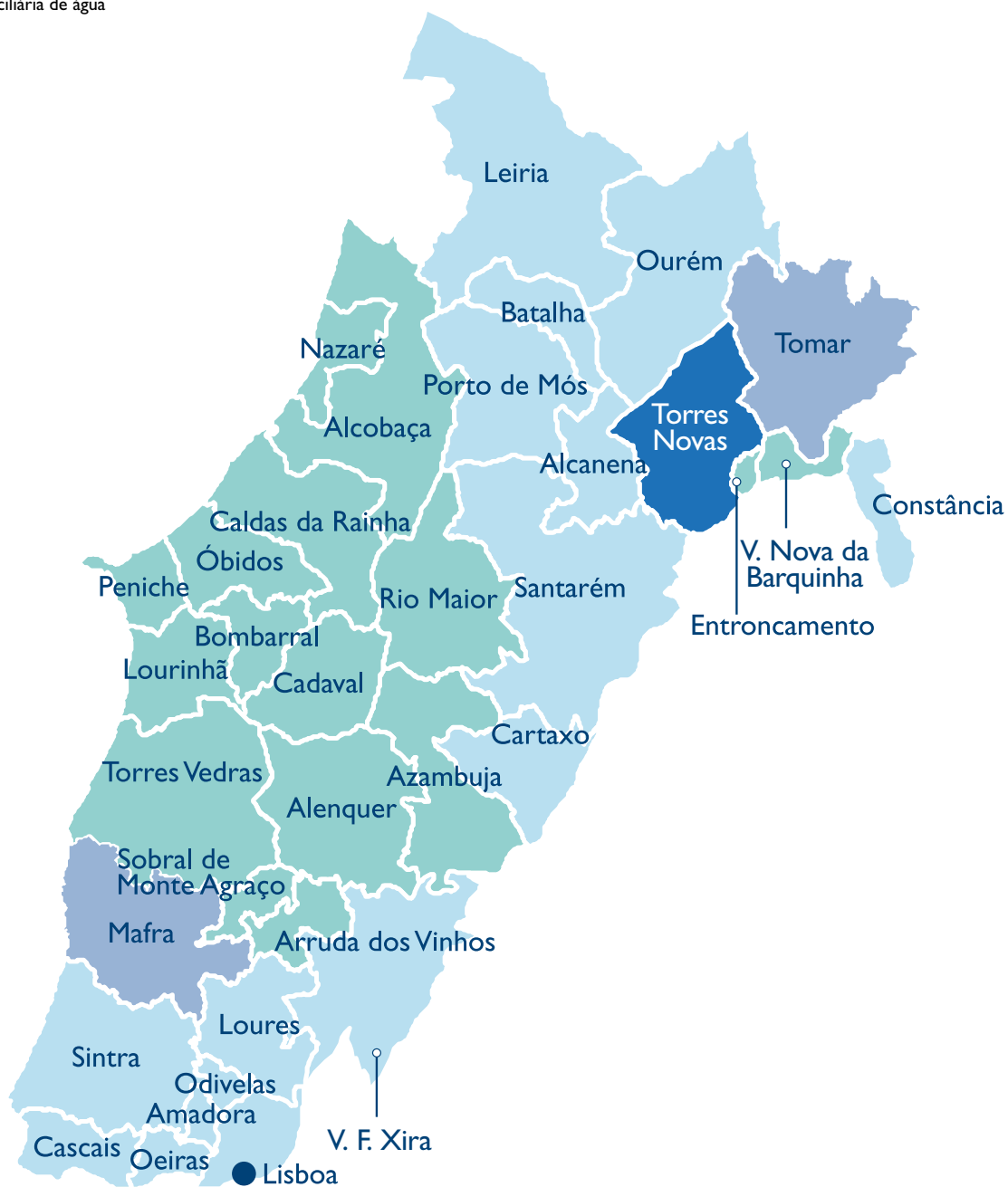
Com efeito, dos anteriores oito sistemas agregados mantêm-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles apenas na atividade de abastecimento. Os sistemas de saneamento anteriormente geridos pela Sanest, Simtejo e Águas do Oeste passaram, com a cisão em apreço, a ser da responsabilidade da Águas do Tejo e Atlântico, e o sistema de saneamento anteriormente gerido pela Simarsul passou a ser gerido pela “nova” Simarsul.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange agora os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Legenda:

- Municípios abastecidos diretamente pela EPAL
- Municípios abastecidos pela EPAL através da Águas do Vale do Tejo
- Municípios abastecidos pela EPAL e pela Águas do Vale do Tejo
- Município abastecido pela EPAL através das Águas do Ribatejo
- Município em que a EPAL assegura a distribuição domiciliária de água



Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem de água (captação) até à distribuição ao cliente final.

Operação - Água



Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

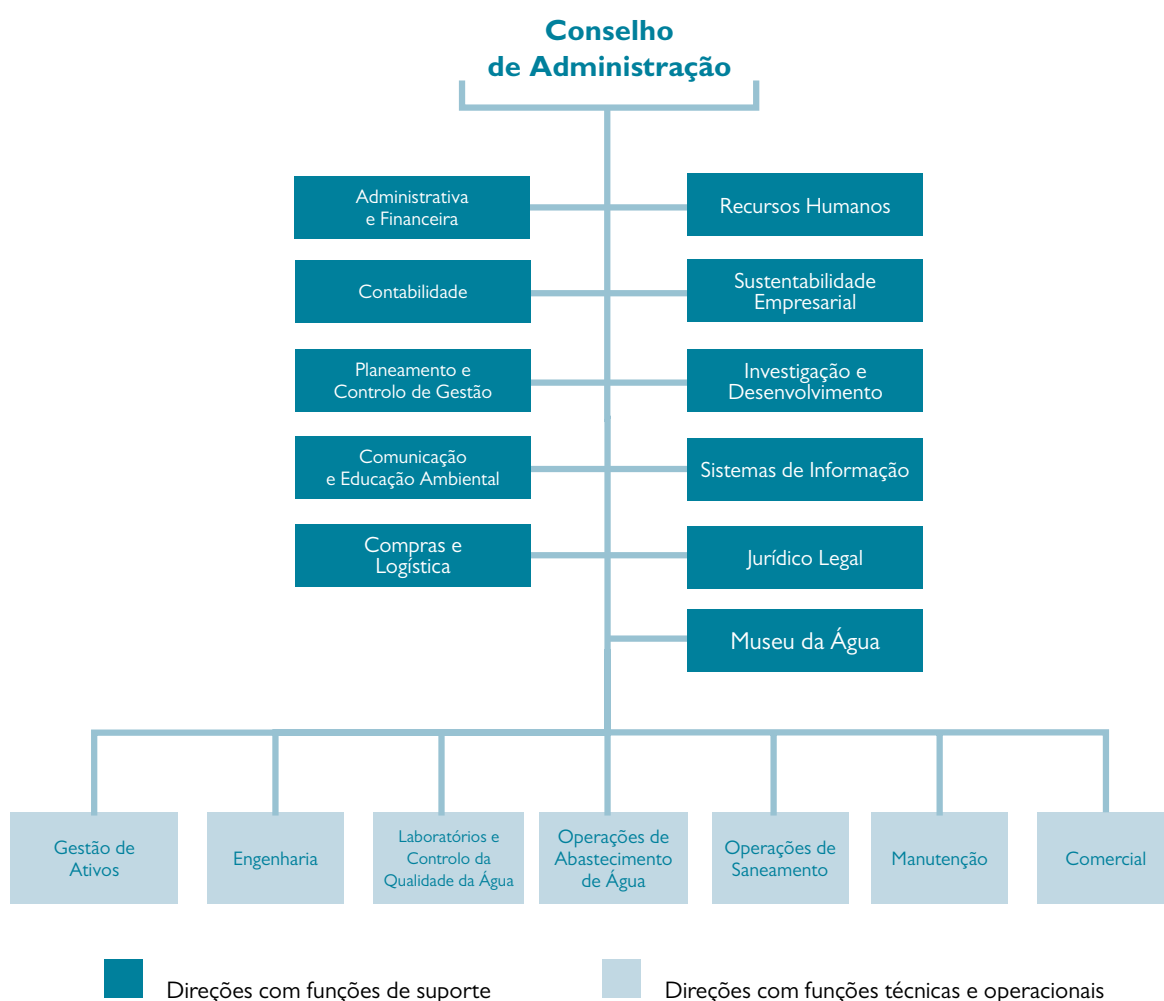
ESTRUTURA ACIONISTA

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A Águas de Portugal foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA, com 81%, e a Parcaixa, SGPS, SA., com 19%.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A reestruturação do Setor da Água, operada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, em que é atribuída à EPAL a gestão delegada do sistema da LVT deu origem, a qual se manteve após a publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, à alteração da estrutura orgânica da empresa, a qual passou a ser a seguinte:



ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

Vice-presidente | AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente | José Manuel Leitão Sardinha

Vogal | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Ana Sofia Pereira da Silveira

Vogal | Barnabé Francisco Primo Pisco

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Secretário da Sociedade

Efetivo | Luis Durão

Suplente | Bruno Cortes Lopes

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efetivo | Ernst & Young Audit & Associados - SROC S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira

Fiscal Único Suplente | Rui Abel Serra Martins

Revisor Oficial de Contas Efetivo | Ernst & Young Audit & Associados - SROC S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira

Revisor Oficial de Contas Suplente | Rui Abel Serra Martins

Comissão de Vencimentos

Presidente | João Nuno Marques de Carvalho Mendes

Vogal | Paulo Jorge Pinto da Silva

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Carlos Pimenta

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2017, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

Síntese de indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

Indicadores de Atividade

		2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Volume de água vendida	m ³	197 023 373	195 646 482	204 333 735	8 687 253	4,4%
Clientes Diretos	n.º	351 041	354 302	356 094	1 792	0,5%
Clientes Municipais	n.º	17	17	17	0	0,0%
Clientes Multimunicipais	n.º	2	2	2	0	0,0%
Municípios direta e indiretamente abastecidos (exclui Lisboa)	n.º	34	34	34	0	0,0%
Consumidores	n.º	2 842 185	2 843 632	2 850 476 ⁽¹⁾	6 844	0,2%
Área abastecida	km ²	7 095	7 095	7 095 ⁽²⁾	0	0,0%

(1) INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2016)

(2) Área em Km² (ano de referência 2016)

Indicadores Financeiros

		2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	150,0	0,0	0,0%
Capital Próprio	(milhões EUR)	579,1	602,1	612,9	10,8	1,8%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	857,1	862,3	862,1	-0,2	0,0%
Passivo Total	(milhões EUR)	278,0	260,1	249,1	-11,0	-4,2%
Volume de Negócios	(milhões EUR)	143,9	151,0	159,3	8,2	5,5%
CMVMC	(milhões EUR)	2,2	1,7	1,8	0,1	7,1%
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	28,9	32,2	30,9	-1,2	-3,9%
Gastos Operacionais / Vol. Negócios	n.º	0,56	0,56	0,55	0,01	-1,8%
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	10,2	13,0	16,3	3,4	25,9%
Investimento (ativos intangíveis)	(milhões EUR)	0,0	6,4	0,0	-6,4	-100,0%
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	169,5	151,5	133,4	-18,1	-12,0%
EBITDA ajustado ⁽¹⁾	(milhões EUR)	92,5	94,5	99,1	4,6	4,9%
Margem EBITDA (ajustado)	%	64,3	62,6	62,2	-0,4 p.p.	-0,6%
Endividamento Líquido / EBITDA (ajustado)	n.º	1,18	0,75	0,48	-0,3	-36,0%
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	47,1	49,7	50,1	0,3	0,7%
ROCE	%	8,8	9,1	9,6	0,5 p.p.	5,7%
Evolução do Número de Trabalhadores	n.º	1.494	1.467	1.007	-460	-31,4%
N.º de Trabalhadores ⁽²⁾ (EPAL)	n.º	647	647	647	0	0,0%
N.º de Trabalhadores ⁽²⁾ (LVT/AdVT)	n.º	847	820	360	-460	-56,1%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	43	39	42	3	7,7%
Prazo Médio de Recebimentos	dias	51	51	48	-3	-5,9%

(1) O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos.

(2) De acordo com a origem (em 2015 e 2016 - LVT; em 2017- AdVT)

[página em branco]

Reconhecimento / Prémios / Certificações

ERSAR - Água e Ambiente



Os “Selos de Qualidade de Serviços de Águas e Resíduos” é uma iniciativa da ERSAR em parceria com o Jornal “Água e Ambiente” que visa distinguir e divulgar as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais urbanas.

Em 2017, a EPAL arrecadou 3 selos:

“Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano” para o Serviço em “Alta”;

“Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano” para o Serviço em “Baixa”;

“Selo de Qualidade em Abastecimento Público de Água” para Serviço em “Alta”.

ENEG

O ENEG 2017 (Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento) organizado pela APDA (Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas) distinguiu a EPAL com os prémios:

- Tubo de Ouro para a Garrafa Lisbon Soul na categoria “melhor ação de inovação” e
- Menção Honrosa para o trabalho “Estratégia da EPAL para adaptação às alterações climáticas” na categoria “melhor estratégia de adaptação às alterações climáticas”.

Satisfação de Clientes - ECSI



De acordo com o Estudo de Satisfação ECSI 2017, EPAL aumenta a Satisfação e tem mais Clientes a beber água da torneira evidenciando acréscimo da Confiança na Empresa e no Serviço Prestado.

A Qualidade Global da Empresa e a Qualidade da Água mantiveram uma avaliação muito positiva e a atividade comercial continua a registar classificações elevadas relativamente à Adequação dos Meios de Pagamento, à Fiabilidade dos

Produtos e Serviços e às Instalações do atendimento e ainda quanto à Periodicidade da faturação, evidenciando uma subida face a 2015.

No que respeita à Satisfação, a EPAL alcança em 2017 uma pontuação nunca antes obtida de 7,87 (numa escala de 0 a 10). O volume de Clientes que Bebe Água da Torneira aumentou de 85% para 87%, uma percentagem nunca antes alcançada.

Prémio Reconhecimento de Práticas Responsabilidade Social

A Associação Portuguesa de Ética Empresarial, na 3ª edição (2017) do Prémio Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social, entregou à EPAL o Diploma de Reconhecimento relativo aos projetos:



"Juntos Somos + Energia", na categoria "comunicação"



"Pátio da Água", na categoria "comunidade"

Destaques do ano / Principais acontecimentos

O ano de 2017 ficou marcado pelo processo de reorganização do setor, com a publicação do Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março, que estabeleceu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criando dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais, o sistema da Grande Lisboa e Oeste, e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, para Águas do Vale do Tejo, tendo por essa via sido alterado o âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se cinco na AdVT, sendo que um deles apenas na atividade de abastecimento.

Foi pois um novo desafio que a EPAL conseguiu ultrapassar, ao nível da gestão da própria empresa, dando-se continuidade ao aperfeiçoamento de metodologias e práticas tendo como fim a melhoria generalizada dos processos da empresa, bem como o relacionamento com os municípios por ela servidos.

O ano de 2017, e a atividade da EPAL, foram significativamente marcados pela seca severa e extrema que assolou o nosso País, tendo a EPAL atravessado esse período crítico sem qualquer diminuição dos seus níveis de serviço, em virtude do eficaz planeamento efetuado ao longo dos anos, permitindo assim estar preparada para estes tipos de ocorrências. Mesmo ao nível da Águas do Vale do Tejo, empresa mais recente os planos de contingência implementados e a gestão direta e nos próprios locais, permitiram igualmente a manutenção dos níveis de serviço necessários para a satisfação da população, tendo-se promovido diversas iniciativas, como por exemplo a Campanha “Um minuto por dia, vamos fechar a torneira à seca”.

O ano de 2017 ficou marcado por um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado líquido do exercício, no montante de 50,1 milhões de euros, que consubstancia-se no melhor resultado de sempre da Empresa ao longo da sua existência, expurgando operações extraordinárias e não recorrentes. Com o sustentado crescimento do volume de negócios, assim como do EBITDA, verifica-se uma melhoria global nos indicadores da Empresa, o que reforça a consolidação de uma sólida estrutura e posição financeira.

No que concerne aos investimentos da EPAL em 2017, que teve um aumento em quase 25% face ao ano anterior, destaca-se a reabilitação da Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra, Esta “nova” ETA vê remodeladas e reformuladas as suas etapas de tratamento, que garantem o cumprimento da legislação em vigor, no que diz respeito à qualidade da água para consumo humano.

Durante 2017 a EPAL iniciou o processo de renovação da sua frota a qual, frutos dos diversos impedimentos, se encontrava muito envelhecida e desadequada em termos ambientais. Assim a EPAL, em estreita articulação com a AdP Energias, lançou os procedimentos para todas as empresas do grupo AdP, para aquisição de viaturas operacionais elétricas em regime de AOV, com o apoio financeiro do Fundo Ambiental. Também foram lançados os concursos para a substituição das restantes viaturas.

Este ano comemoraram-se ainda os 30 anos da instalação do Castelo do Bode, aproveitando para se proceder ao lançamento do Projeto 0% energia da ETA da Asseiceira. De extrema importância não só para a Empresa,

mas também para o País, pelo exemplo que representará para outras empresas do setor, irá transformar esta instalação de abastecimento na primeira 100% autossustentável em energia, com enormes vantagens ambientais e económicas, permitindo com pouco fazer muito, ou seja, com um reduzido investimento potenciar enormes poupanças futuras.

Regista-se ainda a inauguração do novo Centro de Comando Central da EPAL, sediado no Parque das Nações, que contou com a presença do Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, e o qual dispõe de um Centro de Operações e de um Centro de Intervenções responsáveis pela receção, controlo e vigilância dos dados dos sistemas de distribuição de água, permitindo uma gestão mais eficiente dos sistemas, durante 24 horas/dia, 365 dias/ano.

Ao nível do AQUAmatrix®, produto líder de mercado, assinalou-se, no ano em análise, um importante reforço com a implementação em três novos clientes, os SMAS de Peniche, a Águas de Santiago em Cabo Verde e o UIGE, estando presente em 33 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos em Portugal e em 4 empresas africanas (Maputo, Cabo Verde e duas em Angola), com responsabilidade na gestão comercial de 60 municípios.

Ao nível da contínua aposta na educação ambiental foi inaugurado na kidZania, o novo Laboratório de Água da EPAL para crianças. Com esta atividade, a EPAL pretende alertar para a importância e segurança do consumo de água da torneira junto do público-alvo e das suas famílias e estimular a adoção de atitudes ambientalmente responsáveis. A este nível destaca-se ainda o Projeto AX - Aqua eXperience, que visa a educação, sensibilização e ação para a eficiência hídrica e nexus água-energia, indutora de mudança de comportamentos dos utilizadores de água em meio urbano, em particular nos edifícios.

Uma especial referência ao lançamento da Garrafa Siza - Lisbon Soul. Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira e mais uma criação da EPAL, que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa, incentivando, assim, o consumo deste bem essencial à vida, através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

No ano em que o Museu da Água fez 30 anos de atividade, os espaços museológicos do Museu da Água tiveram um aumento de 26% no número de visitantes o que ilustra bem a importância de um museu deste tipo no panorama nacional histórico, cultural, museológico.

Fruto do êxito alcançado na 1.ª edição da Pós-Graduação em “Tecnologias e Gestão da Água”, curso que junta as competências de duas faculdades de referência nacional e internacional - a FCT, na área da engenharia sanitária, e a NOVA SBE, na área da gestão -, que se aliam às competências de um conjunto de formadores oriundos do mundo empresarial do setor, iniciou-se em 2017 a 2.ª edição, ministrada na Academia das Águas Livres, com reforço da participação de formandos provenientes de organizações fora do grupo AdP o que demonstra bem o reconhecimento, pela comunidade do setor da água, a importância desta iniciativa da EPAL.

Relativamente a prémios e distinções externas, foram atribuídos pela ERSAR em parceria com o Jornal “Água e Ambiente”, 3 Selos de Qualidade de Serviços de Águas e Resíduos, os quais visam distinguir e divulgar as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais urbanas. Já no ENEG 2017 a EPAL foi distinguida com o Tubo de Ouro para a Garrafa Lisbon Soul, na categoria “melhor ação de inovação”, e uma menção honrosa para o trabalho “Estratégia da EPAL para adaptação às alterações climáticas” na categoria “melhor estratégia de adaptação às alterações climáticas”.

A Associação Portuguesa de Ética Empresarial, na sua 3ª edição do Prémio Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social, entregou à EPAL o Diploma de Reconhecimento relativo aos projetos “Juntos Somos + Energia”, na categoria “comunicação”, e “Pátio da Água”, na categoria “comunidade”.





***Relatório de
Gestão***

Relatório de Gestão

Linhas Estratégicas

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações da tutela setorial ao Grupo AdP são igualmente aplicáveis, com as devidas adaptações, às empresas que o integram, como é o caso da EPAL.

As orientações estratégicas gerais e específicas para o mandato de 2016/2018 do Conselho de Administração, bem como os objetivos de gestão, foram aprovados por Deliberação Unânime por Escrito, em 22 de setembro de 2017, na sequência da aprovação das orientações estratégicas fixadas para o Conselho de Administração da AdP SGPS, e que produz efeitos à data de eleição dos membros do Conselho de Administração da EPAL.

Orientações Estratégicas Gerais

No que respeitas às orientações estratégicas gerais, o Conselho de Administração deverá assegurar que a EPAL, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das

trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;

- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às orientações estratégicas específicas, o Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a EPAL, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- 1. **Aprofundar a colaboração com os Municípios**, através nomeadamente da:
 - 1.1 Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.2 Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- 2. **Promover o desenvolvimento regional**, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1 Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais.
 - 2.2 Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - 2.3 Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
- 3. **Assegurar elevada eficiência**, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - 3.1 Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;

- 3.2 Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
- 3.3 Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
- 3.4 Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
- 4. **Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança**, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
- 5. **Assegurar a gestão das infraestruturas**, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - 5.1 Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - 5.2 Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - 5.3 Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - 5.4 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - 5.5 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - 5.6 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- 6. **Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais.**
- 7. **Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais e internacionais.**

Conforme já referido, as orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram aprovados por Deliberação Unânime por Escrito de 22 de setembro de 2017.

[página em branco]

Enquadramento

- A Envolverte

Enquadramento Macroeconómico

Global

O crescimento mundial para 2017 terá sido de aproximadamente 3,7% (vs. 3,2% no ano anterior e abaixo dos níveis de crescimento pré-crise financeira internacional) e resulta do crescimento verificado na Europa e na Ásia. O crescimento verificado no quarto trimestre de 2017 foi superior ao projetado no Outono desse ano, principalmente na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos da América. Os mercados emergentes contribuíram igualmente para este crescimento, a salientar Brasil, China e África do Sul.

O comércio mundial cresceu fortemente nos últimos meses do ano 2017, apoiado por uma recuperação do investimento, particularmente entre as economias avançadas, e o aumento da produção industrial na Ásia no início do lançamento de novos modelos de smartphones. A atividade industrial tem-se mantido estável, sendo consistente com o forte nível de confiança dos consumidores, apontando para uma procura final sustentada.

O sentimento nos mercados financeiros permaneceu forte nas economias avançadas, verificando-se ganhos nos mercados acionistas e uma nova diminuição da volatilidade. Nas economias emergentes, as taxas de juro baixaram, contribuindo para uma diminuição modesta da restritividade das condições financeiras, ao passo que as entradas de capital regressaram a níveis inéditos desde 2015.

A taxa de inflação acelerou na zona da OCDE de 1,1% em 2016 para 2,25% em 2017, refletindo o aumento nos preços da energia e dos bens alimentares.

Zona Euro

O crescimento do Produto Interno Bruto ('PIB') na zona Euro foi de 2,4% em 2017 (vs. 1,8% em 2016) impulsionado pelos contributos fortes da procura interna e, em especial, das despesas de investimento fixo. As condições no mercado de trabalho continuaram a melhorar nos últimos meses de 2017, a um ritmo ainda mais rápido do que o anteriormente esperado, tendo a taxa de desemprego descido para 9,0% no terceiro trimestre de 2017, o seu nível mais baixo desde finais de 2008.

A taxa de inflação da zona Euro continua sem evidenciar sinais de retoma, tendo o índice de preços ao consumidor, excluindo energia e alimentação, situado em 0,9% a.a (1,4% a.a. no total). Contudo, as projeções apontam para uma subida gradual da inflação nos próximos anos, suportada pela política monetária do Banco Central Europeu, um contínuo crescimento económico, a correspondente absorção da folga económica e um aumento salarial.

Taxas de juro

A política monetária da zona Euro permaneceu expansionista, tendo o Banco Central Europeu reduzido a taxa diretora em março de 2016 para -0,4% e alargado o programa de compra de ativos para um valor mensal de 60 biliões de euros, o qual reduzirá em 2018 para um valor mensal de 30 biliões de euros.

As taxas de juro de longo prazo, medidas pela taxa de rendibilidade da dívida pública a 10 anos, aumentaram em 2017 face a 2016, reflexo do crescimento económico verificado em 2017.

As yields das Obrigações do Tesouro português ('OT') a 10 anos desceram no mercado secundário entre o final de 2016 e o final de 2017, de 3,76% para 1,93%, com descida acentuada no segundo semestre de 2017. O diferencial das taxas das obrigações portuguesas face às alemãs é de cerca de 150 pontos base.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística ('INE') e do Banco de Portugal, o PIB português terá aumentado 2,5% em 2017 para um valor total, a preços constantes, próximo do de 2005. Esta evolução que configura uma aceleração em comparação com o desempenho económico em 2016 (1,5%), foi suportada pelo crescimento do consumo privado em 2,5% (essencialmente na procura de bens não duradouros) e do investimento em 10% (essencialmente em equipamento de transporte, outras máquinas, equipamentos e sistemas de armamento), o que contrastou com um crescimento de apenas 0,2% no consumo público.

O mercado do trabalho tem recuperado gradualmente e a taxa de desemprego diminuiu de 11,1% em 2016 para 8,9% em 2017, ficando abaixo da zona euro (9,1%).

A taxa de inflação em Portugal registou um acentuado aumento. Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor ('IPC') registou uma taxa de variação média anual de 1,47% (vs. 0,6% em 2016). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual situou-se em 1,18% (0,7% em 2016). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor ('IHPC') português registou uma taxa de variação média anual de 1,6% em 2017 (vs. 0,6% em 2016).

A evolução demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pela redução da população residente, em particular nas zonas do interior. Este declínio, que se mantém desde 2010 com um valor aproximado de menos 50 mil pessoas por ano, resulta da redução do número de nascimentos e do balanço negativo dos fluxos migratórios. O envelhecimento da população é outra variável que tem caracterizado a demografia em Portugal.

Ao nível das contas públicas, o défice das Administrações Públicas fixou-se em 2,6 mil milhões de euros no conjunto de 2017 (3,8 mil milhões de euros em 2016), o que corresponderá a 1,4% do PIB esperado para 2017 e traduz o aumento das receitas fiscais e das contribuições para a segurança social resultante da dinâmica do mercado, não obstante o aumento controlado do investimento público e da despesa corrente.

Não obstante a redução significativa do valor do défice das Administrações Públicas, em 2017 verificou-se um ligeiro aumento da dívida pública (243 mil milhões de euros em 2017 e 236 mil milhões de euros em 2016), estimando-se que a dívida pública em 2017 represente aproximadamente, 126% do PIB (130% do PIB em 2016). A evolução da dívida pública teve um comportamento distinto ao longo de 2017, com fortes subidas nos primeiros meses e descidas na reta final do ano. Em Agosto superou pela primeira vez a fasquia dos 250 mil milhões de euros, acumulando uma subida de 9,4 mil milhões de euros desde o início do ano. Nos quatro meses seguintes registou uma queda de 7,8 mil milhões de euros, que apesar de não travar o crescimento do valor em termos nominais, terá sido suficiente para colocar o peso da dívida no PIB a descer.

Perspetivas para 2018-2020

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020). No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As taxas de crescimento projetadas são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e deverão traduzir-se num hiato do produto positivo nos próximos anos. O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da zona euro ao longo do horizonte de projeção. Em termos do PIB per capita, a convergência real face à zona euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Como tal, esta evolução será insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

As projeções assentam num cenário de aceleração do consumo privado e desaceleração da formação bruta em capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação em 1,5%, entre 2018 e 2020.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a 10 anos, para 1,1% em 2018, 1,4% em 2019 e 1,7% em 2020. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa em 3%.

Fonte: FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

- O Setor

A água é um bem essencial para o desenvolvimento económico e social encontrando-se no centro do desenvolvimento humano - saúde, produção de alimentos, produção de energia, proteção do ambiente e criação de emprego.

A disponibilidade e a gestão da água são determinantes para a salubridade das cidades e na forma como as diferentes sociedades, das mais desenvolvidas às mais pobres, lidam com os impactos das catástrofes naturais, nomeadamente as resultantes das alterações climáticas, de inundações e de secas.

De acordo com o Banco Mundial, a segurança hídrica continua a constituir um dos principais riscos mundiais em termos de impacto no desenvolvimento, sendo um aspeto fundamental na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ('ODS').

Na Cimeira da Organização das Nações Unidas ('ONU'), realizada em 2015 em Nova Iorque, foi aprovada a agenda de ação até 2030, constituída por 17 (ODS) tendo como objetivo a criação de um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

No âmbito específico do ODS 6, as metas a alcançar são: (i) o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade; (ii) a redução das águas residuais não tratadas; e (iii) o aumento da eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a reciclagem e reutilização de água e combatendo a sua escassez a nível global.

Os problemas mundiais do desenvolvimento sustentável do século XXI - desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética - não se resolverão a menos que se melhore a gestão de recursos hídricos e se garanta o acesso a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento.

Em novembro de 2017 a Assembleia Geral da ONU relançou o diálogo sobre a gestão global da água na COP23 (Cities and local governments for climate action) em Bonn.

Com o objetivo de traduzir os objetivos do Acordo de Paris em fluxos de investimento e financiamento, a estratégia do Banco Mundial levou à criação, em 2017, do Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP) para ajudar os países a alcançar a meta da segurança hídrica universal, baseando-se nos seguintes princípios orientadores: (i) garantir que o desenvolvimento dos serviços hídricos se realize num contexto de gestão sustentável dos recursos; (ii) garantir a acessibilidade à população mais pobre; (iii) gerar conhecimento tecnológico de ponta e inovação (iv) garantir financiamento sustentável para o setor da água; (v) estabelecer alianças mundiais no setor da água.

Os benefícios do investimento estratégico na segurança do recurso água e do seu abastecimento às populações são elevados, e de mais-valia significativa para as populações. No entanto, o seu financiamento, em termos de disponibilidade e de custo, terá que ser assegurado. Para alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e saneamento adequado até 2030, o Banco Mundial estima que o investimento em ativos tenha que triplicar para atingir US \$ 1,7 trilhão.

Porém, a segurança hídrica ainda representa um desafio para muitos países com problemas complexos neste âmbito, transversal a todos os setores económicos. O crescimento demográfico e económico exerce uma pressão sem precedentes sobre os recursos hídricos e segundo as estimativas, até ao final de 2030, mantendo as práticas atuais, o mundo enfrentará um défice de 40% entre a procura de água e a quantidade de água disponível.

De acordo com dados do Banco Mundial, atualmente 70% da água que se extrai destina-se à agricultura. No ano de 2050 para alimentar 9.000 milhões de pessoas será necessário que a produção agrícola aumente em 60% e a extração de água em 15%. Mais de metade da população mundial vive em zonas urbanas. Os recursos subterrâneos de água esgotam-se mais rápido do que se conseguem regenerar, estimando-se que em 2025, cerca de 1.800 milhões de pessoas viverão em países ou regiões com escassez absoluta de água.

Apesar dos importantes avanços das últimas décadas no acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento, mais de 2.400 milhões de pessoas ainda não tem acesso a serviços de saneamento de qualidade e pelo menos 663 milhões de pessoas não tem acesso a água potável.

Fonte: <http://www.worldbank.org/en/topic/water/overview>

<http://www.worldbank.org/en/programs/global-water-security-sanitation-partnership>

http://oecdoobserver.org/news/fullstory.php/aid/5982/Water_and_climate:_From_risk_management_to_investment_opportunity_.html

A Água e Saneamento em Portugal

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuinte para o desenvolvimento económico, social e ambiental, tem uma evolução positiva nos últimos anos em Portugal, destacando-se a excelência da monitorização e da qualidade da água, conforme atestam os dados mais recentes da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR'). Tendo por objetivo promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis, e no quadro legal comunitário e nacional e da política europeia em inovação para o setor, está em curso o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020, com a designação: "PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais".

Esta estratégia sectorial para o horizonte 2020 está focada na gestão eficiente dos recursos e centrada em temas como a reestruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar, orientando a política pública para a prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado.

Em finais de 2016 foi apresentado o 1.º Relatório do Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020 ('GAG') onde, embora destacando a trajetória positiva do setor da água, se assinalam situações de desempenho mais fraco no âmbito da sustentabilidade das entidades gestoras e da eficiência dos serviços, designadamente na redução de perdas de água, na otimização dos custos operacionais e no equilíbrio dos orçamentos.

No que respeita à "Garantia do direito humano de acesso aos serviços de águas", a informação reportada pela ERSAR no referido relatório revela que a acessibilidade económica do serviço está garantida através de tarifários acessíveis.

Já o relatório relativo à avaliação da aplicação da legislação ambiental da UE divulgado pela Comissão Europeia no início de fevereiro de 2017 confirma que Portugal enfrenta ainda problemas consideráveis nos domínios da gestão dos recursos hídricos e dos resíduos, da qualidade do ar e da conservação da natureza. Não obstante, apresenta aspetos de excelência do desempenho de Portugal, com destaque para as melhorias da qualidade dos sistemas de abastecimento de água potável registadas na última década.

No que respeita aos planos de gestão, há a destacar, em 2016, a aprovação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica ('PGRH') de Portugal continental (2º Ciclo) para o período 2016-2021. Estes planos abrangem as bacias hidrográficas e as águas costeiras integradas em 8 regiões hidrográficas e constituem a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização social e económica das águas. Foram igualmente aprovados os Planos de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI) para o período 2016-2021, para 7 regiões hidrográficas, com o objetivo de reduzir as consequências associadas às inundações através da diminuição das potenciais consequências prejudiciais para o ambiente, as atividades económicas, a saúde humana, o património cultural e as infraestruturas.

Já em novembro de 2016, foi aprovado o novo Plano Nacional da Água ("PNA") no qual se definem as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica para um período de dez anos. O PNA antecipa também grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva-Quadro da Água. Simultaneamente foi criada a Comissão Interministerial de Coordenação da Água que deverá assumir-se como a entidade privilegiada para a coordenação das políticas de água.

A destacar também a criação do Fundo Ambiental que veio extinguir o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017, tendo o Ministério do Ambiente anunciado a disponibilização de 154 milhões de euros para apoiar o investimento na área do ambiente em 2017, dos quais 5 milhões para o Grupo AdP destinados a cumprir objetivos de uniformidade tarifária, e garantir o cumprimento dos objetivos assumidos a nível internacional em matéria de desenvolvimento sustentável e alterações climáticas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca.

De destacar também a publicação em Diário da República do Despacho n.º 2054/2017 de constituição do grupo de trabalho interministerial responsável pela revisão da ENEAPAI - Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais e atribuição da sua coordenação ao Grupo AdP. Decorridos mais de nove anos desde a aprovação da ENEAPAI, esta iniciativa tem por objetivo fazer o balanço da implementação e consequente atualização da Estratégia dedicada à gestão adequada dos efluentes agropecuários e agroindustriais.

Fonte: http://ecercaeuropa.eu/environment/eir/pdf/report_pt_pt.pdf;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-B/2016, de 18 de novembro;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-A/2016, de 18 de novembro;

Decreto-lei n.º 76/2016, de 9 de Novembro

Decreto-lei n.º 42-A/2016, de 12 de Agosto

O Grupo AdP

Decorrente do PENSAAR 2020 e do Programa do XXI Governo Constitucional, iniciaram-se os estudos de reavaliação dos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento ocorridos em 2015, e conversações com os diversos stakeholders, dos quais resultaram, por aprovação largamente maioritária dos acionistas, a criação de 4 novas empresas por cisão da Águas do Norte e da Águas e Lisboa e Vale do Tejo. Foram publicados os decretos-lei: (i) n.º 72/2016, de 4 de novembro, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, e permitiu a criação de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, mediante a cisão dos sistemas multimunicipais criados por agregação; (ii) n.º 16/2017 de 1 de fevereiro, que procede à criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, S. A. e da Águas do Douro e Paiva, S.A. enquanto concessionária e entidade gestora, e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e da Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S.A. enquanto concessionária e entidade gestora; e (iii) n.º 34/2017 de 24 de março, que procede à criação do sistema multimunicipal de saneamento da Grande Lisboa e Oeste e da Águas do Tejo Atlântico, S. A. Enquanto concessionária e entidade gestora e do sistema multimunicipal da Península de Setúbal e da Simarsul - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A..

A solução encontrada visa garantir um equilíbrio entre todos os parceiros e utilizadores envolvidos, seguindo os princípios de contenção tarifária, solidariedade, equidade, incentivo à eficiência e estabilidade.

Quanto aos sistemas em baixa, o Grupo AdP está também a colaborar no apoio à reorganização dos serviços em baixa, em linha com os objetivos de aumento de escala e eficiência preconizados pelo Governo para este setor; nomeadamente através da disponibilização de informação técnica relevante baseada em estudos técnicos e na experiência do Grupo na gestão de redes em baixa (Lisboa, Aveiro e região Noroeste).

O Grupo AdP tem vindo, nos últimos anos, a transitar de um ciclo de investimentos em novas infraestruturas para um conjunto de investimentos de substituição e manutenção com enfoque na sustentabilidade dos sistemas.

Ao nível da gestão dos aproveitamentos hidráulicos, destaca-se a criação de um grupo de trabalho para a gestão de barragens que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias.

O Grupo AdP encontra-se também a desenvolver ações que visam a redução das emissões de carbono da sua atividade, nomeadamente através da atuação ao nível da eficiência energética e produção de energia através de recursos endógenos ou naturais (biogás, fotovoltaica, eólica).

Em matéria de gestão de ativos, tem-se desenvolvido uma abordagem baseada na inteligência de informação tendo a inventariação e cadastro de infraestruturas sido prioritárias.

No que respeita à inovação e desenvolvimento de metodologias, tecnologias e produtos, estão em curso diversos projetos de cooperação internacional, que assumem um papel de dinamização e captação de recursos financeiros europeus para dinamização desta área.

Destaca-se ainda a assinatura em 12 de setembro, na Sede do Grupo AdP em Lisboa, da primeira tranche do empréstimo concedido pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) à Águas de Portugal (AdP) e às suas empresas participadas. O empréstimo tem um valor de 420 milhões de EUR, sendo a primeira tranche de 220 milhões de EUR, e destina-se a financiar investimentos em infraestruturas de água e saneamento. Esta operação conta com a garantia do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), elemento central do Plano de Investimento para a Europa.

No âmbito das medidas previstas no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca aprovado pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, foi lançada uma campanha de sensibilização para a seca e para a importância do uso racional da água, numa ação do Grupo AdP, e com a envolvimento da Agência Portuguesa do Ambiente e da ERSAR.

Foi adjudicada durante o ano de 2017 a aquisição de veículos 100% elétricos na frota automóvel operacional das empresas do Grupo AdP. A introdução de veículos de baixas emissões é uma das medidas previstas no PEPE - Plano de Eficiência de Energia Elétrica 2020, apresentado publicamente em maio de 2017, abrangendo a aquisição de 127 veículos ligeiros (76 de passageiros e 51 de mercadorias) e a instalação de 134 pontos de carregamento de norte a sul do País.

Também no âmbito do PEPE, deu-se início à ação de formação de auditores internos especialistas em energia no âmbito da gestão ciclo urbano da água, através da Academia EPAL e com o envolvimento de entidades externas, nomeadamente a ADENE e a Faculdade de Economia e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

- A Regulação

Enquadramento regulatório

O Grupo AdP presta serviços no setor da água (que inclui o abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais), em “alta” e em “baixa” em regime de exclusividade através das suas subsidiárias (Entidades Gestoras). Estas Entidades Gestoras por sua vez desenvolvem as suas atividades num setor regulado, estando por isso sujeitas à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos pelos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Os serviços prestados pelas Entidades Gestoras assentam nos princípios da prossecução do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As Entidades Gestoras em “alta” e em “baixa” são exercidas: (i) pelos sistemas multimunicipais (SMM), em regime de Concessão ou de Parcerias entre o Estado, as Autarquias e as Entidades Gestoras; e (ii) pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL) e pela Águas de Santo André, S.A. (AdSA), respetivamente, em regime de Gestão Delegada e de Concessão entre o Estado e a Entidade Gestora.

Adicionalmente, as Entidades Gestoras estão sujeitas à regulação ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente.

Regulação económica

As Entidades Gestoras estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR, nos termos dos estatutos desta entidade, e pelo disposto nos diplomas legais de constituição ou estatutários que estabelecem os contratos de concessão, de parceria ou de gestão delegada, e nos quais são descritas as obrigações mínimas do serviço público, o plano de investimentos e a remuneração acionista.

A intervenção da ERSAR em matéria económica perante as Entidades Gestoras encontra-se delimitado consoante se trate de atividade em “alta” ou em “baixa” e pelo respetivo regime destas entidades.

Para os SMM, EPAL e AdSA, a ERSAR detém o poder de fixar as tarifas e rendimentos tarifários, assim como supervisionar outros aspetos económicos e financeiros das respetivas entidades gestoras, nomeadamente emitindo pareceres, propostas e recomendações.

Para os sistemas de titularidade estatal que consubstanciam Parcerias Estado-Autarquias, a ERSAR detém o poder de regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas, sendo as propostas tarifárias submetidas a parecer da ERSAR mas fixadas pelas Comissões de Parceria constituídas pelo Estado e os Municípios, nos termos dos respetivos contratos.

Nos termos dos estatutos de ERSAR, foram constituídos 2 órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) nos quais o Grupo AdP se encontra representado.

O Grupo AdP integra também o grupo de trabalho de apoio ao Conselho Tarifário.

Em 2017, não se verificaram desenvolvimentos relativos à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA), a qual está sujeita a parecer do Conselho Tarifário e a consulta pública de interessados.

Não obstante, em novembro de 2017, na 12ª Expo Conferência da Água, a ERSAR tenha apresentado as principais linhas orientadoras do futuro RTA.

O modelo de exploração da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em “alta” a 34 concelhos e em “baixa” no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração e assegurem os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

À EPAL foi delegada a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento concessionado à Águas do Vale do Tejo.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL, está sujeita à intervenção da ERSAR, em termos de fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho e demais legislação e regulamentação complementares, atentas as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL e aos contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: (i) refletir os riscos específicos acrescidos associados à gestão do sistema de gestão delegada, (ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes financiados em condições de mercado e (iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio alterado pelo Decreto-lei n.º 34/2017, de 24 de março define um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em “alta” entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Estas tarifas estão sujeitas à aprovação da ERSAR. Deste regime decorre uma componente tarifária acrescida (CTA) a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015-2020, a preços constantes, bem como a CTA que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em “alta” e que é repercutida nos clientes em “baixa” da empresa.

No caso da EPAL, a ERSAR aprovou em 15 de setembro de 2016 a atualização das tarifas a aplicar em 2017 e em 20 de setembro de 2017 a atualização das tarifas a aplicar em 2018.

Regulação da qualidade do serviço

As Entidades Gestoras estão também sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço. Anualmente, os resultados da avaliação efetuada pela Entidade Reguladora são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de acesso público.

Em dezembro de 2017 foi publicado e divulgado o Volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas Entidades Gestoras com os dados referenciados a 31 de dezembro de 2016.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As Entidades Gestoras de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Compete à ERSAR, nos termos dos seus estatutos, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as Entidades Gestoras devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da

ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as Entidades Gestoras implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

O PCQA de 2017 referente à Alta da EPAL foi submetido em 14 de setembro de 2016 e aprovado em 30 de dezembro de 2016 pela ERSAR. Em 2017, no âmbito do PCQA Alta aprovado pela Entidade Reguladora, foram efetuadas 20.911 análises (das quais 16.145 com VP definido no DL), sendo que foram detetados 26 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento de 99,84%.

O PCQA de 2017 referente à Baixa da EPAL foi submetido em 30 de setembro de 2016 e aprovado em 12 de dezembro de 2016 pela ERSAR. Em 2017, no âmbito do PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, foram efetuadas 12.176 análises (das quais 9.576 com VP definido no DL), sendo que foram detetados 36 incumprimentos dos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento de 99,62%.

Anualmente, os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor realizado pelas Entidades Gestoras são também parte integrante do RASARP.

Em dezembro de 2017 foi publicado e divulgado o Volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano referenciados a 31 de dezembro de 2016.

Outras matérias regulatórias

Em 2017, o Grupo AdP manteve ativamente a sua participação na elaboração de sugestões no âmbito das consultas públicas que a ERSAR promoveu.

- Consulta pública n.º 03/2016 relativa ao Regulamento de Procedimentos Regulatórios;
- Consulta pública n.º 04/2016 relativa ao Regulamento de Relações Comerciais;
- Consulta pública n.º 02/2017 relativa à recomendação para “Inspeção, limpeza e higienização de reservatórios destinados ao armazenamento de água para consumo humano”.

No final de 2017, iniciou-se a consulta pública n.º 06/2017 relativa à definição dos valores de água não faturada para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos para 2018. O período de consulta pública terminou no decorrer de 2018 (15 de janeiro de 2018) e no qual o Grupo AdP participou.

A proposta da ERSAR para a definição dos valores de água não faturada para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos para 2018 aos seus utilizadores tem como limite 5% para o volume de água faturada em “alta” e 20% para a “baixa”, sendo eventuais valores superiores aos volumes suportados pelas Entidades Gestoras como incentivo à redução de perdas.

O Negócio

- Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma.

Em 2015 ocorreram alterações, no quadro legislativo e organizativo, que afetaram significativamente a atividade da EPAL, desde logo, ao nível da sua Missão que passou a incluir a gestão e exploração de sistemas de saneamento e a gestão delegada do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo, tendo passado a EPAL a ser responsável pela gestão delegada do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo conforme disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que integrava 86 municípios.

Em 2017, o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, passou a adotar a denominação de Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo, na sequência do processo de cisão que deu origem a dois novos sistemas multimunicipais - Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste e Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal - e a duas novas sociedades - Águas do Tejo Atlântico, SA e Simarsul, SA - a quem foi atribuída a concessão da exploração e gestão daqueles 2 novos sistemas.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A, a manutenção da sua gestão delegada.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

- Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) - 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais - a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos Concelhos limítrofes de Lisboa.

- Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

- Outras Atividades

A partir do 2º semestre de 2015, a acrescer às atividades de abastecimento de água, em Alta e em Baixa, anteriormente mencionadas, a EPAL passou a fazer a gestão delegada do sistema da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, atualmente sistema da Águas do Vale do Tejo (na sequência da cisão), que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial - Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água - WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água - Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres, atividade que conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Sustentabilidade

- Enquadramento

No ano de 2017, continuámos empenhados em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, aliando o crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras. Caminhámos com afinco no combate às alterações climáticas, na concretização da economia circular e no cumprimento dos ODS.

A EPAL enquanto empresa pertencente ao universo AdP, grupo que desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos stakeholders, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo AdP.

Estratégia de Sustentabilidade

Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

Ciente da criticidade da sua atividade para a qualidade de vida da sociedade em que se insere e da responsabilidade social conferida pelas quase 15 décadas de existência, a EPAL subscreveu o Pacto Global das Nações Unidas em 2008 e encontra-se empenhada na melhoria das condições de acesso à água para consumo humano e na melhoria da sua salvaguarda, proteção e gestão sustentável, no presente, potenciando o futuro. Para tal tem presente a Estratégia de Sustentabilidade do grupo Águas de Portugal, assente no conceito de simbiose e promove os Princípios de Desenvolvimento Sustentável específicos à sua atividade.

A EPAL assumiu como Princípios de Desenvolvimento Sustentável:

- Valor Económico e Social do Serviço: Prestar o serviço essencial de abastecimento público de Água para consumo humano seguro, de Qualidade, com Fiabilidade e a Preço adequado viabilizando um retorno justo;
- Ecoeficiência e Proteção Ambiental: Promover, na sua área de intervenção, a Proteção, a Conservação e o Uso Eficiente, em todas as etapas do ciclo de vida da Água, desde a sua produção até ao seu uso e descarga pelos clientes;
- Proteção e Desenvolvimento das Pessoas: Promover a Integridade, a Confiança e a Transparência na forma de estar com as partes interessadas internas (trabalhadores/as, fornecedores e prestadores de serviços) e externas (clientes, entidades governamentais, sociedade) promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da formação e do desenvolvimento de competências, o emprego e a igualdade de oportunidades;
- Envolvimento da sociedade na Gestão Sustentável da Água: Assumir um papel ativo e de relevo na sociedade em que se insere, dinamizando e promovendo políticas de gestão racional da água junto das suas partes interessadas e, tanto quanto possível, da comunidade internacional;
- Inovação e Desenvolvimento: Estabelecer alianças para a aprendizagem e promover o envolvimento da comunidade científica de forma a assegurar a inovação, o desenvolvimento, a partilha e a disponibilização do conhecimento e das melhores práticas para o uso racional e sustentável da água.

- Stakeholders / Partes Interessadas

Por stakeholder entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.



Deveres especiais de prestação de informação

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

No ano de 2017 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela empresa no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da empresa, designadamente:

Educação Ambiental:

No âmbito da Educação Ambiental deu-se continuidade ao estabelecimento de parcerias com os municípios da área de influência da EPAL, clientes e outros stakeholders. Todas as ações desenvolvidas tiveram como principal objetivo a sensibilização para o uso eficiente da água e dar a conhecer o papel fundamental da Empresa na gestão do ciclo urbano da água, destacando-se as seguintes:

- **Celebração do Protocolo de Parceria com Valorsul**, no âmbito da Comunicação e Educação Ambiental, visando estratégias partilhadas no que concerne à sensibilização ambiental para redução de resíduos e para consumo e uso eficiente da água da torneira;
- **“Educar para a Sustentabilidade”** continuou a ser o lema comum a todas as ações de sensibilização realizadas em Escolas de vários Municípios, nomeadamente à participação da EPAL no programa “Ciência Viva no verão”, às 12 ações de sensibilização ambiental em 6 praias fluviais de 6 concelhos, às visitas a Estações de Tratamento de Água e de Águas Residuais e ao Laboratório Central realizadas por diversos públicos, às iniciativas conjuntas com Organizações Não Governamentais de Ambiente, ao apoio a eventos diversos, tais como “Hora do Planeta” e Encontros Nacionais e Internacionais, e à parceria no projeto “Família Oeiras Ecológica”;
- Implementação de um espaço na **KidZania - o Laboratório de Água da EPAL**. A presença da EPAL na Cidade das Crianças tem o grande objetivo de consciencializar para a importância e segurança do consumo da água da torneira junto das crianças e suas famílias;
- Desenvolvimento da primeira fase do **Projeto AX - Aqua eXperience**, apoiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente. O Projeto visa a educação, sensibilização e ação para a eficiência hídrica e nexus água-energia, indutora de mudança de comportamentos dos utilizadores de água em meio urbano, em particular nos edifícios.

Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:

Em 2017, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sócio cultural patrocinou a realização de:

- Participação nas Festas de Lisboa;
- Edição do “Guia Prático de Aplicação de Gestão de Ativos a Sistemas de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais” da responsabilidade da Comissão Especializada de Gestão de Ativos da APDA;
- Edição do “Guia de Eficiência Hídrica para Edifícios”;
- 29ª Festa de Natal com as pessoas em situação de sem-abrigo;
- XXI Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros, “Engenharia e Transformação Digital”;
- Smart Open Lisboa 2017;
- Campeonato Europeu de Stand Up Paddle.

Iniciativas de responsabilidade social:

Em 2017, a campanha **“Juntos Somos + Solidários”** contou com as 4 ações anuais previstas. Nas ações de junho e dezembro, os bens doados pelos Trabalhadores (roupas para crianças e adultos, brinquedos, produtos alimentares e de higiene) e os Cabazes de Natal não levantados, foram entregues a 18 instituições de solidariedade social, em Asseiceira, Castelo Branco, Évora, Guarda, Lisboa e Portalegre; e a trabalhadoras/es com situações económicas mais desfavoráveis.

O polo da Beira Baixa entregou os bens angariados na loja Social de Pedrogão Grande, destinados às vítimas do incêndio de 17 de junho.

Em junho houve mais uma ação que transformou os Trabalhadores em “embaixadores” do Dia do Nariz Vermelho, iniciativa da Operação do Nariz Vermelho no Dia da Criança, que consistiu na venda de merchandising e donativos.

Em outubro, a ação de solidariedade reverteu a favor dos animais domésticos. Mantas, cobertores, alimentação, artigos de higiene, trelas, coleiras e brinquedos, foram entregues em dois locais: na Associação “ANCOSE” em Oliveira do Hospital, para os animais vítimas dos incêndios e na “Arronches Adopta”, no distrito de Portalegre.

Deu-se continuidade à iniciativa lançada em 2016, com o objetivo de promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional oferecendo um “Cabaz Nascimento” com produtos diversos para bebé a todas as crianças nascidas durante o ano de 2017, tendo sido entregues 9 cabazes nascimento.

A EPAL, na qualidade de associada, concedeu um donativo à EPIS - Empresários pela Inclusão Social, para promoção da inclusão social e escolar das crianças e jovens mais carenciadas.

Participação em Feiras e Exposições

A EPAL voltou a estar junto da comunidade e, além das diversas ações de rua, participou em prestigiadas Feiras das quais se destaca a Futurália, a BTL- Bolsa de Turismo de Lisboa, o GreenFest e o ENEG. Desde a promoção da água da torneira, do Museu da Água, passando pela Sustentabilidade e Educação Ambiental, foram várias as atividades que decorreram nos stands e que atraíram centenas de visitantes.

Redes Sociais

Nestas ferramentas de comunicação e interação com a comunidade, a EPAL assumiu-se neste ano como líder entre as utilities nacionais e internacionais do setor da água.

As páginas das principais Redes Sociais onde a EPAL está presente, Facebook, LinkedIn e Instagram, tiveram, em 2017, um crescimento notável, quase triplicando o número de seguidores das mesmas. Em 2016, seguiam as páginas sociais da Empresa 7.927 pessoas e, em finais de 2017, as publicações da Empresa estavam a ser seguidas por 22.249 pessoas.

Museu da Água

O Museu da Água, que celebrou 30 anos de atividade, é tutelado pela EPAL, sendo composto por quatro espaços dispersos pela cidade de Lisboa, todos eles constituídos por edifícios relacionados com o abastecimento da água à cidade de Lisboa, datados dos séculos XVIII e XIX:

- Aqueduto das Águas Livres
- Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras
- Reservatório da Patriarcal
- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos (onde se encontra a exposição permanente dedicada ao tema Água)

A EPAL tem ainda a responsabilidade da gestão e manutenção do Aqueduto das Águas Livres, bem como da Mãe d'Água, monumentos pertencentes ao património do Estado Português.

Em 2017 os espaços museológicos do Museu da Água tiveram um número total de 77.095 visitantes, representando um aumento face a 2016 de 26%, tendo o Aqueduto das Águas Livres sido o monumento mais visitado, com 25.247 visitantes, seguido da Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos com 13.638 visitantes.

Apraz igualmente registar, face ao ano de 2016, um significativo aumento de 10% do número de visitas orientadas, sobretudo escolas, e do número de visitantes estrangeiros, que representaram 30% do público visitante, aumentando 21%.

No âmbito das comemorações dos 30 anos do Museu da Água, realizaram-se diversas iniciativas, destacando-se abertura gratuita dos núcleos museológicos do Museu da Água, e o concerto Real fado na Casa do Registo, percurso na Galeria subterrânea do Loreto e estreia da performance "Ô" no Reservatório da Patriarcal.

Ainda em 2017 verificou-se a integração do Monumento Nacional Aqueduto das Águas Livres na Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial da UNESCO.

Em termos de atividade museológica e eventos realizados em parceria com outras entidades, destacam-se em 2017:

Exposições Temporárias:

Reservatório da Mãe d'água das Amoreiras

- Exposição dos alunos finalistas de curso de mestrado integrado em Arquitetura do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa sobre a reabilitação e revitalização da zona do Antigo Convento da Estrela, contemplando o desenvolvimento de um teatro, habitação, áreas comerciais e desenho de espaço público, atendendo ao carácter histórico do património adjacente e às respetivas componentes funcionais, construtivas, ambientais e económicas. Curador: Ricardo Bak Gordon.

Reservatório da Patriarcal

- Performance “Ô” - espetáculo sonoro/performance da autoria de Eva Baudry, com Giorgio Gristina e Sara Zita Correia.

Exposições itinerantes:

- Exposição “Água para Todos” (no âmbito das atividades de educação ambiental): Apresentada em seis escolas portuguesas e na Feira de S. João, em Évora.
- Exposição “Aquedutos de Portugal” - Apresentada nos seguintes locais: Museu Municipal de Moura; Castelo de Pinhel; N.M. Solar do Ribeirinho, Machico, Madeira; Museu Municipal de Vila de Rei, Universidade de Biskra, Argélia; Espaço Património Fréjus, França; Câmara Municipal da Covilhã; Termas Romanas, Braga.

Eventos realizados em parceria com outras entidades

- Participação no Dia Internacional dos Museus e na Noite internacional dos Museus;
- Participação nas Jornadas Europeias do Património;
- Participação no Open House Lisboa e Open House Júnior (ateliers temáticos);
- Integração nas novas Rotas Circuitos Ciência Viva, pavilhão do Conhecimento;
- Parceria com a Ciência Viva no Verão, pavilhão do conhecimento, com a organização de nove visitas técnicas orientadas;
- Parceria com a Trienal de Arquitetura de Lisboa;
- Parceria com Ateliês científicos CERCiência - ciência em rede;
- Parceria com a Candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto 2020, Câmara Municipal de Lisboa - realização da “Corrida Underground”;
- Participação na Feira dos Serviços Educativos no âmbito da Parceria com o Passaporte Escolar, Câmara Municipal de Lisboa;
- Participação na Feira do Turismo Sustentável no Picadeiro do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Museus da Universidade de Lisboa;
- Celebração do Halloween na Galeria do Loreto com a visita animada “Os fantasmas do Loreto”.

Novas Parcerias: Museu da Saúde, Museu de São Roque, Museu Nacional de História Natural e Ciência e Real Fado

- “A sétima colina a 3 vozes” - Visita guiada à sétima colina com início no Museu Nacional de História Natural e da Ciência (edifício e Jardim Botânico), Galeria subterrânea do Loreto (Museu da Água) e Convento de São Pedro de Alcântara, com visita à Igreja/Museu de São Roque;
- “Água, Saúde e Património” - Visita conjunta à exposição “800 Anos de Saúde em Portugal”, patente no Museu da Saúde: o Museu da Saúde e o Museu da Água propõem uma viagem pela história da saúde e do abastecimento de água em Lisboa;
- “Praças, jardins e Água” - Visita guiada sobre a história da água e dos jardins na sétima colina contada no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, no Jardim do Príncipe Real e na Galeria Subterrânea do Loreto;
- Real Fado - organização de concertos semanais temáticos no Reservatório da Patriarcal.

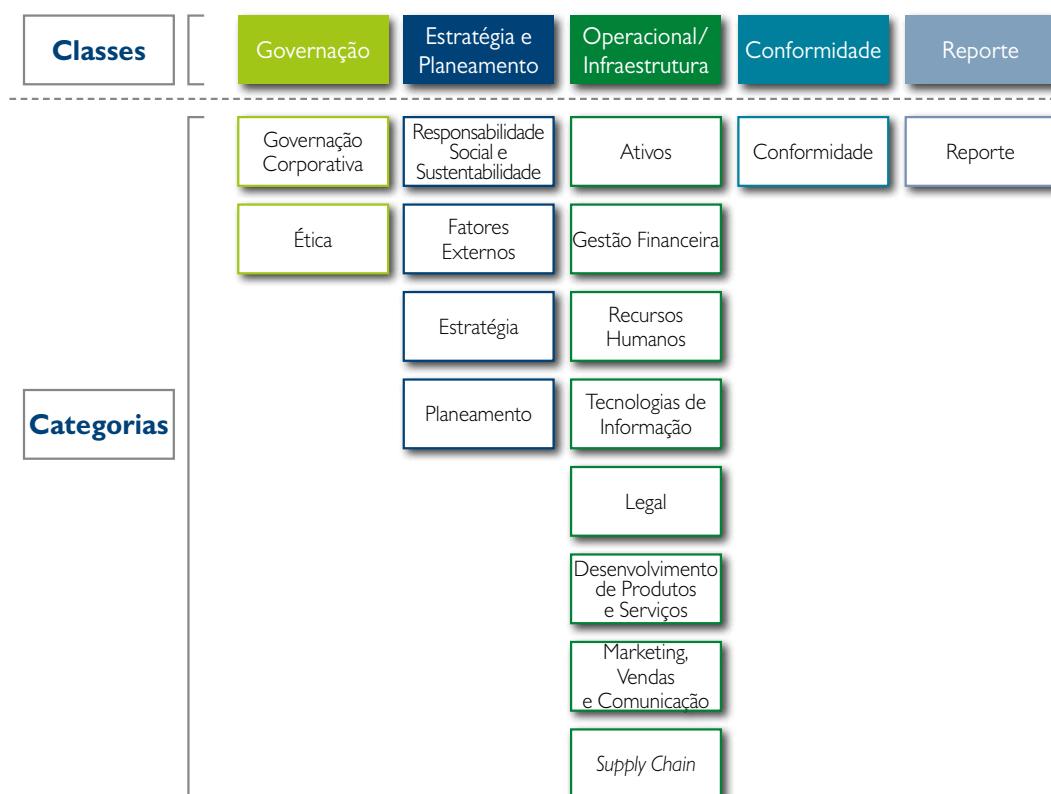
- Gestão do Risco

A EPAL, e em particular o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

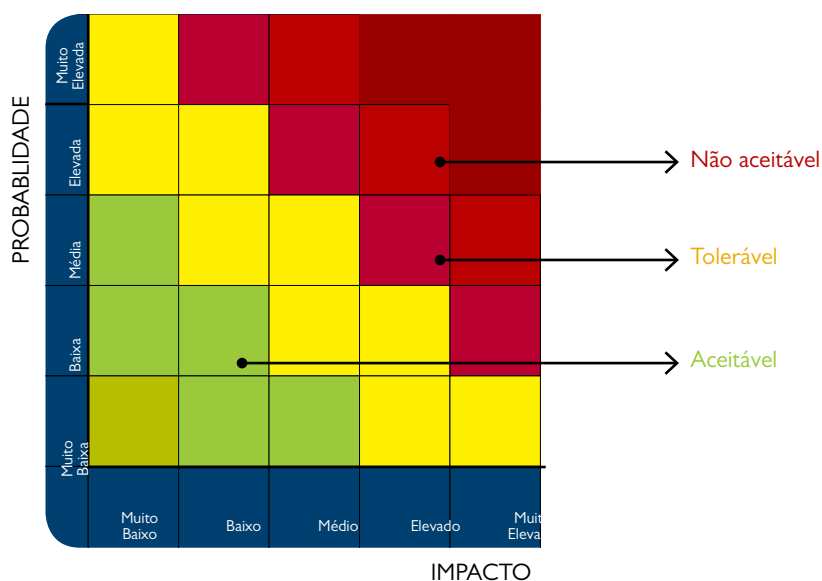
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os investimentos e ativos.

A adequabilidade do sistema de controlo interno na empresa e nomeadamente a eficácia e eficiência dos controlos existentes, encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são definidos e implementados Planos de Tratamento do Risco, como medidas que visam a sua mitigação.

A Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios da empresa, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a execução de testes de conformidade para avaliar os resultados e a realização de auditorias internas à empresa. A AICR, enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, encontrando-se dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da AICR, outras áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente o Secretário da Sociedade, a Direção Jurídico-Legal, a Direção Financeira e a Direção de Comunicação, em áreas como a Legal, Financeira e Reputacional.

No contexto atual, os principais riscos a que a EPAL está exposta na sua atividade, englobando-se nesta a gestão delegada do sistema de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Águas do Vale do Tejo, são os seguintes:

Infiltrações de saneamento em alta

Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento “em alta”, com conseqüente diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas

Gestão das participações sociais

Risco de uma inadequada definição ou implementação da estratégia do Grupo, nomeadamente quando aos seus investimentos (aquisições e alienações), que impeçam a obtenção de ganhos financeiros, de organização e viabilidade do negócio

Gestão da dispersão geográfica

Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.

Impacto ambiental

Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.

Tecnologias de informação

Risco de incapacidade ou dificuldade na resposta às necessidades do negócio, devido a inexistência ou desalinhamento do planeamento estratégico das Tecnologias de Informação (equipamentos, infraestruturas, software), face a estratégia da Organização.

A definição do modelo de gestão do risco empresarial no Grupo AdP, contemplou a definição e aprovação de uma Matriz de Riscos aplicável ao universo das suas empresas, assente na metodologia COSO, na qual os riscos se encontram definidos e são revistos periodicamente, considerando a realidade operacional e empresarial existente.

Anualmente, a empresa procede à avaliação do seu risco, através da autoavaliação realizada pelas direções, aos riscos que lhe sejam aplicáveis, tendo por base uma análise do risco inerente e residual, atendendo ao sistema de controlo interno existente e à eficácia e eficiência dos controlos implementados.

Quando, na avaliação de risco anual da empresa, são identificados riscos enquadrados num patamar acima do considerado aceitável para o Grupo AdP, é definido por risco um Plano de Tratamento, aprovado pela Administração, identificando-se para o efeito qual a(s) ação(ões) corretiva(s) a desenvolver, a estratégia de tratamento que esta(s) consubstancia(m) (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada, o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Decorrente da análise à avaliação do risco efetuada pela empresa no final de 2017, o Conselho de Administração irá avaliar a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, as quais sendo identificadas, serão incorporadas nos Planos de Tratamento do Risco, que deverão ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

- Atividade Operacional

Produção de Água

Origens

Para a captação de água foram utilizadas as seguintes origens:

- Albufeira de Castelo do Bode (captação superficial no rio Zêzere);
- Valada Tejo (captação superficial no rio Tejo);
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA (captações subterrâneas);
- Furos do sistema Oeste, destacando-se as Captações do Farol, Vassala, Reguengo, Pó, Alcoentre e Casais de Britos 2.

Ciclo da Água

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Água captada (por origem) (m³)	218.908.085	219.503.819	229.002.658	9.498.839	4,3%
Castelo de Bode	181.588.565	181.364.700	197.968.300	16.603.600	9,2%
Valada Tejo	24.891.200	22.202.320	14.571.830	-7.630.490	-34,4%
Capt. Subterrâneas	12.428.320	14.480.782	14.899.692	418.910	2,9%
Capt. Sistema Oeste	0	1.456.017	1.562.836	106.818	7,3%
Água tratada/produzida (m³)	218.250.965	219.313.874	228.539.615	9.225.741	4,2%
Castelo de Bode	181.583.190	181.359.620	197.963.729	16.604.109	9,2%
Valada Tejo	24.239.455	22.026.890	14.121.730	-7.905.160	-35,9%
Capt. Subterrâneas	12.428.320	14.480.782	14.899.692	418.910	2,9%
Capt. Sistema Oeste	0	1.446.582	1.554.464	107.882	7,5%
Água Vendida (m³)	197.023.373	195.646.482	204.333.735	8.687.253	4,4%
Clientes Municipais/Multimunicipais	143.154.681	143.538.886	151.764.299	8.225.413	5,7%
Clientes Diretos (em Lisboa e fora de Lisboa)	53.868.692	52.107.596	52.569.436	461.840	0,9%
Água não faturada (m³)	21.884.712	23.857.337	24.668.922	811.586	3,4%
Água não faturada na Rede de Distribuição	8.730.587	10.327.774	11.058.329	730.555	7,1%
Água não faturada na Produção e Transporte	13.154.125	13.529.563	13.610.594	81.031	0,6%
Água não faturada (%)	10,0%	10,9%	10,8%	-0,1 p.p.	
Água não faturada na Rede de Distribuição	8,5%	10,5%	11,1%	0,6 p.p.	
Água não faturada na Produção e Transporte	6,0%	6,2%	5,9%	-0,2 p.p.	

O volume de água captada no ano de 2017 foi de 229,0 milhões de m³, superior em 9,5 milhões de m³ (+4,3%) ao verificado no período homólogo. A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 86% do total. Tal como já tinha ocorrido em 2016 mantiveram-se em 2017 as limitações de exploração de água em Vale da Pedra, devido às intervenções na Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra e nas condutas de água bruta de Valada e de água tratada de Vale da Pedra.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 10,8%, que representa uma redução de 0,1 pontos percentuais face a 2016.

Adução

O sistema de Produção e Transporte é constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, que se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m³/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m³ e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada. Estes subsistemas são dotados de 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 28 Reservatórios e 19 Postos de Cloragem.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Comprimento Condutas (km)	695	694	696	2	0,3%
Est. Elevatórias (n.º)	31	31	31	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	28	28	28	0	0,0%
Pontos de Entrega (n.º)	125	196	193	-3	-1,5%

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e do Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte como o aqueduto Alviela, o adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, o adutor de Circunvalação e o adutor da Costa do Sol.

Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em situações de emergência dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em situações de emergência).

Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços “Alfragide-Caxias”, “Caxias-Estoril” e “Estoril-Cobre”, num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

O desempenho da Rede em 2017 foi positivo, com uma redução de 13% no número de avarias face a 2016. O sistema Oeste, cuja gestão a EPAL assumiu no ano de 2016, apresentou um total de 13 avarias, menos 21 que no ano anterior.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Avarias em Conduitas na Rede de Adução (n.º)	17	53	46	-7	-13,2%
Sistema EPAL	17	19	33	14	73,7%
Sistema Oeste	-	34	13	-21	-61,8%

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas:

Subsistema Castelo do Bode:

- Encaminhamento e utilização na indústria cerâmica das lamas produzidas na ETA da Asseiceira e depositadas para secagem no novo Parque de Lamas da instalação, constituindo um contributo importante para a economia circular e para a sustentabilidade do processo;

- De maio a outubro, devido à visita do Papa a Fátima por altura do Centenário das Aparições, esteve ativado para o Subsistema Regional do Médio Tejo um Plano de Contingência na EPAL, tendo, em simultâneo, sido coordenado pelo ERSAR o Projeto Crítica de Fátima;
- No Subsistema Regional do Médio Tejo, na sequência de implementação de algumas medidas de gestão, foi possível reduzir o consumo de energia em Horas de Pontas em 4,8%;
- Foram instaladas coberturas de proteção nos descarregadores dos Filtros da Linhas 1 e 2 da ETA da Asseiceira, de modo a reduzir a exposição física da água filtrada e promover a melhoria da respetiva segurança;
- Conceção e implementação do plano de contingência "Resposta aos efeitos dos incêndios na qualidade da água para abastecimento público", no qual se encontra contemplada a ETA da Asseiceira.

Subsistema Tejo:

- Foi concluída a empreitada de reabilitação da conduta DNI 250 de Água Bruta e parte da conduta DNI 250 de água tratada da ETA de Vale da Pedra, ficando assim reposta a capacidade de adução do Sistema Valada - Vale da Pedra;
- Procedeu-se ao arranque da ETA de Vale da Pedra de forma faseada: primeiro arrancou a Linha 2 e, no final do ano, a Linha 1. As alterações das linhas de tratamento permitiram também incrementar a robustez e resiliência da instalação, para além do rejuvenescimento geral de órgãos e equipamentos.

Zona Oeste:

- Foi efetuada a reabilitação do edifício de apoio da EE de Reguengo Grande, com o intuito de vir a constituir o centro de operações da equipa do Posto Móvel do Oeste Norte (que anteriormente estava sediada na ETAR da Charneca);
- Procedeu-se à remodelação dos circuitos de entrada e saída da EE de Arruda e EE de Moinho do Céu I, bem como dos respetivos reservatórios, por forma a incrementar a disponibilidade dos volumes de reserva deste sistema e, deste modo, aumentar de resiliência do abastecimento ao Município de Arruda para fazer face a situações de contingência;
- Efetuou-se um simulacro de falha de abastecimento devido a rotura no Município de Arruda dos Vinhos, com o intuito de agilizar procedimentos e melhorar a comunicação e de permitindo ensaiar, no terreno, as melhorias introduzidas no sistema. Neste exercício participaram, para além da EPAL e do Município, as autoridades locais relacionadas com este tipo de eventos - entre as quais, a proteção civil e a GNR;
- Procedeu-se à reabilitação do posto de cloragem da Quinta da Vassala, alterando a solução de tratamento para hipoclorito de sódio.

Outros:

- Foi dada continuidade ao processo de alteração dos postos de cloragem, promovendo a substituição do reagente cloro gás por hipoclorito de sódio, sendo que, com esta reconversão, se eliminam os riscos inerentes associados ao cloro gás, bem com uma diminuição dos custos de manutenção e de operação. Neste âmbito, em 2017, foi reconvertido o Posto de Cloragem do Alto de Carenque.

Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por cerca de 1.445 km de condutas de Sistemas de Distribuição e de Adução, com cerca de 102 mil ramais de abastecimento, 14 reservatórios, 10 estações elevatórias e 6 postos de cloragem.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Comprimento da Rede (km)	1.448	1.446	1.445	-2	-0,1%
Est. Elevatórias (n.º)	10	10	10	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	14	14	14	0	0,0%
Ramais (n.º)	101.346	101.967	102.314	347	0,3%

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas: Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m), Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m), Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m) e Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m). Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 160 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

No ano de 2017 verificaram-se 470 avarias em condutas e 661 roturas em ramais. O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu o valor de 33 avarias/100 km rede/ano.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Avarias em Condutas na Rede de Distribuição (ERSAR) (n.º)	444	382	470	88	23,0%
Avarias em Condutas/ 100 Km/ Ano na Rede de Distribuição (n.º/100 km/ano)	31	26	33	7	26,9%
Roturas em Ramais (n.º)	683	637	661	24	3,8%

No que respeita às operações de abastecimento de água na rede de distribuição de Lisboa, destaca-se:

- a conclusão dos trabalhos de reabilitação do compartimento 2 do reservatório de Campo de Ourique;
- a entrada em exploração da nova sobreprensa da Avenida das Forças Armadas, integrada na Rede de Distribuição de Lisboa.

Qualidade da Água

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da empresa.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor na cidade de Lisboa, constitui uma das maiores preocupações da EPAL, seguindo para este efeito uma política de boas práticas de operação e manutenção. Esta preocupação tem dois objetivos fundamentais: comprovar o nível de qualidade da água versus cumprimento da legislação em vigor e manter um controlo operacional que permita detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

A capacidade analítica instalada nos laboratórios de ensaios da EPAL está sustentada numa rigorosa qualificação dos técnicos e no recurso a equipamentos de elevada capacidade de resposta e automatização, que permitem dar uma resposta rápida no âmbito do controlo da qualidade da água no sistema abastecimento da EPAL e no âmbito dos compromissos de prestação de serviços analíticos para clientes externos.

Os laboratórios estão dotados de equipamentos de última geração e de recursos humanos altamente qualificados que lhes permite executar quase a totalidade de ensaios obrigatórios na legislação em vigor, segundo critérios de controlo de qualidade analítica rigorosos, permitindo a garantia da exatidão e precisão dos resultados obtidos.

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025 - "Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração", para as seguintes atividades:

- Análise de 110 parâmetros da qualidade da água (correspondendo a 198 compostos), sendo que alguns parâmetros/espécies estão acreditados para mais de um método de ensaio;
- 135 métodos analíticos para ensaios em águas;
- Testes a materiais orgânicos em contacto com água para consumo humano, correspondendo a 6 métodos/normas (sendo um dos 2 laboratórios a nível nacional com esta acreditação).

A EPAL, no seguimento da sua preocupação com a melhoria contínua dos processos, dos sistemas e das tecnologias, implementou, em finais de 2007, um Plano de Segurança da Água (PSA) no seu Sistema de Abastecimento, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), numa perspetiva de análise e prevenção de riscos em sistemas de abastecimento de água. "A forma mais eficaz de garantir sistematicamente a segurança de um sistema de abastecimento de água para consumo humano consiste numa metodologia integrada de avaliação e gestão de riscos que englobe todas as etapas do abastecimento de água, desde a captação até ao consumidor" (OMS, 2004)

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a 1.ª edição do PSA da EPAL, que se tornou numa ferramenta essencial na análise, prevenção e gestão de riscos no sistema de abastecimento da EPAL. O PSA implementado contemplou a totalidade do sistema de abastecimento da EPAL, desde as áreas/bacias hidrográficas onde estão localizadas as origens que a empresa utiliza para produção de água destinada ao consumo humano até às torneiras dos consumidores finais (origens, captações, tratamentos, distribuição e rede predial dos clientes), e foi integrado na gestão de risco da empresa.

DIAGRAMA DE FLUXOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA EPAL



Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA).

Este Plano integra as seguintes componentes:

- Controlo legal - Controlo da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa e nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc);
- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.

Avaliação da Qualidade da Água

Em termos da avaliação da Qualidade da Água nas Origens, há a referir:

Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A2 para o parâmetro Coliformes totais e para os restantes parâmetros controlados, na Classe A1. A ETA da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo em Valada Tejo integra-se na Classe superior a A3 para o parâmetro da qualidade Temperatura e na Classe A3 para o parâmetro Coliformes totais. Para os parâmetros Coliformes fecais, Estreptococos fecais, Cor, Azoto amoniacal, Manganês; Sólidos suspensos totais e pH a qualidade da água desta captação integra-se na Classe A2 e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1.

Os valores da Temperatura superiores aos valores limite para as Classes A1/A2/A3 são consequência do clima habitual para o nosso país, não sendo considerada por si só um indicador de contaminação das águas.

A ETA de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nas captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano, foram:

- Bário e a Temperatura: Lezírias e Azambuja;
- Bário e Hidrocarbonetos dissolvidos: Cais de Britos II;
- Bário: Várzea, Quinta da Vassala, Alcoentre, Arrifana e Casais da Areia,

No entanto a mistura de água proveniente dos diferentes furos elencados anteriormente, com a água proveniente das Estações de Tratamento de Água permite garantir a qualidade da água fornecida de acordo com a legislação em vigor.

Relativamente à Qualidade da Água Fornecida/Distribuída:

Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,28% (36 incumprimentos) das determinações de parâmetros.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,14% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (37 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrência de incumprimentos nas toneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais

A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,13% de valores não conformes (26 incumprimentos).

No sítio www.epal.pt e com periodicidade mensal, são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras.

Trimestralmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, efetua-se a seguinte divulgação:

- São publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores;
- São enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas nos respetivos pontos de entrega;
- Proceda-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

Atividade Comercial

Clientes e Mercado

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Clientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos)	17	17	17	0	0,0%
Clientes Multimunicipais	2	2	2	0	0,0%
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	351.041	354.302	356.094	1.792	0,5%
Domésticos	301.890	303.582	304.423	841	0,3%
Comércio e Indústria	42.576	44.223	45.144	921	2,1%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	3.048	2.506	2.265	-241	-9,6%
Instituições	3.525	3.989	4.260	271	6,8%
Unidades Militares	2	2	2	0	0,0%
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	34	34	34	0	0,0%
Número de consumidores	2.842.185	2.843.632	2.850.476⁽¹⁾	6.844	0,2%
Lisboa	509.312	504.471	504.964	493	0,1%
Municípios	2.332.873	2.339.161	2.345.512	6.351	0,3%
Área total abastecida (Km ²)	7.095	7.095	7.095⁽²⁾	0	0,0%
Lisboa	100	100	100	0	0,0%
Municípios	6.995	6.995	6.995	0	0,0%

(1) INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2016)

(2) Área em Km² (ano de referência 2016)

No quadro seguinte apresenta-se a relação dos Clientes Multimunicipais e Municipais abastecidos pela empresa:

Municípios Abastecidos	Cliente	Entidade
ALENQUER	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
ALCOBAÇA	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
ARRUDA DOS VINHOS	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
AZAMBUJA	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
BOMBARRAL	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
CADAVAL	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
CALDAS DA RAINHA	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
LOURINHÃ	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
NAZARÉ	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
ÓBIDOS	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
PENICHE	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
RIO MAIOR	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
TORRES VEDRAS	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
ENTRONCAMENTO	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
VILA N. BARQUINHA	Multimunicipal	Águas do Vale do Tejo, SA
TORRES NOVAS	Multimunicipal	Águas do Ribatejo EIM, SA
ALCANENA	Municipal	Luságua Alcanena, Gestão de Águas SA

Municípios Abastecidos	Cliente	Entidade
AMADORA	Municipal	SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos municípios de Oeiras e Amadora
BATALHA	Municipal	Águas do Lena, SA
CARTAXO	Municipal	Cartágua - Águas do Cartaxo, SA
CASCAIS	Municipal	Águas de Cascais, SA
CONSTÂNCIA	Municipal	Município de Constância
LEIRIA	Municipal	SMAS Leiria
LOURES	Municipal	SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas
MAFRA	Municipal	Be Water, SA - Águas de Mafra
ODIVELAS	Municipal	SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas
OEIRAS	Municipal	SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos municípios de Oeiras e Amadora
OURÉM	Municipal	Be Water, SA - Águas de Ourém
PORTO DE MÓS	Municipal	Município de Porto de Mós
SANTARÉM	Municipal	Águas de Santarém EIM, SA
SINTRA	Municipal	SMAS de Sintra
TOMAR	Municipal	SMAS de Tomar
VILA FRANCA DE XIRA	Municipal	SMAS de Vila Franca de Xira

Vendas

Volume vendido (m³)

	2015	2016	2017	Varição 2017/2016
Clientes Diretos (m ³)	53.868.692	52.107.596	52.569.436	461.840
Clientes Municipais (m ³)	115.088.002	114.367.283	120.877.478	6.510.195
Clientes Multimunicipais (m ³)	28.066.679	29.171.603	30.886.821	1.715.218
Total	197.023.373	195.646.482	204.333.735	8.687.253

O volume vendido no ano de 2017 ultrapassou a fasquia dos 200 milhões de m³, ascendendo a 204,3 milhões de m³, os quais representam um acréscimo de 8,7 milhões de m³ relativamente ao volume vendido no ano transato.

Verifica-se um crescimento de 8,2 milhões de m³ (+5,7%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 0,5 milhões de m³ (+0,7%) nos clientes diretos. Nos clientes municipais e multimunicipais destaca-se o incremento de 5,6 milhões de m³ nos clientes dos concelhos limítrofes de Lisboa (+5,1%) e de 1,7 milhões de m³ (+6,4%) na Águas do Vale do Tejo (para abastecimento a municípios do Oeste e Centro).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura de consumos dos Clientes Diretos por segmento:

	(m ³)	2015	2016	2017	Varição 2017/2016
Doméstico		26.940.912	27.212.611	27.488.204	275.593
Comércio/Indústria		12.343.557	12.935.786	13.475.394	539.609
Instituições		3.062.209	3.449.398	3.952.328	502.930
Embaixadas		176.769	168.737	185.652	16.916
Estado		4.267.585	4.169.228	4.042.665	(126.564)
Unidades Militares		331.691	304.854	309.814	4.960
Câmara Municipal Lisboa		6.745.971	3.866.982	3.115.379	(751.604)
Total		53.868.692	52.107.596	52.569.436	461.840

Níveis de Serviço

As suspensões de serviço com impacto em Clientes registaram um crescimento no ano de 2017.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	
Por tempo (h)	2.008	1.842	2.367	525	28,5%
Total Produção e Transporte	147	53	270	217	409,4%
Programadas	147	53	258	205	386,8%
Não programadas	0	0	12	12	-
Total Distribuição	1.861	1.789	2.097	308	17,2%
Programadas	393	282	584	302	107,1%
Não programadas	1.468	1.507	1.513	6	0,4%
Por quantidade (n.º)	662	531	712	181	34,1%
Total Produção e Transporte	10	5	24	19	380,0%
Programadas	10	5	23	18	360,0%
Não programadas	0	0	1	1	-
Total Distribuição	652	526	688	162	30,8%
Programadas	106	64	105	41	64,1%
Não programadas	546	462	583	121	26,2%

Eficácia do serviço	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	7	4	19	15	375,0%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	154	172	171	-1	-0,6%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	1	1	9	8	800,0%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	3	9	3	-6	-66,7%
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	12	8	30	22	275,0%

Outros Serviços Prestados

Sistema de informação e gestão comercial - Aquamatrix:

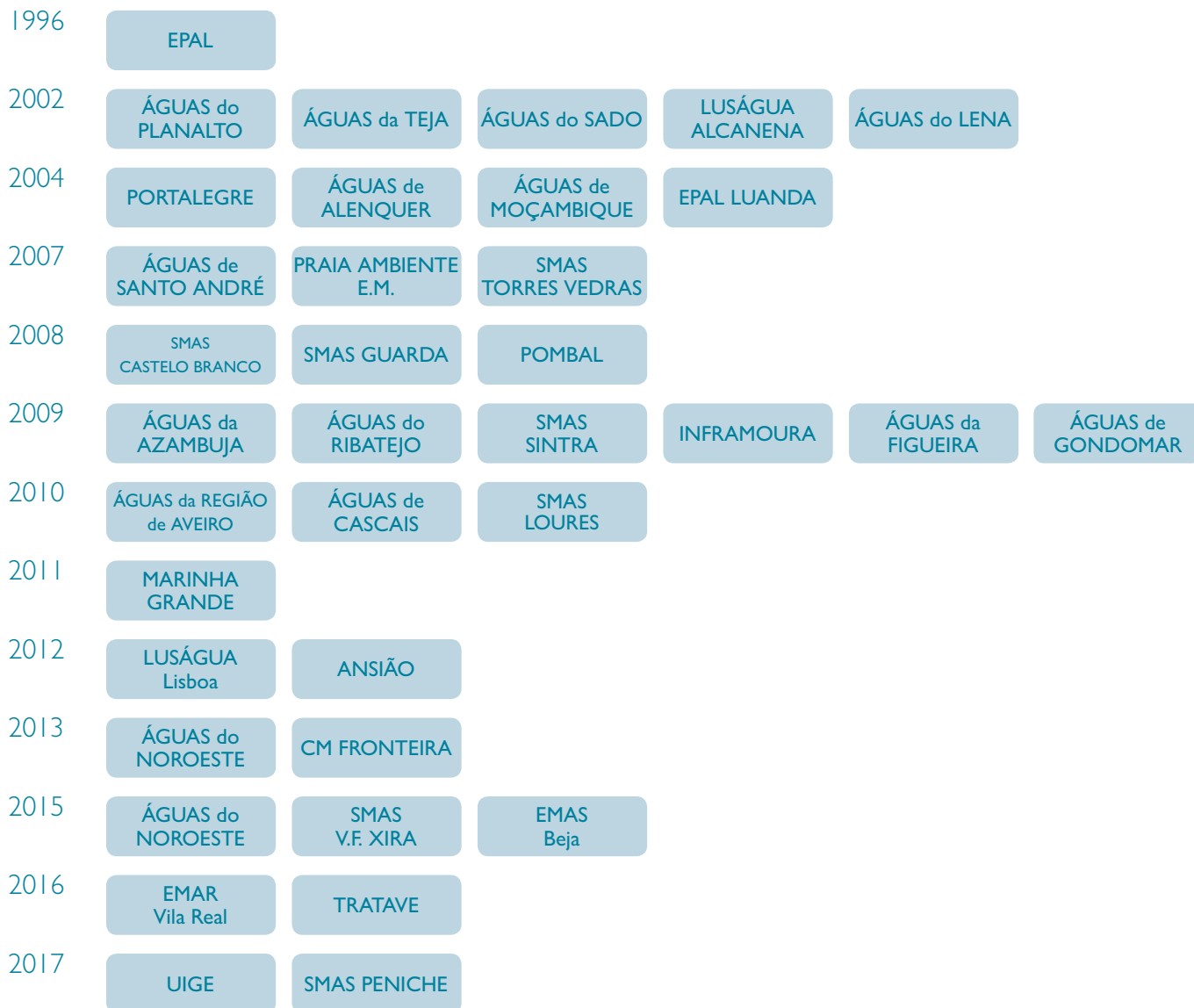


AQUA
matrix

O AQUA matrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, que teve o seu arranque em novembro de 1996. Desde então que a EPAL tem vindo a desenvolver a aplicação e a comercializa-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

Este produto teve um desenvolvimento comercial relevante, no ano em análise, com a implementação em 3 novos clientes, os SMAS de Peniche, as Águas de Santiago em Cabo Verde e o UIGE, estando presente em 33 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos em Portugal e em 4 empresas africanas (Maputo, Cabo Verde e duas em Angola), com responsabilidade na gestão comercial de 60 municípios.

Foram, ainda, renovados contratos com dois clientes, que resulta numa quota de mercado nacional de 31% e 1,7 milhões clientes finais.



No sentido de dar maior robustez e qualidade à operação AQUAmatrix iniciou-se o processo conducente à obtenção da certificação ISO 27001.

Sistema de redução de perdas de água - WONE (Water Optimization for Network Efficiency):

O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água.



O WONE® é vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das ZMC. A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Dos trabalhos realizados no ano, que abrangem quer o diagnóstico de redes como a deteção de fugas e a comercialização do sistema WONE, destacam-se os seguintes:

- Município de Viana do Alentejo - Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Vendas Novas - Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Alandroal - Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Arruda de Vinhos - Deteção de Fugas/ Licença WONE
- Município de Fronteira - Licença WONE
- Município de Alter do Chão - Licença WONE
- Município de Montemor-o-Novo - Licença WONE
- Município de Borba - Licença WONE;
- Município de Reguengos de Monsaraz - Licenças WONE;
- SMAS Torres Vedras - Licença WONE
- Valorsul - Deteção de Fugas
- SILVIP - Deteção de Fugas
- Fundação Calouste Gulbenkian- Deteção de fugas;
- Construbuild - Deteção de fugas
- Comando da PSP - Deteção de fugas

No final de 2017, para além da EPAL e da AdVT, existiam mais 12 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água.

Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas - Waterbeep:



O waterbeep® é um serviço inovador em Portugal através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

O waterbeep® apresenta-se em quatro modalidades, com diferentes níveis de detalhe de informação, podendo os clientes optar pela que melhor se adequa às suas necessidades.

As modalidades waterbeep® plus, pro e premium permitem a emissão de alertas, sendo os mesmos enviados aos clientes aderentes sempre que se verificarem:

- Desvios significativos do padrão habitual de consumo de água
- Situações de consumos contínuos durante um período alargado de tempo, que poderão ser indicadores de roturas ou dispositivos abertos/avariados

Os parâmetros dos alertas são pré-definidos pela Entidade Gestora de Água especificamente para cada local, podendo ser personalizados pelo cliente a qualquer momento.

myAQUA:



O myAQUA® é uma aplicação gratuita para smartphones que permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados de contrato, comunicar leituras de acordo com as suas preferências, consultar contas da água, e muito mais. Permite, também, aceder a mais do que um contrato, podendo consultar e gerir a informação relativa a vários locais de consumo de forma simples, cómoda e com único código de acesso.

Este produto registou um desenvolvimento comercial durante 2017 relevante, encontrando-se em funcionamento em 14 entidades gestoras incluindo a EPAL, estando disponível para cerca de 1 milhão de clientes finais.

WattWater:



WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015, durante o ENEG.

O WattWater é um SaaS (Software as a Service) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

Reparação e Ensaio de Contadores:

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Para além dos trabalhos de reparação, ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal prestados para a própria EPAL têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

No ano de 2017 a oficina e o laboratório de contadores renovaram a qualificação de Reparador Qualificado de contadores de água e de Organismo de Verificação Metrológica (OVM) de contadores de água. Foi igualmente mantida a acreditação do laboratório de ensaios e calibração de contadores de água e medidores de caudal eletromagnéticos.

Análises Laboratoriais:

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água (LAB) é o órgão da EPAL que tem a responsabilidade de proceder à conceção, implementação e gestão do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA), aplicando-se assim o princípio de que a responsabilidade pelo controlo da qualidade do produto deve ser independente das atividades de produção e de exploração do sistema de abastecimento de água.

Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, "a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída".

A Unidade de Apoio Técnico assegura a prestação de serviços de amostragem e de monitorização da qualidade das águas em água para consumo humano, águas de piscinas, águas de processo e águas naturais.

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 - "Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração", para as seguintes atividades:

- Colheita, preservação e transporte de amostras de água (para águas de consumo humano e águas naturais destinadas à produção de águas para consumo humano);
- Análise de 110 parâmetros da qualidade da água (correspondendo a 198 compostos), sendo que alguns parâmetros/compostos estão acreditados para mais de um método de ensaio;
- 135 Métodos analíticos para ensaios em águas;
- Testes a materiais orgânicos em contacto com água para consumo humano, correspondendo a 6 métodos/normas (sendo um dos 2 laboratórios a nível nacional com esta acreditação).

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL, possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no sector laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

Durante o ano de 2017, apresentaram-se 46 propostas/candidaturas a concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises em diversas matrizes de águas e ensaios a materiais em contacto com a água para consumo humano.

Fill Forever

A “Fill Forever” é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultra leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público fill forever em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. Leve no preçõ. Leve no ambiente.

A “Fill Forever” foi já distinguida com o prémio iF Design Award, um dos prémios de design de maior prestígio a nível mundial, reconhecido internacionalmente há mais de 60 anos como um símbolo da excelência em design. O júri deste prémio avaliou cerca de 5.000 projetos provenientes de 53 países para determinar quais é que seriam merecedores do selo de excelência da iF.





Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL

A EPAL lançou em 2017 a Garrafa Siza - Lisbon Soul. Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira e mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP - Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.

Produzida em vidro por uma vidreira de referência nacional, o Depósito da Marinha Grande, tem cerca de 920 gramas de peso, 22 centímetros de altura e 0,65 litros de capacidade, a garrafa representa uma opção de prestígio e de sustentabilidade e está acondicionada numa embalagem em madeira, feita também no nosso País (valorizando as matérias-primas e os produtos portugueses), assinada pelo mesmo autor.

Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos - O Castelo de São Jorge - posicionando-a

como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofiusa - a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.

A Garrafa Siza evoca, em linhas singulares, o património e a lenda. Mais do que uma forma bonita de beber a melhor água de Lisboa, esta peça de design é uma nova viagem. Inesquecível.

Com o lançamento da Garrafa Siza - Lisbon Soul, a EPAL pretende promover a excelência da qualidade da água da torneira da cidade de Lisboa, incentivando, assim, o consumo deste bem essencial à vida.

Academia das Águas Livres



A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL e inaugurada em 4 de outubro de 2013, na sequência da tomada de consciência de uma lacuna em Portugal, ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalham ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor.

Para o desenvolvimento da sua atividade formativa, a Academia dispõe de condições privilegiadas e flexíveis ao nível das infraestruturas, abrangendo, para além do edifício da formação com quatro salas devidamente equipadas e uma área de convívio para intervalos, espaços verdes sustentáveis e estacionamento. Conta ainda com uma bolsa de formadores altamente especializados nas matérias

abordadas nos cursos, assegurando a resposta e acompanhando de forma inovadora as constantes evoluções e necessidades do mercado onde opera.

Em 2017 destaca-se a conclusão, em junho, da primeira edição da Pós-graduação em Tecnologias e Gestão da Água e a realização da segunda edição da mesma.

Sistema de Inspeções

A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias,...), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

Neste sentido, a EPAL possui atualmente uma equipa técnica de profissionais especializados na realização de Inspeções a infraestruturas que pode colaborar e apoiar as entidades gestoras que detenham património para gerir, na implementação de um Sistema desta natureza, através das seguintes atividades:

- Análise da informação existente e elaboração e desenvolvimento de inventário técnico;
- Realização de inspeções técnicas aos ativos;
- Elaboração de relatórios de inspeção;
- Definição, valorização e especificação, ao nível de caderno de encargos, de trabalhos de reparação/manutenção;
- Apoio à tomada de decisão, através de produção de informação crítica, de modo a permitir selecionar, priorizar e calendarizar os investimentos de forma criteriosa.

A atividade de Inspeções, encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008, e a avaliação efetuada e os resultados obtidos através das Inspeções realizadas aos ativos, permite ir ao encontro dos requisitos legais vigentes, através do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelece o dever, por parte das entidades concessionárias de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo humano, de “enviar ao concedente e à entidade reguladora, com periodicidade quinquenal, um relatório técnico referente à aptidão funcional, segurança, estado de conservação das principais infraestruturas e equipamentos necessários à prestação sustentável dos serviços evidenciando as prioridades de reabilitação ou substituição e sua respetiva calendarização”.

CAL - Chave Águas Livres

As redes urbanas de distribuição de água e de drenagem de águas residuais e serviços de incêndio são constituídas por um vasto conjunto de conexões, órgãos e acessórios, que devido à sua grande variedade, implicam a utilização de um número elevado de diferentes ferramentas para o acesso e manobrabilidade de todos os órgãos e acessórios (marcos de água, bocas-de-incêndio, válvulas, tampas, capacetes móveis, de vários tipos).

A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mão-de-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a standardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

A CAL - Chave Águas Livres, foi premiada com Project Innovation Awards of the International Water Association (IWA), na categoria Pequenos Projetos.

Comunicação com Clientes

Em 2017 prosseguiu a estratégia da empresa de aproximação ao cliente e de promoção do uso eficiente da água, nomeadamente:

Iniciativas de Comunicação com o Cliente e público em geral

1. No âmbito do incentivo ao consumo de água da torneira:

- A EPAL iniciou o ano de 2017 com o lançamento de uma campanha promocional da garrafa Fill Forever nos seus outdoors publicitários. Com o mote "FAZ PARTE DE SI", pretendeu lembrar os Clientes e Consumidores da capital que a água da torneira é parte integrante de todos os momentos do quotidiano, passando a mensagem do seu consumo em todo o lado através de uma embalagem de design.

Com a criação da Fill Forever, a EPAL inovou com uma solução para transportabilidade da água da torneira, assegurando o consumo de água de excelência nas atividades de lazer, nos transportes, no escritório, na prática de exercício físico e ao ar livre. A campanha, que teve como palavras-chave "Faz parte do seu LAZER", "CONFORTO", "SUCESSO", "VIAGEM", "NATUREZA", "RITMO", "VIDA", esteve patente também nos canais digitais da empresa com enfoque nas Redes Sociais.

- Durante o ano de 2017 realizaram-se outras iniciativas promocionais de incentivo ao consumo de água da torneira nomeadamente o desafio a Entidades Públicas e Privadas do consumo, em exclusivo, de água da rede pública nas suas instalações, tendo-se conquistado 16 novas entidades e totalizando 56 até à data, entre Empresas e IPSS, Hotéis, Órgãos de Estado, Ministérios e Entidades Públicas e Lares da cidade de Lisboa.

O Ministério da Saúde foi um dos que veio juntar-se a outros aderentes em anos anteriores (como o do Ambiente, do Mar, das Finanças e da Educação), assim como a Provedoria de Justiça, a Autoridade Tributária e Aduaneira e a CMVM e a CML. No ano que decorreu outras entidades como o INE, a Gebalis, o INEM, a AMA passaram também disponibilizar nas suas áreas comuns (salas de reuniões, coffee break, refeitórios) jarros EPAL para consumo de água da torneira. Próximo do fim do ano, a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República também manifestou o seu compromisso, tendo aceiteado o desafio do consumo exclusivo de água da rede pública.

Com estas iniciativas, a água da EPAL afirma-se, mais uma vez, pela sua inquestionável qualidade, sendo cada vez mais uma opção de excelência pelas suas reconhecidas vantagens como sejam o facto de ser ecológica, económica e facilmente acessível.

- Entre outras iniciativas para a promoção da qualidade da água contam-se as ações de rua com Aguadeiros em datas comemorativas, eventos e feiras onde a EPAL esteve presente, sensibilizando para as vantagens do consumo de água da rede pública e com uma excelente receptividade pela sua natureza inovadora, surpreendendo os diferentes públicos. Neste âmbito, a EPAL fez a ativação da marca no Dia Mundial da Água, onde os Aguadeiros de Rua que ofereceram aos lisboetas e turistas da capital água da torneira na Avenida da Liberdade, no Parque Eduardo VII e nos jardins envolventes dos Reservatórios da Mãe d'Água e da Patriarcal, bem como na celebração das Festas da Cidade e no Dia Nacional da Água onde foi feita a sensibilização aos eleitores que se dirigiram à Sede da empresa para exercer o seu voto.

Outras ações promocionais realizaram-se nas Feiras Futurália e Alimentária, e na Conferência AQUASIS, Exposição "Água para Todos", Evento "Sê-lo Verde", bem como no apoio aos participantes da Corrida 25 Abril que se realizou em Lisboa.

À semelhança do ano anterior, a EPAL celebrou a quadra natalícia com a presença de Aguadeiros na Av. da Liberdade e no Parque das Nações, com oferta de um Cartão de Natal, servindo aos turistas e visitantes um reconfortante cappuccino feito com água quente...da torneira.

2. No âmbito do uso eficiente da água

Foram realizadas várias iniciativas de promoção do waterbeep, sendo de realçar a campanha no Parque das Nações, até meados de 2017. Esta incluiu comunicações aos residentes, contactos com empresas de gestão de condomínios, visitas aos comerciantes locais, e ainda um contacto mais personalizado aos clientes através de telemarketing, promovendo as vantagens do waterbeep e incentivando a adesão a este serviço.

No âmbito do protocolo celebrado entre a EPAL e o Jardim Zoológico e com o objetivo de promover o waterbeep e sensibilizar o segmento infantil para o uso eficiente da água, a EPAL aproveitou as comemorações do Dia Mundial da Criança para realizar mais uma iniciativa no Jardim Zoológico. Esta ação realizou-se no dia 3 de junho e contou com a participação de trabalhadores da EPAL e respetivas famílias que puderam passar um dia diferente no Jardim Zoológico, com workshop Mar Limpo que visou sensibilizar para a questão do lixo marinho e, ainda, a visita a bastidores de habitats de animais e tarde livre no ZOO.

Adicionalmente, e semelhante a ações anteriores, realizou-se uma ação promocional junto ao habitat da foca BEEP, para comemoração do Dia Mundial da Criança com os visitantes do ZOO, com a promoção do Waterbeep. Foram ainda oferecidos às crianças diversos materiais e com mensagens de uso eficiente. Às crianças das escolas de Lisboa foram distribuídos folhetos informativos sobre o waterbeep, incentivando os mesmos a mostrar aos pais e falar sobre o serviço que ajuda no controlo de consumos de água.

Mantendo a tónica no uso eficiente da água, a EPAL promoveu o apoio às Juntas de Freguesia de Santo António e dos Olivais, áreas geográficas onde estão localizados os seus principais recintos em Lisboa, fornecendo materiais didáticos de poupança de água como ampulhetas de banho e brochuras temáticas para as iniciativas junto das Escolas e outros públicos da Freguesia.

Na Junta de Freguesia dos Olivais, a EPAL apoiou o Projeto Loja+ e a Feira Sustentabilis, ambas dedicadas à dinamização de comportamentos sustentáveis junto do comércio local, tendo estado presente nos eventos realizados na freguesia. De salientar aqui a originalidade do Projeto Loja+, em que os Lojistas recebem formação gratuita no âmbito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável sobre temas como a poupança de água e o combate contra o desperdício alimentar sendo, depois avaliados pelas melhores práticas e premiados os vencedores. Esta iniciativa reconhece a sustentabilidade como elemento fundamental para assegurar a dinamização do comércio local, promovendo a qualidade de vida e um bom ambiente para a comunidade.

No âmbito do combate ao desperdício, a EPAL apoiou em Novembro a campanha conjunta do Governo, da Águas de Portugal, da Agência Portuguesa do Ambiente e da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) “Um minuto por dia, vamos fechar a torneira à seca.”, com a disponibilização de outdoors e com a inserção de um flyer nas faturas dos Clientes. Esta campanha traduz um apelo à poupança deste recurso numa altura em que todo o país está em situação de seca severa ou extrema, alertando que basta fechar a torneira 1 minuto para pouparmos 12 litros de água e que, se todos o fizerem o mesmo gesto, a poupança é de 120 milhões de litros por minuto, o suficiente para “garantir as necessidades básicas de um milhão de portugueses”.

3. No âmbito da promoção dos produtos e serviços da EPAL

Espaços museológicos

A EPAL assinalou as comemorações do Dia Mundial da Água, 22 de Março, com a abertura gratuita do Museu da Água. Com a campanha “EPAL Faz Parte da História da Água em Lisboa”, a empresa pretendeu evidenciar o percurso da água através das infraestruturas históricas de transporte, armazenamento e distribuição deste bem essencial ao longo de eras e gerações, fator condicionante do progresso da cidade e parte integrante das vivências dos seus habitantes. Esta iniciativa contou com a ativação da marca EPAL através de Aguadeiros de Rua que ofereceram aos lisboetas e turistas da capital água da torneira, bem como materiais informativos sobre os núcleos do Museu da Água. Estas ações decorreram na Avenida da Liberdade, no Parque Eduardo VII e nos jardins envolventes do Reservatório da Mãe d'Água e do Reservatório da Patriarcal.

Waterbeep

O waterbeep® é um serviço que disponibiliza aos clientes informação sobre o seu consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

O waterbeep® apresenta-se em quatro modalidades, home, plus, pro e premium, com diferentes níveis de detalhe de informação, podendo os clientes optar pela que melhor se adequa às suas necessidades.

A EPAL implementou a campanha ECO EPAL com o lema “Ser ecológico é pensar no futuro. Uma ação sustentável, um ambiente melhor para todos”, com o objetivo de recompensar os Clientes pela sua preocupação ecológica, premiando os que aderissem à Fatura por e-mail e/ou ao waterbeep, serviço que ajuda a poupar água. Neste âmbito, aos Clientes que efetuassem a adesão a estes serviços amigos do ambiente, seriam oferecidos Vales para usufruto de 3 Experiências, compreendendo três categorias Beleza & Bem-estar, Atividades na natureza e ao Ar Livre e Atividades Desportivas disponíveis no site www.3experiencias.pt. Para assinalar o 4º aniversário do Waterbeep, alargou-se a campanha a todas as modalidades do Waterbeep e a todos os clientes, durante o mês de dezembro, tendo sido adotado o lema “smartefficiency4all”.

Em parceria com a Uniplaces, uma startup portuguesa especialista em simplificar ao máximo a experiência de encontrar alojamento, negociando diretamente com os senhorios, a EPAL desenvolveu um conjunto de iniciativas com vista a divulgar o serviço Waterbeep e de promoção do uso eficiente da água através da monitorização dos consumos, tendo sido criada uma Landing Page no site da Uniplaces, dirigida aos novos senhorios com condições especiais de adesão ao Waterbeep. Foi promovido um concurso pela Uniplaces com o objetivo premiar os senhorios que se distinguiram pela qualidade do arrendamento, preocupações ambientais e tecnológicas, tendo a EPAL integrado o júri.

No final de 2017, este serviço inovador e pioneiro em Portugal, conta já com 7891 adesões, das quais 85,2% waterbeep home, 12,7% waterbeep plus, 1,9% waterbeep pro e 0,3% waterbeep premium.

myAQUA

Em 2017, a app myAQUA foi promovida nas Redes Sociais e nas Lojas EPAL, tendo também sido divulgada na Futurália, a maior feira de Educação, Formação e Empregabilidade em Portugal, com incidência de público jovem, um segmento muito interessado e curioso com todas as novidades da era digital.

Para além de estar disponível para os clientes da EPAL, esta aplicação está também implementada noutras entidades gestoras, servindo assim o universo de clientes destas - SIMAR Loures e Odivelas, grupo AQUApor, SMAS de Torres Vedras e, a mais recente, SMAS de Vila Franca de Xira.

Garrafa Lisbon Soul

Em julho de 2017, a EPAL lançou uma inovadora garrafa com a assinatura do prestigiado arquiteto português Álvaro Siza Vieira, a Garrafa Lisbon Soul. Esta peça, que é fruto de uma parceria entre a EPAL a AHP - Associação da Hotelaria de Portugal, pretende promover a excelência da água da torneira junto do Turismo, compromisso que se firmou no âmbito da celebração do Ano Internacional do Turismo Sustentável.

A garrafa é produzida por uma vidreira de referência nacional, o Depósito da Marinha Grande, e está acondicionada numa embalagem em madeira, feita também no país, assinada pelo mesmo autor, valorizando as matérias-primas e os artistas nacionais. Caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico de Lisboa, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos - O Castelo de São Jorge, posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade.

A empresa desenvolveu várias iniciativas de promoção deste novo produto:

- Participação no 29º congresso da AHP com stand dedicado onde, pela primeira vez, a EPAL contribuiu com a oferta de duas garrafas “Lisbon Soul” para o sorteio dos serviços dos expositores, a dois Gestores de Hotéis. O interesse e a receptividade demonstrada pelos Congressistas foram notórios, tendo-se estabelecido vários contactos com vista à comercialização da Garrafa, concluindo-se esta iniciativa com sucesso.
- Presença no ENEG 2017, também com stand alusivo à divulgação da garrafa de autor, tendo sido reconhecida pela sua originalidade e comercializada diretamente aos interessados.
- No mês de dezembro, e enquadrado na época natalícia, a EPAL lançou uma campanha nos outdoors da empresa instalados na cidade promovendo esta peça como uma opção de prestígio e sustentabilidade.

A Garrafa Siza está a ser comercializada nos Hotéis aderentes associados à AHP, no Museu da Água e nas Lojas EPAL, tendo sido vendidas um total de 513 unidades até ao final do ano de 2017 a hotéis, restaurantes, empresas e particulares.

Garrafas “Fill Forever”

A “Fill Forever” é uma garrafa 100% nacional e reutilizável, que foi concebida para receber e transportar a água da torneira de uma forma ecológica e funcional.

Desde o seu lançamento em 2014, a “Fill Forever” é um produto que aposta nos valores de inovação, elegância e sofisticação, daí ter ganho prémios prestigiados de design como iF Design Award. Com um volume de vendas na ordem de 21.500 unidades, ao longo do ano de 2017, a “Fill Forever”, para além de comercializada, tem sido um veículo, por excelência, de comunicação para a sensibilização da população para o consumo da água da torneira, destacando-se as seguintes parcerias e patrocínios:

- Hora do Planeta,
- Corrida da Liberdade, com a participação de mais de 6.500 pessoas
- Aldeias de Portugal: 7 Maravilhas. Programa da RTP onde a fill forever marcou presença em direto, na versão dourada
- Nova Medical School, da Universidade Nova de Lisboa,
- Volvo Ocean Race, considerada a maior regata internacional, deu-se ao sabor da água da torneira.
- Noite da Medicina.
- Instituto Nacional de Emergência Médica
- Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República

Em junho de 2017, a “Fill Forever” associou-se às Festas de Lisboa com o lançamento de uma edição especial, que este ano se vestiu com os núcleos do Museu da Água da EPAL. Para além de uma banca especial, para venda ao público, a “Fill Forever” desfilou na Avenida da Liberdade, ao som das marchas e acompanhada com os aguadeiros que deram de beber a todos aqueles que festejaram a noite de Santo António.

ECSI 2017 - Estudo Nacional de Satisfação de Clientes

De acordo com as conclusões do Estudo de Satisfação ECSI 2017, EPAL aumentou a Satisfação e tem mais Clientes a beberem água da torneira, evidenciando um acréscimo da Confiança na Empresa e no Serviço Prestado.

A EPAL retomou, este ano, o Estudo ECSI - Estudo Nacional de Satisfação de Clientes, uma parceria entre o Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e a NOVA Information Management School da Universidade Nova de Lisboa (NOVA IMS), tendo optado por não participar em 2016 devido à estabilidade evidenciada pelo ECSI desde 2008.

No seu conjunto, também em 2017 evidenciou notas elevadas, com uma classificação de 8 ou superior a 8 em 19 dos 33 subcritérios sujeitos a avaliação.

A Qualidade Global da Empresa e a Qualidade da Água mantiveram uma avaliação muito positiva e a atividade comercial continua a registar classificações elevadas relativamente à Adequação dos Meios de Pagamento, à Fiabilidade dos Produtos e Serviços e às Instalações do Atendimento e ainda quanto à Periodicidade da Faturação, subindo face a 2015.

No que respeita à Satisfação Global, a EPAL alcança em 2017 uma pontuação nunca antes obtida de 7,87. O volume de Clientes que Bebe Água da Torneira também aumentou de 85,2% para 87,1%, uma percentagem nunca antes alcançada.

Ainda de salientar que, em 2017, foi introduzida no Estudo ECSI a avaliação da perceção sobre CAMPANHAS realizadas pelas Entidades Gestoras, tendo 38,6% dos clientes da EPAL referido que tem conhecimento das mesmas e 46,9% identificado a realização de campanhas sobre “Abastecimento” e 20,8% sobre a “Fatura Eletrónica”, critério este último em que EPAL registou a melhor avaliação do setor.

Investimentos, Gestão de Ativos e Manutenção

Investimentos

No que respeita ao investimento em ativos fixos tangíveis, foram realizados em 2017 um total de 16,3 milhões de euros.

O quadro seguinte detalha os investimentos do último triénio:

Valores em EUR	2015	2016	2017
Garantia da Capacidade	464.806	299.415	440.507
Ampliação da rede de Distribuição	456.942	285.428	347.999
Outros	7.864	13.987	92.507
Garantia da Fiabilidade e Segurança	5.573.800	6.015.418	4.429.952
Renovação da Rede de Distribuição	2.026.974	1.167.734	1.440.959
Renovação da Rede de Adução	1.847.274	2.799.385	421.510
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	381.271	1.115.397	1.403.122
Outros	1.318.201	932.902	1.164.360
Garantia da Qualidade	307.177	4.772.186	9.937.519
Reabilitação da Est. Tratamento de Vale da Pedra	4.416	4.492.294	9.374.555
Construção e Remodelação de Postos de Cloragem	233.012	47.714	44.255
Laboratório Central	58.197	222.095	459.452
Outros	11.522	10.082	59.257
Sustentabilidade e Inovação	702.567	484.645	312.465
Sistema de Gestão de Lamas	494.714	473.882	95.618
Outros Investimentos	207.853	10.763	216.847
Tecnologias de Informação e Comunicação	640.677	394.366	777.885
Aquamatrix	280.126	216.209	161.391
Infraestruturas e Telegestão	133.903	106.204	452.723
Outros	226.648	71.954	163.771
Outros Investimentos	2.512.668	992.812	418.485
TOTAL	10.201.694	12.958.842	16.316.813

Dos investimentos realizados no ano destacam-se os seguintes:

- Reabilitação da ETA de Vale da Pedra - 9,4 milhões de euros;
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição - 1,5 milhões de euros;
- Reabilitação do reservatório de Campo de Ourique - 1,0 milhões de euros;
- Aquisição e instalação de Contadores - 0,8 milhões de euros

Os principais investimentos concluídos e com entrada em exploração foram:

- Reabilitação do Reservatório de Campo de Ourique - 1,8 milhões de euros;

- Reabilitação das Conduitas de água bruta e água tratada do subsistema de Vale da Pedra - 1,8 milhões de euros;
- Reabilitação e Ampliação da Rede de Distribuição - 1,3 milhões de euros;
- Intervenção na conduta da Costa do Sol na Zona de Miraflores - 0,6 milhões de euros.

Ao longo do ano foram lançados diversos procedimentos de consulta para empreitadas a realizar no ano de 2017 e seguintes, entre as quais:

- Reabilitação de Rede e Adutores da Distribuição de Água a Lisboa - 2,1 milhões de euros;
- Conção-Construção - ETA de Vale da Pedra: Parque de Armazenamento Temporário de Lamas Desidratadas - 0,9 milhões de euros;
- Requalificação do Edifício Social no Recinto do Parque das Nações - 0,6 milhões de euros;
- Trabalhos de Beneficiação e Otimização da ETA de Vale da Pedra - 0,6 milhões de euros;
- Reabilitação da Estação Elevatória da Zona Alta dos Olivais: 1ª Fase - 0,5 milhões de euros;
- Execução da Nova Conduita Adutora de Abastecimento de Água ao Reservatório de Vila Alta - Município de Alenquer - 0,3 milhões de euros.

Gestão de Ativos

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

A atividade durante o ano de 2017 foi bastante diversificada, destacando-se sobretudo a transversalidade tida com as restantes áreas da empresa, através do apoio contínuo prestado.

No âmbito do **cadastro técnico e geográfico**, destacam-se a realização de estudo de soluções com vista ao reforço do abastecimento de água em "alta" à zona Norte do concelho de Alcobaça, o desenvolvimento e acompanhamento de campanhas de reinventariação de diversas instalações da empresa, operacionais e não operacionais.

Em relação à **gestão de perdas**, a realização de diversos projetos, destacando-se o desenvolvimento do módulo de simulação e do módulo informativo, no âmbito do programa Casa Eficiente, que tem como objetivo intervenções no domínio da eficiência hídrica, em colaboração com a APA e a ADENE, na sequência do Programa Nacional de Reformas, e de uma iniciática dos Ministérios de Economia, Ambiente e Planeamento e das Infraestruturas. A EPAL colaborou ainda com a AdP Internacional na elaboração do Plano de Ação de Emergência para o Abastecimento Urbano de Água à capital moçambicana, Maputo, financiado pelo Governo Português ao abrigo do Fundo Ambiental. Foram ainda realizadas duas campanhas de deteção de fugas com as tecnologias Sahara e SMART Ball, tendo sido detetadas 38 roturas nos diferentes adutores inspecionados. Estima-se que a recuperação alcançada possa permitir também obter o maior volume anual recuperado desde a criação da gestão de ativos na empresa.

No que respeita à atividade do **laboratório e oficina de contadores**, procedeu-se à renovação da qualificação de Reparador Qualificado de contadores de água e de Organismo de Verificação Metrológica (OVM) de contadores de água. Enquanto parceiro tecnológico da iPerdas 2016, a convite do LNEC, a EPAL participa, enquanto prestador de serviços laboratoriais de calibração de medidores de caudal às entidades gestoras participantes

No que concerne à **gestão de energia**, salientam-se a participação no Preparação do plano corporativo de Eficiência e Produção

de Energia, o acompanhamento do projeto corporativo Solar III e a coordenação do Projeto ETA da Asseiceira 0% - Redução de consumos, flutuações e produção de energia

No âmbito de **gestão de informação e estudos**, destacam-se a participação na candidatura da cidade de Lisboa a "**Capital Verde**", o desenvolvimento de atividades necessárias para a certificação da EPAL pela norma ISO55000 - Gestão de Ativos.

Manutenção de ativos

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da empresa nos serviços que presta.

Ao longo do ano de 2017 foram efetuadas diversas intervenções, salientando-se as seguintes:

- **Conduta dos Olivais / Telheiras ZA BA Sonaca - Campo Grande.**
Nesta infraestrutura e em particular no troço onde se verificou a presente intervenção, datado de 1943, Foi detetada uma rotura na sequência de obras da CML, sendo que a reparação da junta de ligação entre tubos consistiu na instalação de junta dedicada de aperto mecânico. A utilização deste tipo de acessório de reparação permite uma intervenção rápida, utilizando menos recursos para a montagem e material de vedação adequado às exigências atuais, em comparação com a tradicional instalação de anel soldado e chumbado.
- **Olivais / Campo de Ourique, ZM DNI000 BA Sonaca.**
Execução de caixa em betão armado para instalação de junta com boca de visita, e montagem de 3 juntas de reparação interior em EPDM. Esta solução permite o acesso futuro ao interior da infraestrutura, para montagem de juntas de reparação em EPDM. A utilização desta metodologia, principalmente em zonas urbanas, é muito vantajosa pois não será necessário escavação em intervenções futuras na área de influência. Contudo, do ponto de vista da segurança e higiene no trabalho, estas intervenções requerem uma preparação cuidada e à implementação de procedimentos específicos para a atividade.
- **Carriche / Telheiras ZA DN800 BA Rocla**
A intervenção consistiu na montagem de um anel de reparação chumbado, apresentado como particularidade a elevada profundidade a que se encontra a infraestrutura nesta zona, cerca de 5 metros. Neste contexto, foi necessário recorrer a meios especializados de escavação, contenção e de acesso.
- **Manutenção da flotação na ETA da Asseiceira**
Durante o ano de 2017 procedeu-se a uma revisão geral profunda aos flotadores da Linha I. Foi necessário fazer uma revisão e substituir vários variadores de velocidade que apresentavam problemas de corrosão e elétricos, os quais impediam o seu funcionamento adequado.
- **Manutenção do posto de transformação e quadros de media tensão na EE Alenquer IV**
Procedeu-se a um conjunto de ações de melhoria onde se incluem a instalação de proteções específicas para os transformadores, assim como foi necessário proceder à substituição de um transformador e dois motores
- **Beneficiação de transformadores de potência na subestação de Vila Franca de Xira**
Os trabalhos de beneficiação foram realizados em fábrica sendo necessário proceder à desmontagem/montagem e transporte de e para a fábrica dos equipamentos na Subestação. Estes equipamentos são os mais potentes da EPAL, com 15MVA de potência aparente e relação de transformação de 60/6 kV, e alimentam as estações elevatórias de Vila Franca de Xira onde estão instalados 12 grupos eletrobomba com potência acima de 1,5MW.

Sustentabilidade e Segurança

A Direção de Sustentabilidade Empresarial é responsável por assegurar a promoção do cumprimento das políticas definidas e da melhoria da eficácia e eficiência dos processos da empresa, a gestão da segurança de trabalhadores, instalações e infraestruturas, de forma a promover a preservação da condição humana e a continuidade de negócio da empresa, bem como a gestão do risco da organização e das situações de emergência.

Durante o ano de 2017 foram desenvolvidas inúmeras iniciativas, sempre com o objetivo de promover/implementar melhorias na empresa, bem como ir ao encontro das expectativas e necessidades dos seus Stakeholders, salientando-se as seguintes atividades:

- Definição de Planos de Contingência, tendo sido desenvolvidos documentos específicos para os sistemas de abastecimento da EPAL, nomeadamente para:
 - A Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra;
 - Eventos mediáticos, identificados como relevantes e considerado como riscos críticos - (Web Summit, Superbock Superrock, NOS Alive, Comemorações do Centenário das Aparições de Fátima, este em colaboração com a ERSAR e com o SIS, entre outras entidades);
 - Como resposta a situações críticas, nomeadamente efeitos dos incêndios e da seca severa/extrema, sobre as origens de água para abastecimento público;
- Na qualidade de operador de infraestruturas críticas no setor de redes de abastecimento de água, a EPAL participou no exercício de defesa “Ciber Perseu 2017”, que envolveu como audiências de treino, para além do exército, oitenta e sete entidades militares e civis, e que, complementarmente, testaram a verificação dos procedimentos e medidas de atuação em contingência, perante o impacto de “ciber ataques” e a paragem dos sistemas de informação;
- Participou, também, na elaboração do manual de “Boas Práticas de Resiliência de Infraestruturas Críticas no Setor Privado e Sector Empresarial do Estado”, desenvolvido no âmbito do trabalho realizado na Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes, e que tem como objetivo promover as boas práticas para a redução do risco e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nos referidos setores;
- No sentido de manter ativa a Política de Gestão da Prevenção da Segurança foram realizadas inúmeras atividades junto das áreas da empresa;
- Foram realizados vários workshops com participação de várias direções da EPAL, sobre temas relevantes para a empresa e a promoção de debate, nomeadamente o novo Regulamento de Proteção de Dados Pessoais e respetiva implementação, E-GAR, REACH e CLP;
- Foram levadas a cabo várias ações e para assinalar o Dia Mundial do Ambiente, o Dia Internacional da Biodiversidade, o Dia Mundial das Zonas Húmidas e o Dia Mundial da Terra;
- No Dia Internacional da Mulher, foi realizada a cerimónia “Toque do Sino pela Igualdade de Género”, com a participação da EPAL. Trata-se de uma iniciativa mundial que assinala o compromisso empresarial com a igualdade, coorganizada pela agência das Nações Unidas, Global Compact Network Portugal e a Euronext Lisboa;
- No âmbito da participação no iGen- Fórum de Empresas para a Igualdade de Género foram renovados, no final de 2017, os compromissos da empresa e estabelecidas medidas e ações para a igualdade, a desenvolver em 2018;
- A EPAL voltou a colaborar com a AdP e a Fundação Girl Move e acolheu mais uma jovem Moçambicana, no âmbito deste projeto internacional.

Compras e Logística

O ano de 2017 foi bastante exigente para o processo de compras e logística, em virtude do processo de cisão da AdLVT, o qual implicou profundas alterações nos processos e procedimentos que se encontravam implementados na empresa.

A revisão do CCP - Código dos Contratos Públicos, e a respetiva preparação para a implementação da 9.ª Revisão, às quais foram ainda introduzidas as recomendações para o Grupo AdP decorrentes da auditoria do Tribunal de Contas, levou a que fossem introduzidos nos processos de contratação:

- Informação padronizada para o início do procedimento;
- Criação da figura de gestor de contrato e de procedimento;
- A indução para a desmaterialização do processo de contratação e compras (procurement);
- Aumento do número de procedimentos conduzidos na plataforma eletrónica de Contratação.

No que respeita à gestão de Contratos da Empresa, procedeu-se no ano em apreço ao lançamento de vários procedimentos contratuais destinados à satisfação das necessidades da empresa, sendo de realçar:

- Processo para contratação dos serviços de limpeza doméstica com recurso ao Contrato Quadro da ESPAP, revestindo-se esta opção de especial interesse económico, potenciando ganhos ao nível da redução da despesa, da promoção da competitividade dos fornecedores, presidindo à sua formação a desburocratização e as melhorias que decorrem desta ao nível da tramitação procedimental, tendo a ESPAP efetuado previamente a qualificação e a seleção das entidades fornecedoras em função de critérios económicos, financeiros, técnicos, ambientais, qualidade e níveis de serviço;
- Concurso Público para a "Locação de equipamentos multifuncionais e serviços associados" que permitirá, com a tecnologia implementada e de acordo com as orientações do Conselho de Administração, a redução da quantidade de papel, contribuindo para a desmaterialização dos processos, conseqüente redução de custos e impacto em termos ambientais.

No que concerne à renovação da gestão de Frota, e nos termos da estratégia delineada para assegurar a continuidade da satisfação das necessidades das empresas do Grupo Águas de Portugal (AdP), em matéria de viaturas utilizadas para cumprir as suas obrigações de serviço público, diminuir os encargos associados e otimizar as condições contratuais, foi tomada a opção de promoção da celebração de um acordo quadro que permite, ao seu abrigo, a realização de procedimentos de ajuste direto para celebração de contratos de aluguer operacional de viaturas, estabelecendo um quadro contratual substitutivo que permita, faseadamente, proceder à denúncia dos contratos individuais vigentes e reduzir os encargos inerentes.

Neste sentido, após concurso limitado de qualificação de fornecedores, foi celebrado um acordo quadro, pelo período de dois anos, prorrogável por mais um ano, para o aluguer operacional de veículos e serviços associados, entre a totalidade das empresas que integram o Grupo AdP e respetivos cocontratantes.

A EPAL participou ainda, com as restantes empresas do Grupo AdP, no Concurso Público para Aquisição de viaturas operacionais elétricas em regime de AOV, com o apoio financeiro do Fundo Ambiental, iniciando um processo sustentável de substituição da frota envelhecida, por veículos de baixas emissões. Foram identificadas nesta fase 36 viaturas de combustão a serem substituídas por viaturas elétricas operacionais, promovendo desta forma, num quadro de racionalidade económica, ambiental e de equilíbrio de gastos face às diferentes opções, a redução das emissões poluentes sem onerar os custos diretos e indiretos na sua utilização, assegurando a operacionalidade e a flexibilidade dos serviços da frota.

Para este efeito a EPAL apresentou, em conjunto com as restantes empresas do Grupo, uma Candidatura ao Fundo Ambiental, tendo sido aprovado um apoio de 10.000 euros por cada viatura a adquirir.

Sistemas de Informação

Durante o ano de 2017, procedeu-se a alterações no funcionamento dos Sistemas de Informação (SI) da Empresa, com o objetivo de garantir que todas as iniciativas são devidamente planeadas, implementadas, exploradas, monitorizadas e seguras, para o suporte sustentável dos objetivos corporativos, das áreas de negócio e da missão da EPAL, contribuindo com rigor para a satisfação de necessidades, mitigação de riscos e otimização dos recursos.

O foco foi colocado na criação de maior resiliência dos sistemas, na agilização de resposta dos SI, e no desenvolvimento das competências e na capacitação da equipa para garantir uma melhor resposta às necessidades da EPAL, e estimular a dinamização dos processos de inovação.

Nessa medida, foi desenvolvido um Plano Estratégico de Sistemas de Informação (PESI) para o triénio 2018/2020, em colaboração com todas as áreas da empresa, o qual foi aprovado em julho de 2017.

As iniciativas mais relevantes em 2017 foram:

- Ao nível da **infraestrutura base dos Sistemas**:

- **Reestruturação de Data Centers**

Os Data Centers da EPAL foram alvo de estudo e otimização, tendo sido iniciado o processo de redução significativa dos mesmos. Esta alteração não só produz uma significativa redução de custos, como incrementa uma maior capacidade de redundância, assim como da capacidade de reação a eventuais falhas.

- **Otimização de Infraestrutura Híbrida com Cloud**

Aquando da otimização dos Data Centers foi criada uma nova filosofia baseada em virtualização, com o objetivo transformar os servidores físicos existentes num ambiente misto com serviços locais dentro da EPAL (para sistemas com elevada necessidade de resposta), e serviços na Cloud (para sistemas menos exigentes em termos de resposta ou com requerimentos de segurança pública). Esta alteração produzirá uma significativa redução em custos de licenciamento e manutenção.

- **Monitorização de Sistemas 24/7 e Serviço de Suporte contínuo**

O serviço de Suporte e Prevenção foi melhorado com a introdução de monitorização 24/7 e automática dos serviços, que reporta proactivamente todas as variações ou falhas de sistemas aos técnicos da EPAL (quer estejam em modo presencial nas instalações ou em regime de mobilidade). Esta alteração de paradigma permite atuar de forma preventiva, incrementando a disponibilidade de sistemas e a velocidade de reação a possíveis falhas.

Foi iniciada a implementação de um novo sistema de Suporte, baseado em ITIL, que permite não só a aferição das medidas de serviço, como a análise de recorrência. Estes dois sistemas serão o garante dos níveis de serviço estabelecidos no PESI.

- **Melhoria das comunicações de rede entre centros**

Os trabalhos para implementar melhorias nas comunicações de rede entre centros, bem como o incremento da capacidade em cada centro, já tiveram início no ano de 2017 e prevendo-se a sua conclusão no ano de 2018.

- Ao nível da **segurança da informação**, o foco colocado nas normas ITIL, ISO9001, ISO27001 e GDPR. Dentro da equipa de SI passou a existir a figura de Operações e Segurança, para garantir a melhoria da segurança de informação, tendo sido realizadas melhorias significativas sobre a segurança perimetral, que passou a ser dinâmica, sobre a segurança individual dos utilizadores e sistemas, e sobre os meios e processos de cópias de segurança.

Promoveu-se ainda a colaboração com vários grupos de trabalho, existindo um foco especial na obtenção da ISO27001 para uma área da empresa, e no cumprimento da nova GDPR.

- No que respeita à **Telegestão e Automação Industrial**, promoveu-se:
 - Reformulação do sistema da ETA de Vale da Pedra, tendo sido reestruturado o sistema de telegestão e de comunicações da ETA;
 - Realização de um Teste de Atuação em caso de Desastre, através da aplicação do procedimento de atuação com o sistema em caso de desastre total do Centro de Comando da EPAL;
- No que respeita às **atividades de apoio direto ao negócio**:
 - Apoio ao processo de cisão da AdVT e realocação de equipamentos para as novas empresas cindidas (AdTA e Simarsul), com a minimização de impacto na atividade;
 - Melhoria do sistema de Informação Geográfica, através do upgrade do sistema com a inclusão de novas funcionalidades via web, como melhorias de mobilidade, integração com o Google Maps e atualização de ortofotomapas;
 - Implementação da Mobilidade da Manutenção, com a preparação do sistema para funcionamento em mobilidade, otimizando o tempo dos recursos humanos envolvidos na Operação e Manutenção;
 - Melhorias do sistema WONE (eficiência de perdas), tendo sido feito a atualização do sistema com novas capacidades, tais como a integração com novos sistemas de telemetria, relatórios gráficos, integração de hidrantes, entre outros;
 - Implementação de novo sistema de Gestão de Fornecedores, através da inclusão no website público da EPAL de uma área para a gestão de registo de fornecedores da EPAL. Esta funcionalidade apoiará a Direção de Compras e Logística, nos processos de consulta a fornecedores;
 - Desenvolvimento de um piloto de exploração do Balanço Hídrico da EPAL/AdVT, num sistema de Business Intelligence, que permite a navegação e correlação dos dados de produção, energia e lamas, com capacidade de mobilidade e instalado em Cloud;
 - Arranque de um piloto de nova versão de gestão documental, como embrião de validação para as melhorias a implementar em 2018. O projeto visou a instalação da nova versão do sistema e o arranque do desenho das novas funcionalidades, para as áreas financeira e de compras e logística;
 - Foi iniciada a análise para o incremento de funcionalidades do produto WattWater, que passará a contar com gestão de contratos, informação energética, informação de produção, informação de manutenção e correlação entre estes dados para otimização de processos.

- Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, as trabalhadoras e trabalhadores da sociedade LVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas.

Com a cisão ocorrida em 2017, e conforme preconizado no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, verificou-se a saída de trabalhadores para as novas entidades gestoras - Águas do Tejo Atlântico e Simarsul.

No final de 2017 a EPAL tinha 1.007 trabalhadores/as, dos quais 360 referentes à gestão delegada da AdVT.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.494	1.467	1.007	(460)	(31,4%)
EPAL	647	647	647	-	0,0%
Gestão delegada LVT/AdVT	847	820	360	(460)	(56,1%)

A movimentação de pessoal ocorrida em 2017 foi a seguinte:

	2015	2016	2017
Integração de colaboradores da LVT/AdVT	862	0	(459)
Entradas	8	33	34
Saídas	51	60	35
Total	819	(27)	(460)

Caracterização dos Recursos Humanos

O universo de 1.007 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2017, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.007 colaboradores, 746 são do sexo masculino (74%) e 261 do sexo feminino (26%).

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Homens	1.106	1.087	746	(341)	(31,4%)
Mulheres	388	380	261	(119)	(31,3%)

Inexistência de trabalhadores/as com contratos a termo, em resultado das restrições de contratação existentes nos últimos anos.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Efetivos	1.488	1.464	1.007	(457)	(31,2%)
A termo	6	3	0	(3)	(100,0%)

A idade média dos trabalhadores/as da EPAL é de 47 anos. 42% do total de trabalhadores/as situam-se no escalão etário entre os 35 e os 44 anos e 51% na faixa etária acima dos 45 anos.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Idade média	45	45	47	2	3,7%
Trab. Por estrutura etária	1.494	1.467	1.007	(460)	(31,4%)
idade - <25	3	4	0	(4)	(100,0%)
idade - 25-34	200	165	79	(86)	(52,1%)
idade - 35-44	616	610	418	(192)	(31,5%)
idade - 45-54	354	364	226	(138)	(37,9%)
idade - >55	321	324	284	(40)	(12,4%)

A antiguidade média é de 18 anos, situando-se 39% do total de trabalhadores/as (392 trabalhadores) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 30% (306 trabalhadores) na faixa acima dos 20 anos.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Antiguidade média	15	15	18	3	20,0%
Trab. por Antiguidade	1.494	1.467	1.007	(460)	(31,4%)
antiguidade - <2	13	58	66	8	13,8%
antiguidade - 2-5	145	65	17	(48)	(73,9%)
antiguidade - 6-10	459	393	226	(167)	(42,5%)
antiguidade - 11-20	536	636	392	(244)	(38,4%)
antiguidade - >20	341	315	306	(9)	(2,9%)

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Trab. por nível profissional	1.494	1.467	1.007	(460)	(31,4%)
Quadros superiores	293	285	198	(87)	(30,5%)
Quadros médios	184	183	164	(19)	(10,4%)
Encarregados/mestres	39	36	29	(7)	(19,4%)
Altamente qualificados	117	119	114	(5)	(4,2%)
Qualificados	700	688	431	(257)	(37,4%)
Semi qualificados	52	51	37	(14)	(27,5%)
Não qualificados	108	104	33	(71)	(68,3%)
Praticantes/aprendizes	1	1	1	0	0,0%

Cerca de 36% dos trabalhadores/as (365) detém qualificações ao nível do ensino superior.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Trab. por nível habilitações	1.494	1.467	1.007	(460)	(31,4%)
Ensino Básico	517	499	302	(197)	(39,5%)
Ensino Secundário	478	476	340	(136)	(28,6%)
Ensino Superior	499	492	365	(127)	(25,8%)

No ano de 2017 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 26.084 horas de formação, abrangendo um universo de 839 participantes).

Formação	2015	2016	2017
N.º de horas de formação	20.420	25.823	26.084
N.º. Participantes	843	727	839

A Taxa de absentismo em 2017 foi de 4,24%, correspondente a 93.342 horas de ausência.

Absentismo	2015	2016	2017
Taxa de absentismo	4,57%	5,56%	4,24%
Horas de Absentismo	93.807	156.868	93.342

Em 2017 ocorreram 75 acidentes de trabalho, dos quais 48 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2015	2016	2017
Total de acidentes de trabalho	76	94	75
Acidentes de trabalho com baixa	52	58	48

Indicadores de segurança

	2015	2016	2017
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	35,70	32,63	32,13
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	25,04	21,38	20,97

$TF = NA/HT \times 10^6$ $Tf = NA_{ita}/HT \times 10^6$

NA - Número de acidentes

NA_{ita} - Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT - Número de horas trabalhadas

- Financeira

(os valores são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

O ano de 2017 ficou marcado por um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado que consubstancia-se no melhor resultado de sempre da Empresa ao longo da sua existência.

Com o sustentado crescimento do volume de negócios, assim como do EBITDA, verifica-se uma melhoria global nos restantes indicadores da Empresa, o que reforça a consolidação de uma sólida estrutura e posição financeira.

Principais Indicadores

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Volume de negócios (milhões EUR)	143,9	151,0	159,3	8,2	5,5%
Volume de água vendida (milhões m ³)	197,0	195,6	204,3	8,7	4,4%
Resultado líquido (milhões EUR)	47,1	49,7	50,1	0,3	0,7%
EBITDA (milhões EUR)	93,3	96,0	99,3	3,3	3,5%
Endividamento bancário (milhões EUR)	169,5	151,5	133,4	-18,1	-12,0%
Net Debt - Endividamento líquido (milhões EUR)	109,8	72,0	47,7	-24,4	-33,8%
Net Debt to EBITDA (n.º)	1,18	0,75	0,48	-0,3	-36,0%
Ativo total (milhões EUR)	857,1	862,3	862,1	-0,2	0,0%
Capital próprio (milhões EUR)	579,1	602,1	612,9	10,8	1,8%
Passivo Total (milhões EUR)	278,0	260,1	249,1	-11,0	-4,2%

Resultados Líquidos

O resultado líquido de 2017 ascendeu a 50,1 milhões de euros, registando um incremento de 0,3 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de cerca de 0,7%.

	(milhões EUR)	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Rendimentos totais		150,1	158,0	165,3	7,3	4,6%
Gastos totais		84,0	89,4	93,2	3,8	4,3%
Imposto		19,0	18,9	22,0	3,1	16,5%
Resultado Líquido		47,1	49,7	50,1	0,3	0,7%

Rendimentos Totais

Os rendimentos totais foram de 165,3 milhões de euros (+4,6%) face ao período homólogo.

	(milhões EUR)	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Volume de negócios		143,9	151,0	159,3	8,2	5,5%
Subsídios ao investimento		1,3	1,3	1,3	0,0	0,0%
Reversão de Provisões e ajustamentos		0,3	1,1	0,2	-0,8	-77,3%
Outros rendimentos e ganhos operacionais		3,9	4,1	4,0	-0,1	-1,7%
Juros e rendimentos similares		0,8	0,6	0,6	0,0	-4,6%
Rendimentos totais		150,1	158,0	165,3	7,3	4,6%

O volume de negócios, mantendo a tendência verificada nos últimos anos, apresenta um aumento de cerca de 8,2 milhões de euros (+5,5%).

Os rendimentos com subsídios ao investimento mantêm o valor registado nos anos anteriores, e que corresponde ao reconhecimento em resultados de subsídios recebidos anteriormente com base na vida útil dos ativos subjacentes a esses subsídios (na mesma cadência das depreciações).

Regista-se uma redução na rubrica de reversões de provisões face ao período homólogo, estando incluída nesta rubrica a reversão das provisões atempadamente constituídas e cujos processos foram sanados com sucesso em 2017.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta um decréscimo, de 4,6%, mantendo contudo em valor absoluto um montante idêntico ao verificado no ano anterior.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 159,3 milhões de euros (aumento de 5,5%).

	(milhões EUR)	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Vendas		142,6	149,6	157,5	7,9	5,3%
Prestações de Serviços		1,3	1,4	1,7	0,3	22,1%
Volume de negócios		143,9	151,0	159,3	8,2	5,5%

O **volume de negócios** apresenta um aumento superior a 8 milhões de euros, sendo que a rubrica de Venda de Água (incluindo Quota de serviço) aumenta globalmente 5,3% (+7,9 milhões de euros), e as Prestações de serviços regista uma variação de 22,1% (+0,3 milhões de euros).

Na **venda de água** (componente volumétrica) verifica-se um aumento de 2,5 milhões de euros nos Clientes Diretos e de 4,8 milhões de euros nos Clientes Municipais. A água vendida em 2017 foi de 204,3 milhões de m³, sendo que 151,8 milhões de m³ foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 52,5 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se um crescimento de 8,2 milhões de m³ (+5,7%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 0,5 milhões de m³ (+0,7%) nos clientes diretos.

A **Quota de serviço** apresenta um incremento de 0,6 milhões de euros, resultante do efeito conjugado da atualização tarifária e do incremento no n.º de clientes (aumento de 1.792 no total, 51% dos quais do segmento do comércio e indústria, influenciado pela retoma da atividade económica na cidade). No final do ano a empresa tinha 356.094 clientes diretos na cidade de Lisboa.

Nas **prestações de serviços** verifica-se um acréscimo de rendimentos de 300 mil euros comparativamente ao ano anterior, com destaque para os processos de abastecimento e ramais, que refletem a retoma da atividade de construção na cidade de Lisboa, a que já tínhamos assistido em 2016 e que agora se intensificou.

Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 93,2 milhões de euros, verificando-se um aumento de cerca de 3,8 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, o que representa uma variação de +4,3%.

(milhões EUR)	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	2,2	1,7	1,8	0,1	7,1%
Fornecimento e serviços externos	28,9	32,2	30,9	-1,2	-3,9%
Gastos com o pessoal	22,7	23,3	24,5	1,2	5,0%
Depreciações e perdas de imparidade em ativos	25,3	25,6	25,5	-0,1	-0,4%
Perdas por imparidade	0,7	0,8	1,2	0,4	55,9%
Provisões	0,1	0,1	0,0	0,0	-20,4%
Impostos e taxas	1,3	1,2	3,8	2,6	221,8%
Outros gastos operacionais	0,3	2,3	3,2	0,9	39,9%
Juros e gastos similares	2,6	2,3	2,2	-0,1	-2,6%
Gastos totais	84,0	89,4	93,2	3,8	4,3%

Os gastos totais da Empresa resultam sobretudo do acréscimo verificado em duas rubricas, a de taxas e impostos, resultante do aumento da componente tarifária acrescida faturada pela AdVT, a qual tem contudo uma correspondência direta no volume de negócios da empresa, bem como na alteração do registo da taxa de subsolo da Câmara Municipal de Lisboa, a qual se encontrava considerada anteriormente em fornecimentos e serviços externos, e na rubrica de gastos com pessoal, onde a quase totalidade do aumento advém da reposição do Acordo de Empresa, em resultado do disposto na Lei de Orçamento de Estado para 2017. As restantes rubricas apresentam uma variação negativa ou, imaterial, face ao período homólogo, constatando-se assim que as medidas de contenção de custos implementadas são sólidas e consentâneas com a atividade da Empresa.

Regista-se na rubrica de **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** um ligeiro aumento face ao ano anterior, com uma variação global de cerca de 0,1 milhões de euros, resultante sobretudo do aumento do consumo de reagentes, em virtude sobretudo do período de seca extrema que o País atravessou em 2017, com a natural degradação da qualidade da água captada.

Ao nível dos **fornecimentos e serviços externos** regista-se uma diminuição de cerca de 3,9% (-1,2 milhões de euros), resultante sobretudo da reclassificação da taxa de subsolo da Câmara Municipal de Lisboa para outros gastos operacionais (taxas de impostos). Sem este efeito, verificar-se-ia um ligeiro aumento do valor face ao período homólogo (cerca de 0,3 milhões de euros).

A rubrica de **gastos com o pessoal** regista uma variação de +5,0% (+1,2 milhões de euros). Esta variação resulta de em 2017 se terem verificado diversos fatores que originaram um incremento de gastos, designadamente:

- a reversão integral nas reduções remuneratórias de todos os colaboradores da Empresa, conforme disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2016, pelo que em 2017 as remunerações dos trabalhadores não têm qualquer redução remuneratória. Em 2016 as reduções remuneratórias tiveram um impacto de 0,3 milhões de euros;

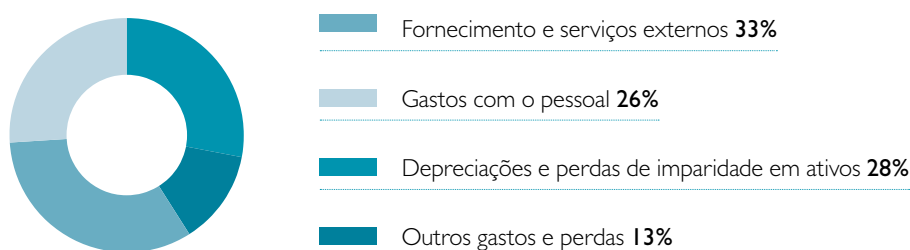
- Os efeitos das indemnizações atribuídas pelo programa de rescisões por mútuo acordo, cujo valor face a 2016 aumentou cerca de 0,1 milhões de euros;
- O impacto da reposição da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva do trabalho (Acordo de Empresa), nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento de Estado, ao nível de subsídio de alimentação, trabalho suplementar, anuidades e progressões de carreira, cujo efeito em gastos resultou num aumento de cerca de 0,7 milhões de euros.

Ao nível da rubrica de gastos financeiros, em resultado da diminuição das taxas médias de juros de financiamentos e, aliado à redução do endividamento da Empresa, constata-se uma redução de 2,6% face ao ano anterior.

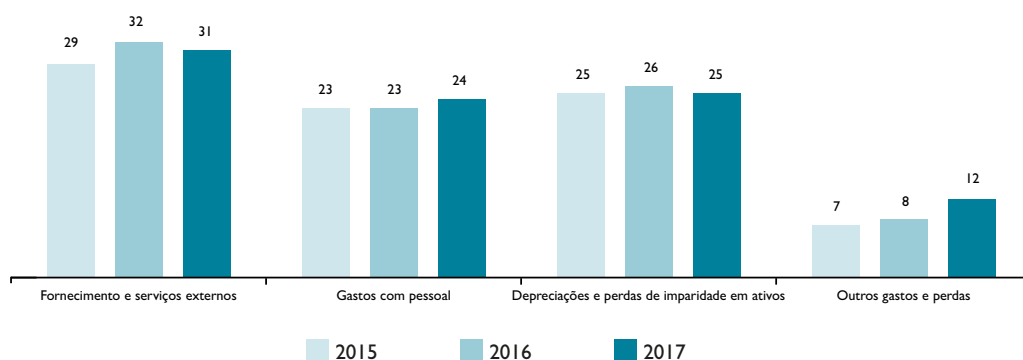
No contexto do Plano de Redução de Gastos Operacionais no Setor Empresarial do Estado, foi definido como objetivo a manutenção do peso dos gastos operacionais (considerando as rubricas de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal) com o volume de negócios. A EPAL apresentou em 2017 uma redução de 1,1 p.p. face ao verificado no ano anterior, cumprindo dessa forma a orientação em apreço.

Estrutura de Gastos

As rubricas de gastos mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 33% dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Depreciações e Gastos com o Pessoal, com cerca de 28% e 26%, respetivamente. Globalmente mantém-se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores.



No que concerne à evolução de cada uma das rubricas, com exceção dos Gastos com Pessoal, pelos motivos já referidos, constata-se que, expurgando o efeito da reclassificação da taxa de subsolo da Câmara Municipal de Lisboa e da consideração do registo da componente tarifária acrescida, uma manutenção face aos anos anteriores em quase todas as rubricas.



Margens Operacionais

O EBITDA alcançou um valor de 99,3 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 3,5% face ao ano anterior. Verifica-se um incremento de 3,3 milhões de euros do cash flow operacional face a 2016.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Volume de negócios	143,9	151,0	159,3	8,2	5,5%
Outros rendimentos operacionais	5,4	6,4	5,5	-0,9	-13,9%
Rendimentos Operacionais	149,3	157,4	164,8	7,3	4,7%
Custo das vendas	2,2	1,7	1,8	0,1	7,1%
Fornecimentos e serviços externos	28,9	32,2	30,9	-1,2	-3,9%
Gastos com o pessoal	22,7	23,3	24,5	1,2	5,0%
Perdas de imparidade	0,7	0,8	1,2	0,4	55,9%
Outros gastos operacionais	1,5	3,5	7,0	3,5	101,6%
Provisões	0,1	0,1	0,0	0,0	-20,4%
Gastos Operacionais	56,1	61,5	65,5	4,0	6,5%
Cash flow operacional (EBITDA)	93,3	96,0	99,3	3,3	3,5%

A margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) apresentou um valor de 62%.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
EBITDA	93,3	96,0	99,3	3,3	3,5%
Volume de negócios	143,9	151,0	159,3	8,2	5,5%
Margem EBITDA	65%	64%	62%	-2 p.p.	-3,8%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

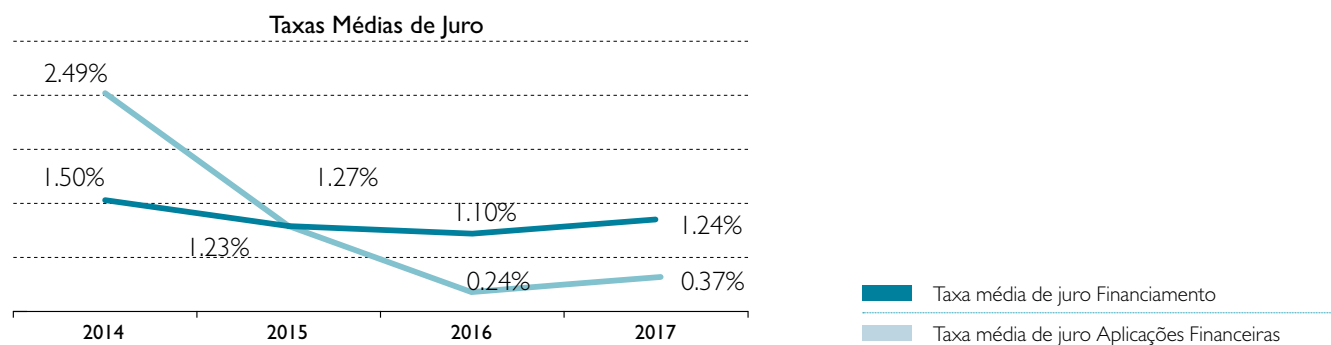
Resultados Financeiros

Verifica-se uma ligeira melhoria dos resultados financeiros (-1,9%), que em 2016 ascenderam a menos 1,7 milhões de euros. A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Rendimentos e ganhos financeiros	0,8	0,6	0,6	0,0	-4,6%
Gastos e perdas financeiros	2,6	2,3	2,2	-0,1	-2,6%
Resultados financeiros	-1,9	-1,7	-1,7	0,0	-1,9%

Verificou-se uma redução dos gastos financeiros (0,1 milhões de euros) e a manutenção dos rendimentos financeiros a níveis de 2016. Esta redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo de melhores condições nos financiamentos existentes da EPAL, aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.

Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros decorrentes de excedentes financeiros e ascenderam a 0,6 milhões de euros. A sua evolução e notória degradação face aos anos anteriores deve-se pela remuneração cada vez mais baixa dos excedentes financeiros disponíveis, sendo contudo que em 2017, em virtude da concessão de apoio de tesouraria de curto prazo ao acionista, a rentabilidade desses excedentes ter sido maior. Depreende-se tal facto da leitura do gráfico seguinte:



Os gastos financeiros ascenderam a 2,2 milhões de euros, menos 2,6% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivas garantias associadas.

Conforme se pode verificar no gráfico anterior, atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis bastante atrativos em 2016, atingindo o valor médio de 1,24%, para uma distribuição de capital de cerca de 54% à taxa fixa e de 46% à taxa variável.

A empresa não recorreu a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de cerca de 18 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 133,4 milhões de euros, correspondente na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes entre 1 e os 13 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 15,8 milhões de euros.

A dívida financeira líquida tem vindo a diminuir significativamente, situando-se nos 47,7 milhões de euros no final do exercício de 2017.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Net Debt - Endividamento líquido	109,8	72,0	47,7	-24,4	-33,8%
Net Debt to EBITDA	1,2	0,8	0,5	-0,3	-36,0%

Constata-se uma relevante melhoria dos valores do indicador “Net Debt to EBITDA”, que reforça a manutenção de uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

No final de 2017 o rácio “Net Debt to EBITDA” era de 0,5, o que significa que o cash flow gerado pela empresa em cerca de meio ano seria suficiente para fazer face ao seu endividamento.

Posição Financeira

No final de 2017, o ativo da EPAL ascendia a 862,1 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 612,9 e 249,1 milhões de euros, respetivamente, melhorando dessa forma os números totais da Empresa.

	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Ativo não corrente	749,2	740,3	730,3	-10,1	-1,4%
Ativo corrente	108,0	121,9	131,8	9,9	8,1%
Total do ativo	857,1	862,3	862,1	-0,2	0,0%
Capital próprio	579,1	602,1	612,9	10,8	1,8%
Passivo não corrente	222,5	200,9	184,1	-16,8	-8,4%
Passivo corrente	55,6	59,3	65,1	5,8	9,8%
Total do capital próprio e passivo	857,1	862,3	862,1	-0,2	0,0%

A EPAL terminou o ano de 2017 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 71,1% e um fundo de maneo positivo de 66,9 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA alcançado em 2017 confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

	2015	2016	2017
Autonomia Financeira	67,6%	69,8%	71,1%
Net Debt/EBITDA	1,2	0,8	0,5
Fundo de maneo (milhões EUR)	52,4	62,7	66,9
Solvabilidade	2,08	2,31	2,46

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total | NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA
Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente | Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 117,6 milhões de euros no final de 2017, menos 15,8 milhões de euros que em 2016, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010. De facto, desde 2010 que a EPAL não recorre a qualquer novo financiamento, assegurando integralmente as necessidades de financiamento através do cash-flow gerado.

Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes Não Correntes, bem como de Outros Devedores, no final de cada um dos anos apresentados.

Evolução das dívidas totais

Unid: euros	2015	2016	2017
Clientes Diretos	14.165.201	15.598.559	17.638.010
Clientes Municipais e Multimunicipais	13.848.189	9.777.747	6.932.489
Prestação de Serviços	803.434	641.595	764.152
	28.816.825	26.017.901	25.334.651

Nota: Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

Evolução das dívidas vencidas

Unid: euros	Não vencido	0-30 dias	31-60 dias	61-180 dias	181-365 dias	>365 dias	Taxas CML	Total
Clientes Diretos	12 336 417	2 772 505	1 229 274	1 566 749	1 043 342	10 928 130	-12 238 406	17 638 010
Clientes Municipais e Multimunicipais	6 173 415	101 472	0	162 853	138 363	356 387		6 932 489
Prestação de Serviços	320 074	52 897	58 774	114 805	116 884	100 718		764 152
	18 829 906	2 926 874	1 288 047	1 844 406	1 298 589	11 385 235	-12 238 406	25 334 651

As imparidades de clientes registaram um aumento em 2017 face a 2016, continuando contudo os indicadores de cobrança a apresentar uma boa performance.

	Unid: milhares EUR	2015	2016	2017
Imparidades do Ano		587	789	1 241
Faturação dos Clientes Abrangidos		65 778	71 391	75 963
Faturação Total dos Clientes		162 155	167 394	176 814
Imparidade / Faturação dos Clientes Abrangidos		0,9%	1,1%	1,6%
Imparidade / Faturação Total dos Clientes		0,4%	0,5%	0,7%

O prazo médio de recebimentos dos clientes em 2017 foi de 48 dias, apresentando um melhor desempenho face a 2016, que tinha sido de 51 dias.

Fundo de Pensões

O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 36,8 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 116,6%, utilizando uma taxa de desconto de 1,2%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 31,5 milhões de euros.

O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 17,5 milhões de euros no final de 2017, tendo sido feita uma contribuição no ano de 447,5 mil euros.

- Investigação e Desenvolvimento / Inovação

O investimento na Investigação e Desenvolvimento (I&D), está sustentado na visão estratégica da EPAL que, de forma continuada, promove a valorização dos seus Clientes, dos Acionistas e dos seus Colaboradores, caracterizando-se assim como uma empresa que se procura inovar todos os dias e nas várias vertentes, ou seja nos seus serviços, nos seus produtos e nos seus processos de gestão interna. A EPAL apresenta-se assim como uma empresa de iniciativas inovadoras, promovendo igualmente a integração tecnológica nas suas áreas operacionais, o que lhe permite ter um vasto conjunto de prémios e de reconhecimentos nacionais e internacionais.

Para alcançar tais objetivos, a I&D aposta no envolvimento de todos os colaboradores como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e eficiência da EPAL.

Na era da já designada 4.^a revolução industrial, onde o digital está a atingir proporções transversais a todas as indústrias e às respetivas organizações, o investimento na Investigação e Desenvolvimento (I&D) na EPAL não poderia deixar de acompanhar esta tendência, sendo uma das empresas que, através dos seus produtos e serviços complementares, potencia a transformação digital do setor da água e saneamento, sempre com o objetivo de valorização da sua comunidade.

A EPAL caracteriza-se assim como uma empresa inovadora, que suporta a comunicação com os seus clientes e colaboradores em plataformas digitais, com forte desenvolvimento da exposição institucional nas redes sociais e associando-se sempre às práticas digitalmente inovadoras. Complementarmente a EPAL promove a integração de tecnologia inovadora nas suas áreas operacionais, procurando obter níveis de eficiência máximos, nomeadamente na componente energética, o que lhe permite ter um vasto conjunto de prémios e de reconhecimentos nacionais e internacionais.

Para alcançar tais objetivos, a I&D mantém a aposta no envolvimento de todos os colaboradores como potencial para a criação de inovação disruptiva, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e eficiência da EPAL. No ano de 2017 realizou-se a 5.^a edição do Prémio EPAL in, concurso de inovação que pretende ser catalisador do envolvimento dos colaboradores da EPAL. Na presente edição foram apresentadas 7 candidaturas, revelando uma participação ativa do capital humano da EPAL neste processo. Como valorização da apresentação dos projetos, foi atribuído o prémio vencedor a dois projetos em ex aequo, bem como atribuídas 2 menções honrosas. Realça-se a transversalidade dos projetos ao nível das áreas funcionais, bem como o potencial dos projetos para a criação de novos produtos e serviços.

Na componente de Desenvolvimento, a procura de parcerias com centros de conhecimento técnico representados por entidades de ensino profissional, embora iniciada em 2016, foi consagrada com a celebração de protocolos de cooperação com 13 entidades públicas e privadas em abril de 2017. Estes protocolos pretendem ser o meio privilegiado para o desenvolvimento da cooperação entre o meio académico e o meio empresarial, tendo como objetivo promover, incentivar e desenvolver ações como a promoção de formação, o o intercâmbio de recursos entre as duas entidades e a troca de experiências entre todos os intervenientes, aproveitando as potencialidades de cada uma. Como resultados imediatos, estagiaram na EPAL dez formandos, representando entidades de ensino maioritariamente de Lisboa, nas áreas da instrumentação, automação, manutenção industrial e serviços gerais.

Na componente de projetos de investigação, mantiveram-se em desenvolvimento o Projeto BINGO, o Projeto LIFE IMPETUS e o Projeto EnviHealth&Co, os quais se detalham seguidamente:

- **Projeto BINGO:** O “BINGO - Bringing INnovation to onGOing water management - a better control of our future under climate change”, é um projeto europeu, liderado por Portugal, através do LNEC. O objetivo do projeto é avaliar, de forma inovadora, os impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água, das águas superficiais, às subterrâneas ou costeiras, promovendo estratégias de gestão do risco e de medidas de adaptação, o que irá permitir reduzir vulnerabilidades e superar adversidades. Do BINGO resultará uma série de soluções para problemas específicos da gestão do ciclo da água, em particular para recursos hídricos vulneráveis e de importância estratégica. Na fase inicial do projeto serão feitas previsões de cenários climáticos para os próximos 15 anos, numa resolução espacial adequada aos problemas a resolver e de forma a capacitar decisores e gestores a atuar a diversos níveis geográficos (local, regional e europeu). O projeto envolve 20 parceiros europeus de 6 países (Portugal, Espanha, Países Baixos, Alemanha, Noruega e Chipre) e integra uma equipa de cerca de 80 especialistas provenientes de centros de investigação e inovação, autoridades da água, utilizadores da água, indústria e empresas. Os parceiros

nacionais são, para além do LNEC, a CIMLT, a EPAL, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI). O BINGO foi o projeto de Investigação e Inovação melhor classificado entre 40 Consórcios europeus, sendo a primeira liderança portuguesa no Horizonte 2020 - Desafio Societal 5 - Ação Climática. Tem um orçamento de 8 milhões de euros, dos quais cerca de 2 milhões serão para Portugal.

- **Projecto Europeu LIFE IMPETUS**, com a referência LIFE14 ENV/PT/000379: "Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants". Este projeto tem como participante a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., através da sua Direção de Laboratórios e de Controlo de Qualidade da Água. Os outros beneficiários deste projeto europeu são as seguintes entidades: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que coordena o projecto, Águas do Algarve, S.A., Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), Universidade do Algarve (UAAlg). Este projeto tem a duração de 4 anos e iniciou-se em 2014.
- **Projecto EnviHealth&Co.**: novo Programa Doutoral da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e que será desenvolvido em ambiente empresarial, nomeadamente na EPAL, sendo inteiramente devotado à Saúde Ambiental e áreas afins. Este projeto terá a duração de 4 anos, sendo o primeiro ano (2016) um ano curricular a decorrer na Faculdade de Medicina de Lisboa. Entre 2017 e 2019, a EPAL irá receber dois estudantes de doutoramento para a execução do trabalho experimental da tese de doutoramento.
- **Projecto Interreg IDIAQUA**: tem como objetivo a potenciação da investigação, inovação e desenvolvimento na temáticas do tratamento de águas residuais em pequenos aglomerados populacionais urbanos, através da aplicação de tecnologias sustentáveis que permitam reduzir os consumos energéticos das ETAR, bem como a quantidade de tratamento secundário, do desenvolvimento de melhorias nos sistemas de tratamento de águas residuais - leitos de macrófitas - associados à reutilização da água e a tratamentos de baixo custo de microcontaminantes, do desenvolvimento e aplicação de sistemas modelados de controlo e otimização da operação em ETAR, como o objetivo de aumentar a previsibilidade dos sistemas e como ferramenta para a tomada de decisão e da adoção de sistemas solares inovadores e de baixo custo para a secagem de lamas, mediante a utilização de materiais ecológicos. O projeto arrancou em novembro de 2017 e deverá ter o seu término em 2019.

- Eventos Posteriores ao Fecho

Até à data da elaboração do presente relatório não se registaram quaisquer eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA.

- Cumprimento das Orientações Legais

I) Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

- **Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE)**

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores. As orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão, previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram estabelecidos por Deliberação Unânime por Escrito, em 22 de setembro de 2017.

Os contratos de gestão preveem que para o mandato passam a vigorar as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão, constantes de documento anexo que constitui parte integrante do Contrato em apreço.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato, bem como a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte:

Grau de Concretização	Avaliação Global
$GC < 1,8$	Objetivos não Cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos Cumpridos
$GC \geq 2,5$	Objetivos Superados

A avaliação far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de indicadores e metas que igualmente se indica de seguida:

	Modo de avaliação:			Ponderação
	Não atingido:	Atingido:	Superado:	
1. Objetivos financeiros, de eficiência e sustentabilidade				
1.1. Eficiência de gestão ($PRC = \frac{GV + FSE + GP}{VN}$)	$\Delta PRC < 0\%$	$0\% \leq \Delta PRC < 3\%$	$\Delta PRC \geq 3\%$	12,5%
1.2. Limite ao endividamento	Dívida > 133,2 M€	$129,3 \text{ M€} < \text{Dívida} \leq 133,2 \text{ M€}$	Dívida $\leq 129,3 \text{ M€}$	12,5%
1.3. Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	$DCDMA > 105\%$	$95\% \leq DCDMA \leq 105\%$	$DCDMA < 95\%$	12,5%
1.4. Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	$DTE > 100\%$	$85\% < DTE \leq 100\%$	$DTE \leq 85\%$	5,0%
1.5. Rentabilidade do capital investido (RCI)	$RCI < 95\% \text{ RCI } 2015$	$95\% \text{ RCI } 2015 \leq RCI < 110\% \text{ RCI } 2015$	$RCI > 110\% \text{ RCI } 2015$	12,5%
2. Objetivos ambientais				
2.1. Evolução da qualidade da água fornecida (AQA)	$AQA < 99,5\%$	$99,5\% \leq AQA \leq 100,0\%$	$AQA > 100,0\%$	15,0%
2.2. Destaque de sist. multimunicipais da área metropolitana de Lisboa	N.º = 0 após final de 2016	N.º = 2 até final de 2016	N.º = 2 até final de 2016 com arranque de atividade de no início de 2017	7,5%

		Modo de avaliação:			Ponderação
		Não atingido:	Atingido:	Superado:	
2.3.	Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Não certificada até 2018	Certificada entre 20/06/2018 e 31/12/2018	Certificada até 20/06/2018	5,0%
2.4.	Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Não certificada até 2018	Certificada entre 20/06/2018 e 31/12/2018	Certificada até 20/06/2018	5,0%
2.5.	Redução do consumo de energia elétrica	RCEE (Ano N) < 95% RCEE (Meta do Ano N)	95% RCEE (Meta do Ano N) ≤ RCEE (ano N) ≤ 105% RCEE (Meta Ano N)	RCEE (Ano N) > 105% RCEE (Meta do Ano N)	7,5%
3. Objetivos de reporte					
3.1.	Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	GCPR > 0 dias	-1 dia ≤ AQA ≤ 0 dias	GCPR < -1 dia	5,0%

Os resultados verificados no ano de 2017 foram os seguintes:

	Resultado	Avaliação	Ponderação inicial	Ponderação ajustada	Atingimento	
1. Objetivos financeiros, de eficiência e sustentabilidade						
1.1.	Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	7,2%	✔ Superado	12,5%	15,2%	3,0
1.2.	Limite ao endividamento	73,4	✔ Superado	12,5%	15,2%	3,0
1.3.	Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	40,9%	✔ Superado	12,5%	15,2%	3,0
1.4.	Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	50,0%	✔ Superado	5,0%	6,1%	3,0
1.5.	Rentabilidade do capital investido (RCI)	112,9%	✔ Superado	12,5%	15,2%	3,0
2. Objetivos ambientais						
2.1.	Evolução da qualidade da água fornecida (AQA)	99,9%	⚠ Atingido	15,0%	18,2%	2,0
2.2.	Destaque de sist. multimunicipais da área metropolitana de Lisboa	2	✔ Superado	7,5%	9,1%	3,0
2.3.	Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	n.a.	n.a.	5,0%	0,0%	-
2.4.	Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	n.a.	n.a.	5,0%	0,0%	-
2.5.	Redução do consumo de energia elétrica	n.a.	n.a.	7,5%	0,0%	-
3. Objetivos de reporte						
3.1.	Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	-2	✔ Superado	5,0%	6,1%	3,0
Avaliação Global			100,0%	Objetivos Superados	2,8	

Os indicadores 2.3 - Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no sistema de gestão de energia, 2.4 - Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no sistema de gestão de ativos e 2.5 - Redução do consumo de energia elétrica, apenas serão avaliados em 2018, pelo que a ponderação foi distribuída e ajustada proporcionalmente pelos restantes indicadores, conforme previsto nos próprios contratos.

A avaliação global do ano foi de 2,8, considerando-se assim uma avaliação global de OBJETIVOS SUPERADOS.

- **Plano de Atividades e Orçamento**

No que respeita ao cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2017, encontram-se indicadas no quadro do final do capítulo as respetivas execuções. Da análise dos resultados da execução do ano de 2017 verifica-se:

- Princípio Financeiros de Referência - a Empresa adotou e cumpriu os princípios de referência considerados no seu Plano de Atividades e Orçamento para 2017;
- Investimento - execução de 69% do plano de investimentos previsto no planeamento anual para o exercício de 2017;
- Endividamento - cumprimento integral do previsto para o atingimento do endividamento bruto no final do exercício, não apresentando qualquer desvio;
- EBITDA - aumento do EBITDA em 2,9%;
- Plano de Redução de Gastos (PRC) - redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios em 2,0 p.p.
- Gastos com Frota Automóvel - a variação do número de viaturas resulta da transferência de propriedade de 1 (uma) viatura, da AdP SGPS, SAP para a EPAL, que se encontrava desde 2015 afeta e ao serviço da empresa. Não foram consideradas ainda as viaturas respeitantes aos alugueres pontuais que foram necessários recorrer durante o ano de 2017. Em relação aos gastos com viaturas comparáveis com o previsto no PAQ 2017, estas apresentam um cumprimento total, tendo sido expurgados da análise, para ser devidamente comparável, numa base de prudência e cautela, os encargos relacionados com o acondicionamento de viaturas, na sequência da renovação do parque automóvel que se irá verificar em 2018, aquando da efetiva substituição. Atendendo ao número de viaturas consideradas, o valor em causa é de cerca de 223 mil euros. Foi ainda considerado um ajustamento no orçamento respeitante aos gastos com viaturas pontuais, de modo a serem comparáveis com os valores registados em 2017.
- Gastos com Pessoal - expurgando os efeitos não comparáveis decorrentes da Lei do Orçamento de Estado (reduções remuneratórias, indemnizações e reposição dos instrumentos de contratação coletiva de trabalho), bem como da alteração do preço contratual dos seguros pessoais, em virtude do concurso público lançado e adjudicado em 2017, verifica-se uma diminuição de 0,3% face ao previsto.

2) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros. Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos da empresa se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (atividade em baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (atividade em alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade da empresa é, primeiramente, utilizado para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada de tesouraria, e em relação ao restante, são aplicados junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes financeiros da EPAL é reduzido, se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como garantias) dos últimos 5 anos, constatando-se um ligeiro aumento em 2017.

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	2 084 160	2 284 324	2 649 300	3 327 284	3 779 862
Taxa média de financiamento (%)	1,46%	1,42%	1,48%	1,69%	1,77%

Esta variação resulta da redução do capital médio em dívida ser de cerca de 18% face a 2016, enquanto a redução dos encargos financeiros foi de cerca de 9%. Tal decorre de a EPAL dispor de uma repartição dos seus financiamentos bancários de 54% contratado a taxa fixa, e de 46% a taxa variável e, no período em apreço, as amortizações de capital efetuadas terem sido superiores nesta última vertente. Esta situação deverá continuar a verificar-se no futuro, atendendo que os financiamentos contratados junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI), não permitirem alterar o regime de taxa escolhido.

3) Limite de crescimento do endividamento (n.º I do art.º 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017))

Passivo remunerado	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 2017/2016	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	133 407 702	151 517 308	169 528 767	187 444 544	205 267 046	-18 109 606	-12%
- dos quais concedidos pela DGFT	0						-
Aumentos de capital por dotação	0						-
Aumentos de capital por conversão de créditos	0						-
Endividamento ajustado	133 407 702	151 517 308	169 528 767	187 444 544	205 267 046	-18 109 606	-12%

No ano de 2017 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução de 18,1 milhões de euros (-12%), correspondente a amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores.

No ano em apreço a empresa não recorreu a qualquer novo financiamento.

A empresa cumpre integralmente o disposto no n.º I do art.º 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

4) Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

Verificou-se em 2017 um aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores, resultando essencialmente de situações específicas que se encontravam em receção e conferência no final de cada trimestre, bem como se pretendeu não descuidar a manutenção do desejável equilíbrio entre o prazo médio de recebimentos e pagamentos, de modo a não degradar a tesouraria da Empresa.

Face à alteração verificada nas contas de fornecimentos e serviços externos, com a reclassificação da taxa de subsolo para outros gastos operacionais, o valor de 2016 foi por essa via igualmente ajustado (anteriormente era de 37 dias)

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2017	2016	Variação 2017/2016	
				%
Prazo (dias)	42	39	3	7,7%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes:

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011 (€)				
		0-90	90-120	120-180	180-240	240-360
Aquisição de Bens e Serviços	1 768 972	14 069	35 336	98 188	-53 621	86 142
Aquisição de Investimentos	1 17 256	0	0	1 043	101 185	105 550
Total	1 886 228	14 069	35 336	99 231	47 564	191 692

5) Recomendações do acionista

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2017 aquando da aprovação das contas do exercício de 2016.

Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6) Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;

- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;
- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março.

As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta de seguinte a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2017 - Ofício Circular n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018).

a) Órgãos Sociais

Foram aplicadas na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA todas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2017

(1) Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	650	0
2015-2017	Vice-Presidente	AdP SGPS SA,	525	0
2015-2017	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	450	0
Total				0

(2) Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Sim/ /Não	OPRLO (2)		N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presiden- te	José Manuel Leitão Sardinha	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	3
2016-2018	Vogal	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	2
2016-2018	Vogal	Ana Sofia Pereira da Silveira	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	-	EPAL	1
2016-2018	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	EPAL	EPAL	1
2016-2018	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	SIMAS de Oeiras e Amadora	EPAL	1

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Leitão Sardinha	AdP SGPS, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdP, Serviços Ambientais, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor convidado	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Barnabé Francisco Primo Pisco	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Ana Sofia Pereira da Silveira	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.578,20	1.831,28

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor BrutoFinal (5) = (3)-(4)
José Manuel Leitão Sardinha	107.587,70	n.a.	107.587,70	5.379,20	102.208,50
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,40	81.766,76
Ana Sofia Pereira da Silveira	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,40	81.766,76
Barnabé Francisco Primo Pisco	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,40	81.766,76
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,40	81.766,76
			451.868,34	22.592,80	429.275,54

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
José Manuel Leitão Sardinha	4,52	781,96	Seg. Social	24.785,58	1.182,07	1.675,28		20.028,84
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	4,52	908,52	CGA/ADSE	20.240,10	1.645,56	1.340,22	Comunicações, Gastos com	8.999,19
Ana Sofia Pereira da Silveira	4,52	872,36	Seg. Social	20.622,47	464,49	1.340,22	Deslocações e Encargos com viaturas	10.175,17
Barnabé Francisco Primo Pisco	4,52	795,52	Seg. Social	20.723,86	464,49	0,00		15.082,16
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	4,52	754,84	Seg. Social	20.790,90	1.646,56	1.340,22		12.526,52
	4,52	4.113,20	-	107.162,91	5.403,17	5.695,94	-	66.811,88

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor ref. da viatura	Modalidade (I)	Ano Início	Ano Termo	Valor Ren. Mensal	Gasto Anual c/ Rendas	Prest. Cont. Remanesc.
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	Sim	29.896,75	AOV	2013	2018	1.309,82	15.717,84	0
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	Sim	38.389,40	AOV	2008	2018	416,87	5.002,44	0
Ana Sofia Pereira da Silveira	Sim	Sim	36.382,01	AOV	2008	2017	605,42	7.265,04	0
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	Sim	44.098,37	AOV	2008	2017	568,34	6.820,08	0
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	Sim	41.028,07	AOV	2008	2017	567,67	6.812,04	0

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
José Manuel Leitão Sardinha	110,04	0,00	0,00	-	0,00	110,04
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Ana Sofia Pereira da Silveira	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Barnabé Francisco Primo Pisco	389,29	858,00	250,20	-	0,00	1.497,49
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	16,00	338,00	0,00	-	0,00	354,00
						1.961,53

(3) Fiscalização

Fiscal Único da Sociedade/Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC				Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2015-2017	SROC	Ernst & Young Audit & Associados - SROC S:A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	71	20161480	DUE	2 dezembro de 2016, com efeitos a 6 de agosto de 2016	dezembro de 2016	9	2
2015-2017	Fiscal Único Efetivo	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20160766	DUE	2 dezembro de 2016, com efeitos a 6 de agosto de 2016	dezembro de 2016	8	2
2015-2017	Fiscal Único Suplente	Rui Abel Serra Martins	1119	20160731	DUE	2 dezembro de 2016, com efeitos a 6 de agosto de 2016	dezembro de 2016	9	2

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC S:A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	12.000,00	0,00	12.000,00	-	0,00	0,00	12.000,00	

b) Auditor Externo

Foram aplicadas na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA todas as orientações vigentes em 2017 relativas às remunerações

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
Ernst & Young Audit & Associados - SROC SA	71	20161480	03-08-2016	3 (anos)	9	2

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC S:A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	14.700,00	0,00	14.700,00	Despesas	838,00	0,00	15.538,00	

c) Restantes Trabalhadores

Foram aplicadas na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA todas as orientações vigentes em 2017 relativas às remunerações.

Nos termos do previsto na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, designadamente no artigo 21.º que veio repor a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho existentes no setor público empresarial, a EPAL que havia suspenso a aplicação do respetivo Acordo de Empresa (AE), veio repor a sua aplicação no ano de 2017. Esta medida teve implicações no ano, em termos de:

- Remunerações relativas a subsídios de refeição, ajudas de custo, trabalho extraordinário ou suplementar e trabalho noturno - aplicação logo em janeiro de 2017 do previsto no Acordo de Empresa;
- Restantes matérias abrangidas pelo Acordo de Empresa, designadamente as anuidades e as progressões de carreira - reposição, em julho de 2017, de 50% do montante dos direitos adquiridos, sem efeitos retroativos, sendo que em janeiro de 2018 ocorrerá a reposição dos restantes 50%.

7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;**
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;**
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, que se encontram sintetizadas no quadro seguinte:**

	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80	201,68	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80	381,00	-
Ana Sofia Pereira da Silveira	80	386,18	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	80	387,37	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80	314,78	-
		1.671,01	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	572,28	2.306,56	1.049,26	3.355,82	
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	457,82	1.680,47	1.159,04	2.839,51	
Ana Sofia Pereira da Silveira	457,82	1.230,24	778,72	2.008,96	
Barnabé Francisco Primo Pisco	457,82	3.545,38	1.693,26	5.238,54	
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	457,82	2.600,18	943,49	3.543,67	
				16.986,50	

8) Despesas não documentadas ou confidenciais (aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP)

A empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ao artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

9) Relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres (n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de Sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

10) Relatório anual sobre a Prevenção da Corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual foi publicitado no sítio de Internet da EPAL (cujo link para o sítio da internet se encontra no quadro final do presente capítulo) e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), por correio eletrónico, bem como disponibilizado na plataforma SIRIEF.

II) Contratação pública

a) Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2017

O Grupo AdP dispõe de uma unidade da AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada.

b) Procedimentos instituídos para a contratação de bens e serviços

A empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, pelo que não houve quaisquer contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas.

12) Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014, na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;

- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13) Medidas de redução de gastos operacionais (previstas no artigo 124.º do DLEO 2017)

A EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador no quadro no início deste capítulo respeitante ao cumprimento das orientações legais.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os períodos anteriores homólogos e comparáveis:

PRC	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	99 278 257	95 950 476	93 254 189	3 327 781	3,5%
(1) CMVMC	1 775 798	1 657 683	2 233 525	118 115	7%
(2) FSE	30 940 312	29 883 343	28 886 342	1 056 969	4%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii) e iv)	24 293 254	24 154 075	24 319 245	139 179	1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-784 619	-638 566	-1 156 233	-146 054	23%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	22 593	303 173	764 757	-280 580	-93%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	-628 389	0	0	-628 389	-
(3.iv) Capitalizações de Encargos	1 216 117	1 192 702	2 060 011	23 416	2%
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	57 009 364	55 695 101	55 439 112	1 314 263	2%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	159 254 404	151 018 866	143 933 951	8 235 539	5%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	35,8%	36,9%	38,5%	-1,1 p.p.	-2,9%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	1 255 870	1 346 198	1 368 523	-90 328	-7%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	14 913	14 954	15 197	-41	0%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	3 728	3 753	3 903	-25	-1%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	1 806 143	1 757 913	1 442 305	48 230	3%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	3 080 655	3 122 818	2 829 929	-42 163	-1%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	652	652	652	0	0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	19	25	21	-6	-24%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	628	622	626	6	1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	33	25	30	8	33%
N.º de viaturas	267	266	260	1	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

No que respeita às variações registadas entre 2017 e 2016, salienta-se:

- **(0) EBITDA** | aumento de 3,5%, verificando-se um crescimento face aos períodos homólogos;
- **(6) Gastos Operacionais / Volume de Negócios** | Redução de 2,9% face a 2016, registando um aumento do volume de negócios (5%) superior ao aumento verificado nos gastos operacionais (2%);
- **(Gastos com comunicações, deslocações e alojamento, ajudas de custo e encargos com a frota automóvel)** | redução global de 1%.. No que respeita aos encargos com a frota automóvel, e de modo a ser comparável, não se considerou os encargos estimados com as despesas de recondicionamento que irão ser registadas em 2018, devido à renovação do parque automóvel (cerca de 223 mil euros);
- **(Recursos Humanos)** | manutenção do número total de trabalhadores na Empresa, registando-se uma diminuição do número de cargos dirigentes, pelo que o número médio de trabalhadores por cargo dirigente aumentou;
- **(Número de viaturas)** | apesar do aumento de 1 viatura em 2017, a mesma já se encontrava ao serviço da empresa desde 2015, tratando-se apenas de uma alteração de posição contratual.

14) Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do RJSPE e artigo III.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º do DLEO 2017)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP. À data de 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP eram de 23.749.245 euros.

Ressalva-se contudo que alguns montantes indicados no quadro seguinte, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período que, pelo facto do IGCP não dispor de balcões de atendimento ao público, tiveram que ser depositados na banca comercial e, transferidos no dia útil seguinte, para a conta da EPAL junto do IGCP.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
CGD (1)	2 566 969	953 253	1 585 459	433 764
BPI	131 320	310 580	76 268	111 296
BBVA (1)	400 687	140 655	84 510	85 553
Santander	12 652	8 237	7 139	5 284
BCP (1)	1 071 788	141 950	209 816	44 102
Novo Banco (1)	3 781 883	365 984	281 396	45 797
Banco Popular	16 968	14 163	25 174	15 267
BIC	4 264			
Finantia	2 337			
Montepio	2 643			
Bankinter				1 000
Total	7 991 511	1 934 822	2 269 763	742 063
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2017) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

(1) Contas onde se encontravam domiciliados os recebimentos de clientes. Referem-se essencialmente a movimentos de final do mês e que não foi possível em tempo útil transferir para o IGCP

15) Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos (2014 a 2017)

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento da obrigação de reporte prevista no ponto 159 do Relatório n.º 7/2017 do Tribunal de Contas, foram implementadas as seguintes medidas para cumprimento das recomendações constantes do citado relatório, as quais contribuíram para o reforço da garantia do cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e para a monitorização da execução contratual.

MEDIDAS	Medida implementada (Sim/Não)	OBJETIVOS
Aprovação de uma minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação pública	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação
Declarações individualizadas de inexistência de conflitos de interesse	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de declaração anexo à minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação - Aumento de transparência dos procedimentos de contratação pública - Cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção ou Infrações Conexas - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Designação de “gestor do procedimento”	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de um responsável pelo acompanhamento da tramitação dos procedimentos de contratação, desde a data da decisão de contratar até à assinatura do contrato, com funções determinadas - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Designação de “gestor do contrato”	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de um responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos, com funções determinadas que abrangem a verificação do cumprimento dos termos contratuais, a validação de faturas e a elaboração do relatório de execução - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Implementação das orientações internas em matéria de número de entidades a convidar em função dos tipos de procedimento	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Definição do número de entidades a convidar nos procedimentos de contratação das empresas do grupo AdP, incluindo os promovidos ao abrigo dos setores especiais
Definição de novas orientações internas em matéria de avaliação do cumprimento do regime previsto no artigo 113.º, n.º 2, do CCP	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Fixação do 5.º dígito do CPV como referência para aferição de contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas no ano económico em curso e nos dois anos anteriores - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP

MEDIDAS	Medida implementada (Sim/Não)	OBJETIVOS
Emissão de orientações internas relativas à utilização de critérios materiais em procedimentos de ajuste direto	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação
Existência de assessoria jurídica especializada em contratação em cada empresa do grupo AdP	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação - Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado - Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação
Monitorização de procedimentos de contratação	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsável pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos - Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS - Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
Criação de unidade de compras responsável pela promoção de procedimentos de contratação pública, em todas as empresas do grupo AdP	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte - Definição de unidade orgânica responsável pela informação prestada para efeitos de aferição do cumprimento do regime do artigo 113.º, n.º 2, do CCP
Aprovação do Plano Anual de Compras em todas as empresas do grupo AdP	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de necessidades em matéria de empreitadas e aquisições/locações de bens e serviços em cada ciclo anual - Melhorar o planeamento da realização de procedimentos de contratação e identificar necessidades transversais que possam ser contratadas globalmente para redução de encargos - Promover a divulgação de anúncios de pré-informação nos termos do CCP - Articulação com o orçamento das empresas - Carregamento do Plano Anual de Compras no ERP para monitorização de execução
Realização de ações de formação de âmbito geral e especializado	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos - Garantia de observância de requisitos legais e relativos a procedimentos de contratação pública - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP
Revisão das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública inerentes à realização de investimentos (empreitadas, aquisições de serviços de fiscalização e projeto, etc.)

MEDIDAS	Medida implementada (Sim/Não)	OBJETIVOS
Arquivo de procedimentos de contratação pública	Sim	- Instituição de arquivo digital por procedimento de contratação pública, da responsabilidade do gestor do procedimento - Diminuição do suporte físico dos procedimentos de contratação pública - Agilização de disponibilização de informação em sede de consulta interna, auditorias e ações inspetivas

16) Quadro com informação a constar no site do SEE

Conforme orientações da DGTF a empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

Cumprimento das Orientações Legais - 2017	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão					
<i>Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"</i>					
1. Objetivos financeiros, de eficiência e sustentabilidade					
• Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	x			7,2%	Objetivo Superado
• Limite ao endividamento	x			73,4	Objetivo Superado
• Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	x			40,9%	Objetivo Superado
• Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	x			50,0%	Objetivo Superado
• Rentabilidade do capital investido (RCI)	x			112,9%	Objetivo Superado
2. Objetivos ambientais					
• Evolução da qualidade da água fornecida (AQA)	x			99,9%	Objetivo Atingido
• Destaque de sist. multimunicipais da área metropolitana de Lisboa	x			2	Objetivo Superado
• Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia			x	-	Indicador a ser avaliado apenas no exercício de 2018
• Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos			x	-	Indicador a ser avaliado apenas no exercício de 2018
• Redução do consumo de energia elétrica			x	-	Indicador a ser avaliado apenas no exercício de 2018
3. Objetivos de reporte					
• Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	x			-2	Objetivo Superado
Metas a atingir constantes no PAO 2017					
<i>Comparação entre os valores de 2017 e as previsões constantes do PAO</i>					
• Princípios Financeiros de Referência	x			-	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Investimento	x			69,4%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Endividamento	x			100%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• EBITDA	x			2,9%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Plano de Redução de Gastos (PRC)	x			-2,0 p.p.	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Gastos com Frota Automóvel				-	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
N.º viaturas	x			1	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"

Cumprimento das Orientações Legais - 2017	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
Gastos com viaturas	x			-0,1%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Gastos com Pessoal	x			-0,3%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x		-
Gestão do Risco Financeiro			x	1,46%	Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-12,0%	Varição do endividamento face a 2016
Evolução do PMP a fornecedores		x		3	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)	x			387 892 EUR	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			x	-	Não foram emitidas recomendações
Remunerações:					
• Não atribuição de prémios de gestão	x			-	-
• CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	x			22 593 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2017
• Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2017			x	-	-
• Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2017			x	-	-
• Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.	x			-	A EPAL, conforme disposto nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, procedeu à reposição do Acordo de Empresa
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP					
• Não utilização de cartões de crédito	x			-	Os membros do CA não dispõem de cartões de crédito
• Não reembolso de despesas de representação pessoal	x			-	A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal
• Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x			-	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x			-	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP					
• Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x			-	A empresa não realizou qualquer despesa não documentado ou confidencial
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres - n.º 2 da RCM n.º 18/201					
• Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	x			-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46º do RJSPE					
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x			-	http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas
Contratação Pública					
• Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x	-	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	-	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Auditorias do Tribunal de Contas					
• No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;	x			-	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais	x			-	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"

Cumprimento das Orientações Legais - 2017	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
Parque Automóvel					
• N° de viaturas	x			1	<i>A variação resultou da transferência da propriedade de uma viatura, que se encontrava desde 2015 ao serviço da EPAL, entre a AdP SGPS e a EPAL</i>
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x			-2,9%	<i>Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"</i>
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					
• Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			23 749 245 EUR	<i>Saldo a 31/12/2017</i>
• Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			2 035 822 EUR	<i>Saldo a 31/12/2017</i>
• Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			-	<i>Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"</i>

[página em branco]

Perspetivas Futuras

O exercício de 2018 ficará marcado pela consolidação das atividades da empresa, assinalando-se uma esperada reestruturação organizacional da EPAL com vista a melhorar processos e procedimentos para a gestão e exploração das infraestruturas e sistemas pelos quais é responsável, constituindo, por conseguinte, um enorme desafio que, estamos seguros, será superado com a reconhecida competência e profissionalismo dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

A EPAL procurará, durante 2018, reforçar o seu quadro de pessoal e promover a melhoria das relações de trabalho, situação que, sendo resultante de condições de origem muito diferenciadas, importa, no entanto, atenuar progressivamente dentro das limitações a que a EPAL, enquanto empresa pública, está sujeita.

O aumento da eficiência, nomeadamente resultante da identificação e otimização das economias de gama e das sinergias, da adoção das melhores práticas e da racionalização das condições de operação das infraestruturas será, seguramente, uma das áreas em que a empresa se focará.

A empresa continua interessada no processo de integração da rede de saneamento de Lisboa, dadas as vantagens para a empresa e para a cidade.

A EPAL vai continuar a sua aposta na inovação e desenvolvimento procurando responder a oportunidades de internacionalização das suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu know how.

No quadro das perspetivas referidas, alicerçadas na sólida sustentabilidade económica e financeira da empresa, a EPAL, em 2018, continuará a promover o desenvolvimento das suas competências e da excelência dos serviços públicos que presta às populações que serve.

[página em branco]

Considerações Finais

É com satisfação que o Conselho de Administração encerra mais um ano de atividade de uma empresa que sabe cumprir os seus objetivos e honra os seus compromissos para com o seu acionista, para com a Tutela, para com a Entidade Reguladora e, também, para com os seus clientes.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento especial a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a EPAL continue a ser a empresa nacional de referência no setor em que opera, afirmando-se hoje com uma das principais referências internacionais.

Um profundo agradecimento aos corpos dirigentes e às trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, sem esquecer aqueles que saíram da empresa em resultado da cisão da AdVT ocorrida em 2017, pela dedicação e profissionalismo e, também, pela reconhecida excelência. Aos órgãos representativos dos trabalhadores agradeço a sua permanente atenção e contributo, dentro das suas competências. Aos membros dos órgãos sociais, agradeço a permanente colaboração e apoio evidenciados nas suas atividades próprias e no acompanhamento da gestão da empresa.

À Tutela Governamental, pela acessibilidade dos contatos, interesse e empenho postos no acompanhamento das atividades da empresa e pelo clima de confiança mantido.

Ao acionista Águas de Portugal, que manteve o acompanhamento permanente e empenhado das atividades e evolução da empresa.

À ERSAR, enquanto Entidade Reguladora do setor, à APA - Agência Portuguesa do Ambiente, bem como os diversos organismos e serviços da Administração Pública, são igualmente credores de reconhecimento pelo interesse, disponibilidade e permanente apoio à EPAL e às suas atividades.

Um agradecimento às instituições bancárias e seguradoras, e aos fornecedores e prestadores de serviços à EPAL, pela qualidade das suas respostas às necessidades da empresa.

À Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento da excelência da colaboração, permanente cooperação e entendimento.

Finalmente, agradeço aos nossos Clientes, os contributos e a permanente inspiração para prestarmos um serviço que, sendo de reconhecida excelência, não afasta a nossa ambição de o melhorarmos ainda mais, pois os nossos clientes assim o merecem.

[página em branco]

Proposta de Aplicação de resultados

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de 50.071.575,10 euros (cinquenta milhões, setenta e um mil, quinhentos e setenta e cinco euros e dez cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 40.057.260,08 euros (quarenta milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta euros, e oito cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 10.014.315,02 euros (dez milhões, catorze mil, trezentos e quinze euros, e dois cêntimos) para Resultados Transitados.

[página em branco]

Anexo ao Relatório

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000,00	100%	150.000.000,00

[página em branco]





***Demonstrações
Financeiras
do Exercício
de 2017***

An aerial photograph of a dense forest with a dirt path winding through it. The trees are mostly green, with some brown patches, suggesting a mix of species or perhaps a dry season. The path is light brown and leads from the bottom left towards the top right of the frame.

Demonstrações Financeiras

Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	695 604 184	705 935 070
Propriedades de investimento	7	13 479 013	13 559 357
Activos intangíveis	5	5 973 333	6 186 667
Outros ativos financeiros	9	98 463	93 745
Ativos por impostos diferidos	10	2 396 257	2 310 620
Outros ativos não correntes	11 e 18	12 730 420	12 249 709
Total do ativo não corrente		730 281 670	740 335 168
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	12	144 949	101 395
Clientes	13	15 382 742	15 693 631
Imposto sobre o rendimento	20	656 190	656 190
Outras contas a receber	13	86 573 597	23 753 282
Diferimentos	14	3 322 979	2 255 794
Outros ativos financeiros	4 e 9	18 000 000	73 500 000
Caixa e depósitos bancários	4	7 712 103	5 969 227
Total do ativo corrente		131 792 560	121 929 518
Total do ativo		862 074 229	862 264 686
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	15	150 000 000	150 000 000
Reserva legal	15	30 000 000	30 000 000
Outras reservas	15	22 171 377	22 171 377
Resultados transitados	15	360 708 788	350 228 371
Outras variações no capital próprio	15	(4 064)	(4 064)
Resultado líquido do exercício	30	50 071 575	49 722 300
Total do capital próprio		612 947 677	602 117 985
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	16	117 575 342	133 407 702
Subsídios ao investimento	17	28 846 935	30 122 485
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	800 525	1 684 000
Passivos por impostos diferidos	10	36 842 018	35 654 902
Total do passivo não corrente		184 064 820	200 869 089
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	19	609 135	645 332
Fornecedores	16	8 505 301	3 698 747
Estado e outros entes públicos	20	5 510 698	4 713 653
Imposto sobre o rendimento do exercício	20	3 705 811	-
Financiamentos obtidos	16	15 832 361	18 109 607
Outras contas a pagar	16	30 898 427	32 110 273
Total do passivo corrente		65 061 733	59 277 612
Total do passivo		249 126 553	260 146 701
Total do capital próprio e do passivo		862 074 229	862 264 686

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Ana Sofia Pereira da Silveira

Barnabé Francisco Primo Pisco

Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	21	159 254 404	151 018 866
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(1 775 798)	(1 657 683)
Fornecimentos e serviços externos	22	(30 940 312)	(32 188 964)
Gastos com o pessoal	23	(24 467 552)	(23 296 766)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	13	(1 073 295)	(680 699)
Provisões (aumentos) / reduções	19	22 017	885 193
Subsídios ao investimento	17	1 275 977	1 275 977
Outros rendimentos e ganhos	24	4 007 184	4 078 466
Outros gastos e perdas	25	(7 024 367)	(3 483 914)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		99 278 257	95 950 476
Gastos de depreciação e de amortização	26	(25 486 278)	(25 599 768)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		73 791 979	70 350 708
Juros e rendimentos similares obtidos	27	550 520	576 984
Juros e gastos similares suportados	27	(2 225 917)	(2 284 324)
Resultado antes de impostos		72 116 581	68 643 367
Imposto sobre o rendimento do exercício - diferido	10	582 564	1 428 079
Imposto sobre o rendimento do exercício - corrente	10	(22 627 570)	(20 349 147)
Resultado líquido do exercício		50 071 575	49 722 300
Resultado por ação básico	30	1,67	1,66
Resultado por ação diluído		1,67	1,66

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2017	2016
Resultado líquido do exercício		50 071 575	49 722 300
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	10 e 18	(652 680)	(519 123)
Efeito de alteração de taxa de imposto		(1 622 795)	-
Ajuste benefício de reforma		230 694	(257 311)
Total do rendimento integral do exercício		48 026 795	48 945 866

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Ana Sofia Pereira da Silveira

Barnabé Francisco Primo Pisco

Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração das variações do capital próprio

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2016		150 000 000	30 000 000	22 171 377	329 793 026	(4 064)	47 137 287	579 097 627
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	10, 18	-	-	-	(776 434)	-	-	(776 434)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	47 137 287	-	(47 137 287)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	376 153 879	(4 064)	-	578 321 193
Resultado líquido do exercício de 2016							49 722 300	49 722 300
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	15	-	-	-	(25 925 508)	-	-	(25 925 508)
		-	-	-	(25 925 508)	-	49 722 300	(25 925 508)
Posição no fim do exercício de 2016		150 000 000	30 000 000	22 171 377	350 228 371	(4 064)	49 722 300	602 117 985
Posição no início do exercício de 2017		150 000 000	30 000 000	22 171 377	350 228 371	(4 064)	49 722 300	602 117 985
Posição no início do exercício de 2017		150 000 000	30 000 000	22 171 377	350 228 371	(4 064)	49 722 300	602 117 985
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	10, 18	-	-	-	535 957	-	-	535 957
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	49 722 300	-	(49 722 300)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	400 486 628	(4 064)	-	602 653 942
Resultado líquido do exercício de 2017							50 071 575	50 071 575
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	15	-	-	-	(39 777 840)	-	-	(39 777 840)
		-	-	-	(39 777 840)	-	-	(39 777 840)
Posição no fim do exercício de 2017		150 000 000	30 000 000	22 171 377	360 708 788	(4 064)	50 071 575	612 947 677

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	196 383 526	176 965 656
Pagamentos a fornecedores	(37 340 215)	(45 638 956)
Pagamentos ao pessoal	(36 003 043)	(39 200 950)
Caixa gerada pelas operações	123 040 268	92 125 750
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	(21 037 406)	(15 107 959)
Outros recebimentos / (pagamentos)	(23 749 671)	6 760 270
Fluxos das atividades operacionais [1]	78 253 191	83 778 061
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	6 (12 674 256)	(12 862 001)
Ativos intangíveis		(6 400 000)
Investimentos financeiros	(5 439)	-
Outros ativos	4 e 9 (60 000 000)	(50 000 000)
		(69 262 001)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	511 215	1 162 168
Investimentos financeiros	-	20 471
Outros ativos	4 e 9 50 000 000	32 500 000
Juros e rendimentos similares	109 733	273 826
	50 620 948	33 956 465
Fluxos das atividades de investimento [2]	(22 058 747)	(35 305 536)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	16 (18 109 607)	(18 011 460)
Juros e gastos similares	(2 064 122)	(2 328 813)
Dividendos	15 (39 777 840)	(25 925 508)
	(59 951 569)	(46 265 781)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(59 951 569)	(46 265 781)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(3 757 125)	2 206 744
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4 29 469 228	27 262 484
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 25 712 103	29 469 228

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória

1.1 Introdução

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

1.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa.

Adicionalmente, a Empresa, enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e conforme previsto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão a liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 e conseqüente alteração ao Decreto-Lei n.º 230/91, as tarifas da EPAL deixam de ser fixadas por Convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a EPAL, passando para a esfera da ERSAR. Para o período 2016-2020 as tarifas foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a AdVT a propriedade dos inerentes ativos.

1.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2017, a Empresa é integralmente detida pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 21 de fevereiro de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (“Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements”), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e normas interpretativas (“SIC/IFRIC”), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2017.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e tomando por base o custo histórico, exceto pela valorização dos ativos financeiros ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro/IFRS-International Financial Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC").

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IAS/IFRS" ou "IFRS".

3.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, com exceção da alteração da metodologia de contabilização dos subsídios à exploração recebidos de entidades terceiras, de acordo com o preconizado na norma IAS 20, e que em capítulo específico se detalha (nota 3.10).

3.1.2 Novas normas, interpretações e alterações adotadas pela Empresa

Entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2018 foram emitidos pela União Europeia os seguintes Regulamentos, os quais foram adotados pela Empresa desde 1 de janeiro de 2017:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1989/2017	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reconhecimento de Impostos Diferidos Sobre Perdas Não Realizadas (alterações)	1 janeiro 2016	1 janeiro 2017
Regulamento n.º 1990/2017	IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Iniciativa de Divulgação (alterações)	1 janeiro 2016	1 janeiro 2017
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (alterações)	1 dezembro 2016	1 janeiro 2017

A Empresa adotou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017.

3.1.3 Novas normas, interpretações e alterações adotadas pela União Europeia, mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2017 e não aplicadas antecipadamente

A União Europeia adotou entre janeiro de 2016 e fevereiro 2018 um conjunto de normas e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 R�dito de Contratos com Clientes (nova)	1 maio 2014	1 janeiro 2018
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	1 julho 2014	1 janeiro 2018
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Loca�es (nova)	1 janeiro 2016	1 janeiro 2019
Regulamento n.º 1987/2017	IFRS 15 R�dito dos Contratos com Clientes: Clarifica�es (altera�es)	1 abril 2016	1 janeiro 2018
Regulamento n.º 1988/2017	IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplica�o da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (altera�es)	1 setembro 2016	1 janeiro 2018
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias �s normas IFRS: IFRS 1 Ado�o pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (altera�es)	1 dezembro 2016	1 janeiro 2018

Estas normas e altera es s o de aplica o efetiva para per odos anuais que se iniciem em ou ap s 1 de janeiro de 2018, e n o foram aplicadas na prepara o das Demonstra es Financeiras em 31 de dezembro de 2017. N o se espera que venham a ter um impacto significativo nas Demonstra es Financeiras da Empresa exceto no que respeita a nova norma IFRS 16 Loca es, conforme abaixo detalhado.

IFRS 15 R dito de Contratos com Clientes

A nova norma IFRS 15 R dito de Contratos com Clientes (IFRS 15) vem estabelecer um modelo de cinco passos para o reconhecimento de r dito resultante de contratos celebrados com clientes. De acordo com o previsto na norma, o r dito   reconhecido pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens ou servi os prestados.

A aplica o da norma   obrigat ria para os exerc cios iniciados em ou ap s 1 de janeiro de 2018, devendo a sua ado o seguir o m todo retrospectivo pleno ou m todo retrospectivo modificado.

A Empresa adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2018, usando o m todo retrospectivo modificado, sendo o efeito cumulativo da ado o desta norma reconhecido nos resultados transitados da Empresa a essa data.

Durante o ano de 2017, a Empresa procedeu a uma an lise do impacto da sua ado o, n o sendo esperado qualquer impacto significativo nas Demonstra es Financeiras, mas sim acr scimo das divulga es associadas a "Vendas e presta o de servi os".

Na prepara o da ado o da IFRS 15, a Empresa considerou os seguintes aspetos relevantes:

i) Venda de bens e presta o de servi os

Na maioria das vendas de bens ou presta o de servi os efetuadas pela Empresa, existe apenas uma obriga o de desempenho ("performance obligation"), pelo que o r dito   reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente.

A aplica o da IFRS 15 n o ir  ter um impacto significativo na forma como a Empresa reconhece atualmente o r dito das vendas de bens e presta o de servi os a clientes.

ii) Direitos de devolu o

Com a aplica o da IFRS 15, nas vendas a clientes dever o ser estimados os bens que poder o ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: a) uma responsabilidade de devolu o, representada pela obriga o de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e b) um ativo de devolu o - com ajustamento do custo das vendas - pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

As devolu es de bens cuja responsabilidade   assumida diretamente pela Empresa, n o apresenta materialidade que impacte significativamente as Demonstra es Financeiras da Empresa.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspetos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

A Empresa adotou esta nova norma em 1 de janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa.

Durante o ano de 2017, a Empresa analisou o impacto da adoção desta nova norma, sendo que não se espera que venha a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

i) Classificação e mensuração

A Empresa não antecipa qualquer impacto significativo no seu Balanço ou nos seus Capitais Próprios pela aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

ii) Imparidade

A IFRS 9 requiere que a Empresa reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A Empresa irá aplicar a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos.

A atual política contabilística seguida pela Empresa já prevê o reconhecimento de uma imparidade genérica sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

A Empresa não antecipa qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

iii) Contabilidade de cobertura

A Empresa determinou que todas as relações de cobertura que são designadas atualmente vão continuar a qualificar como contabilidade de cobertura com a aplicação da IFRS 9.

Como a norma não altera os princípios gerais do registo de coberturas eficazes, a aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não terão qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme previsto na IAS 17. Ao invés, introduz um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento atual que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único prevê, para o locatário, o reconhecimento de: i) ativos e passivos no Balanço para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação); e ii) depreciação e juros na Demonstração dos Resultados de forma separada.

O Conselho de Administração está a avaliar os impactos que resultarão da adoção desta nova norma, sendo desde já esperado que a sua adoção tenha um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa, em resultado da incorporação dos ativos que se encontram em locação operacional e das respetivas responsabilidades.

3.1.4 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela União Europeia

O IASB emitiu, em 2014, 2016 e 2017 as seguintes normas, alterações e interpretações que se encontram ainda em processo de adoção pela União Europeia:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	1 janeiro 2014	Data a determinar ¹
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua associada ou joint venture (alterações)	1 setembro 2014	Data a determinar ²
IFRS 2 Pagamento com Base em Ações: Classificação e mensuração das transações (alterações)	1 junho 2016	1 janeiro 2018
IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	1 dezembro 2016	1 janeiro 2018
IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	1 dezembro 2016	1 janeiro 2018
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	1 maio 2017	1 janeiro 2021
IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	1 junho 2017	1 janeiro 2019
IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	1 outubro 2017	1 janeiro 2019
IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	1 outubro 2017	1 janeiro 2019
Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Atividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	1 dezembro 2017	1 janeiro 2019

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações, tal como o IASB.

O Conselho de Administração está a avaliar o impacto da adoção futura destas novas normas, alterações e interpretações às normas já em vigor, não sendo exatável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 - data de transição para as IFRS.

Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e imóveis detidos para obter rendas ou para valorização de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos, ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento adquiridas até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 - data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na Nota 3.2).

Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período de locação quando a EPAL não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EPAL tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que exista uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e, (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água.

Esses inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Perdas de imparidade em inventários".

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.8 Ativos e passivos financeiros

3.8.1 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de "variações de justo valor".
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na Demonstração da Posição Financeira como "Clientes e Outras contas a receber" (Nota 12), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EPAL não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do resultados em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.
- iii) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes excerto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro. São reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido. A EPAL avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são reversíveis na demonstração de rendimento integral.

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a EPAL se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inferior a seis meses, imediatamente mobilizáveis e com risco não significativo de alteração de valor.

3.8.2 Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos”, “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”.

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.8.3 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas) /Reversões” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas) /Reversões”.

3.8.4 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 - Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A empresa aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a empresa utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

3.9 Especialização de exercícios

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Subsídios ao investimento e à exploração

- **Subsídios ao investimento**

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados na mesma cadênciã em que as depreciações relativas aos ativos associados são reconhecidas.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

- **Subsídios à exploração**

O IAS 20, no seu parágrafo 29, permite que as entidades optem entre duas políticas de reconhecimento do proveito com subsídios à exploração: i) de forma separada, numa rubrica de outros rendimentos; ou ii) como uma dedução ao gasto associado.

Assim, a norma IAS 20, permite que o proveito de subsídios à exploração seja registado como um "menos gasto", o que implica que o respetivo gasto seja apresentado pelo seu "valor líquido".

Com efeitos a 1 de janeiro de 2017, os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, sendo reconhecidos como uma dedução ao gasto, nas rubricas onde estes são reconhecidos.

3.11 Benefícios pós-emprego

A empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez).

O sistema de benefícios com pensões da empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Planos de benefício definido (BD)

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na empresa e remuneração.

A empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas em outros rendimentos integrais no período em que são apurados.

O custo dos serviços passados é reconhecido de imediato na data em que existam alterações de benefícios atribuídos.

A responsabilidade associada aos benefícios definidos reconhecida na demonstração da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação deduzido do justo valor dos ativos do plano. Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões mais usuais registadas pela EPAL estão relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com terceiros. A EPAL reconhece essa provisão quando, da avaliação efetuada aos processos em curso com os advogados responsáveis, resulte uma eventual e provável responsabilidade de pagar.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota e não seja provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens (água) é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

A partir de 2016 a EPAL ficou sujeita às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários previstos nos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecida uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e faturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A EPAL presta essencialmente serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. São registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção é superior a 1 ano, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos exercícios de 2016 e 2017, a Empresa não recorreu a financiamentos para os investimentos realizados nestes anos na aquisição e/ou construção dos seus ativos fixos.

Uma vez que os financiamentos atualmente negociados referem-se à construção de ativos específicos investidos em anos anteriores, a empresa não procedeu à capitalização de encargos financeiros.

3.15 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.16 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.17 Políticas de gestão de risco financeiro

Fatores do risco financeiro

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Análise de risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores divulgados na Nota 13) em 31 de dezembro de 2017, excluindo eventuais colaterais detidos ou outras melhorias de crédito, definida com base na sua quantia escriturada reportada naquela data.

Ativos Financeiros Bancários	2017	2016
Depósitos à Ordem (Nota 4)	7.686.603	5.930.372
Depósitos a Prazo (Nota 9)	18.000.000	73.500.000
Outros Ativos Financeiros (Nota 9)	98.463	93.745
	25.785.066	79.524.117

Rating	2017	2016
A- (Moody's)	20 322	-
B1 (Moody's)	37 552	3 452 256
B3 (Moody's)	-	2 735
Ba1 (Moody's)	109 882	72 556 211
Ba3 (Moody's)	-	283 264
Baa1 (Moody's)	85 553	708 603
Baa3 (Moody's)	-	7 626
BB- (Moody's)	198 133	-
BBB- (Moody's)	23 750 245	-
Caa1 (Moody's)	-	2 506 730
Caa2 (Moody's)	1 583 380	-
Sem rating	-	6 693
	25 785 066	79 524 117

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

A EPAL procede à análise dos seus compromissos de investimento, realizando uma recalendarização e mapeamento dos mesmos face a sua importância, impactos económico/financeiro e ambiental, minimizando desta forma eventuais riscos decorrentes de compromissos assumidos com diversas entidades.

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros agrupados pela maturidade remanescente à data das demonstrações financeiras:

2017			
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	15 832 361	49 093 117	68 482 225
Fornecedores	8 505 301 -	-	-
Outras contas a pagar	30 898 427 -	-	-
	55 236 088	49 093 117	68 482 225

2016			
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	18 109 607	54 555 648	78 852 054
Fornecedores	3 698 747	-	-
Outras contas a pagar	32 110 273	-	-
	53 918 627	54 555 648	78 852 054

Os empréstimos bancários dizem respeito única e exclusivamente a financiamentos contratados junto do BEI. O valor previsto com juros a pagar referente a esses empréstimos bancários têm a seguinte maturidade:

Juros	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
2017	1 971 818	5 326 289	3 882 115
2016	1 824 805	5 870 423	5 009 800
	3 796 623	11 196 712	8 891 915

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos

com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2017 e 2016 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 seria como segue:

	2017	2016
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 27)	1 796 854	1 954 409
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado	647 648	759 351
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado (a)	n.a.	n.a.

(a) as taxas de juro variáveis a 31 de dezembro de 2017 e 2016 são inferiores a 1%

Análise de gestão de capital

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2017, a estratégia da EPAL passou por reduzir o seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma redução da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades) e um aumento do Capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado em 2016).

Os rácios em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	Notas	2017	2016
Total de financiamento obtido	16	133 407 702	151 517 309
Disponibilidades	4	(25 712 103)	(79 469 227)
Apoios de tesouraria ao acionista	13	(60 000 000)	
		47 695 599	72 048 082
Capitais Próprios		612 947 677	602 117 985
Capital Total		612 947 677	602 117 985
Dívida Líquida/Capital Total		0,08	0,12

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da nova política

de tesouraria do Grupo AdP. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras das empresas do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto da IGCP.

3.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adotar, os quais afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas.

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

b) Registo de perdas de imparidade relativas a ativos financeiros e ativos não financeiros

A determinação de uma eventual perda por imparidade é gerada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, bem como por quaisquer outras alterações, internas ou externas à Empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor contabilístico do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano.

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa entende que as avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas se mantêm adequadas, não se verificando alterações nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento.

c) Provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Imposto Sobre o Rendimento (fiscalidade)

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporárias tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a EPAL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

e) Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. As empresas reguladas apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas e escrutinadas pelo regulador. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

f) Pressupostos atuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma.

Para avaliação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma é necessário adotar vários pressupostos atuariais, tais como a taxa de desconto, as tábuas de mortalidade ou as progressões salariais, bem como a idade de reforma e o salário pensionável para a Empresa. Os valores reais desses pressupostos podem vir a revelar-se diferentes dos valores estimados na data do cálculo das responsabilidades. Essas diferenças podem produzir ligeiros desequilíbrios anuais (positivos ou negativos), que a longo prazo tendem a anular-se mutuamente, uma vez que os valores dos pressupostos atuariais são ajustados periodicamente em função dos valores correspondentes observados. Assim, o princípio do equilíbrio atuarial assegura um equilíbrio a longo prazo, não se prevendo nesta data qualquer impacto relevante.

3.19 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2017 e 2016 detalham-se conforme se segue:

	Notas	2017	2016
Numerário		25 500	38 855
Depósitos à ordem		7 686 603	5 930 372
		7 712 103	5 969 227
Depósitos a prazo	9	18 000 000	73 500 000
		25 712 103	79 469 227
Fluxos de investimento		-	(50 000 000)
Caixa e seus equivalentes		25 712 103	29 469 227

O Grupo AdP adotou um conceito extensível a todas as entidades do Grupo, incluindo a EPAL, no qual foi definido que as aplicações financeiras que se caracterizam por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor devem ser consideradas como Caixa e seus equivalentes, desde que a sua maturidade não exceda 6 meses.

Para efeitos de fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Depósitos a Prazo" inclui 50.000.000 euros que não cumprem os critérios de classificação como caixa e seus equivalentes definidos pelo grupo AdP e que se encontram acima mencionados como Fluxos de investimento.

5. Ativos Fixos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial - quantia bruta		
Propriedade Industrial	6 401 391	1 391
Propriedade Industrial - aquisições	-	6 400 000
Saldo final - quantia bruta	6 401 391	6 401 391
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(214 725)	(1 391)
Depreciações do exercício (Nota 26)	(213 333)	(213 333)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(428 058)	(214 725)
Saldo final - quantia escriturada líquida	5 973 333	6 186 667

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros.

Com a agregação da Águas do Oeste na AdVT, a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045.

As depreciações encontram-se desta forma a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	1 17 609 266	203 742 389	1 047 701 762	1 187 471	23 302 040	24 066 377	12 703 075	1 430 312 381
Aquisições	-	6 660	1 443 195	47 970	219 172	141 918	14 457 898	16 316 813
Alienações	(10 120)	-	-	-	-	(13 991)	-	(24 110)
Transferências	16 889	129 070	6 162 927	-	460 962	231 558	(7 001 405)	-
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-	(1 444 925)	(1 444 925)
Abates	-	-	(577 099)	-	(2 524)	-	-	(579 623)
Saldo final	1 17 616 035	203 878 119	1 054 730 785	1 235 441	23 979 650	24 425 862	18 714 643	1 444 580 536
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	109 678 839	570 856 469	1 064 759	21 026 517	21 750 727	-	724 377 311
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4 239 665	19 734 751	42 535	716 511	459 140	-	25 192 601
Alienações	-	-	-	-	-	(13 991)	-	(13 991)
Abates	-	-	(577 099)	-	(2 469)	-	-	(579 568)
Saldo final	-	113 918 504	590 014 121	1 107 293	21 740 558	22 195 876	-	748 976 352
Ativos líquidos	1 17 616 035	89 959 615	464 716 664	128 148	2 239 092	2 229 986	18 714 643	695 604 184

2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	1 17 609 266	200 608 951	1 042 062 905	1 063 197	22 758 716	23 686 619	10 765 437	1 418 555 091
Aquisições	-	-	1 070 773	124 275	94 113	150 828	11 518 853	12 958 842
Alienações	-	(15 120)	(213 947)	-	(15 548)	-	-	(244 615)
Transferências	-	3 148 558	5 402 990	-	480 105	228 930	(9 260 582)	-
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-	(320 633)	(320 633)
Abates	-	-	(620 959)	-	(15 345)	-	-	(636 304)
Saldo final	1 17 609 266	203 742 389	1 047 701 762	1 187 471	23 302 040	24 066 377	12 703 075	1 430 312 381
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	105 347 608	551 756 899	1 032 664	20 316 815	21 316 967	-	699 770 952
Depreciações do exercício (Nota 26)	-	4 337 846	19 754 761	32 094	736 436	433 761	-	25 294 898
Alienações	-	(6 615)	(34 232)	-	(11 647)	-	-	(52 493)
Abates	-	-	(620 959)	-	(15 087)	-	-	(636 046)
Saldo final	-	109 678 839	570 856 469	1 064 759	21 026 517	21 750 727	-	724 377 311
Ativos líquidos	1 17 609 266	94 063 550	476 845 293	122 713	2 275 524	2 315 650	12 703 075	705 935 070

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Equipamento básico” incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 3.246.765 euros (2.760.678 euros em 2016).

As aquisições ocorridas no exercício de 2017 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 16.316.813 euros respeitam, essencialmente a:

- Reabilitação da ETA de Vale da Pedra;
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição;
- Reabilitação do reservatório de Campo de Ourique;
- Aquisição e instalação de Contadores.

Relativamente à variação da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2017, no montante de 6.011.568 euros, corresponde essencialmente à conclusão de:

- Reabilitação do Reservatório de Campo de Ourique;
- Reabilitação das Condutas de água bruta e água tratada do subsistema de Vale da Pedra;
- Reabilitação e Ampliação da Rede de Distribuição;
- Intervenção na conduta da Costa do Sol na Zona de Miraflores.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 18.714.643 euros, respeita essencialmente à intervenção de Reabilitação e Remodelação da ETA de Vale da Pedra que ascendia a 14.302.304 euros.

Em 2017, as rubricas de “alienações” e “abates” referem-se na sua quase totalidade a contadores instalados nos clientes diretos e que ao longo do ano foram sendo substituídos por novos.

A rubrica "ajustamentos" respeita à transferência para os armazéns da empresa de condutas disponíveis para utilização em futuras empreitadas, as quais passarão a constar, quando possível, nos cadernos de encargos de novos concursos a lançar. Inclui ainda a regularização de um projeto que por já não se ir concretizar, foi reconhecido em gastos do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Contudo, a partir de 1 de agosto de 2017, os seguros contratados estabelecem limites globais de indemnizações por sinistro de 175 milhões de euros para danos materiais cobertos pela apólice "Geral" e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e de 50 milhões de euros agregados (anual). Os ativos tangíveis do Sistema de Castelo do Bode não têm limite de indemnização global anual, mas sim vários sublimites aplicáveis a cada uma das coberturas, no máximo de 50 milhões de euros para fenómenos sísmicos, fenómenos naturais, e para rebentamento e/ou rutura de adutores, e reservatórios de água.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

As depreciações do exercício de 2017, no montante de 25.192.601 euros (25.294.898 euros em 2016), foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" (Nota 26).

Encontram-se registados ao seu valor reavaliado os ativos fixos tangíveis que sofreram reavaliações em anos anteriores, conforme explicitado na nota 15.

7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e imóveis detidos pela Empresa que não estão afetos à sua atividade operacional.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta		
Edifícios e Outras Construções	2 537 817	2 537 817
Terrenos e Rec, Naturais	12 883 738	12 883 738
Saldo final - quantia bruta	15 421 554	15 421 554
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 862 197)	(1 862 197)
Depreciações do exercício (Nota 26)	(80 344)	(80 344)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 942 541)	(1 942 541)
Saldo final - quantia escriturada líquida	13 479 013	13 479 013

2016		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta		
Edifícios e Outras Construções	2 537 817	2 537 817
Terrenos e Rec, Naturais	12 883 738	12 883 738
Saldo final - quantia bruta	15 421 554	15 421 554
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 770 660)	(1 770 660)
Depreciações do exercício (Nota 26)	(91 537)	(91 537)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 862 197)	(1 862 197)
Saldo final - quantia escriturada líquida	13 559 357	13 559 357

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

O justo valor das propriedades de investimento é equivalente ao seu valor contabilístico. O justo valor de cada propriedade de investimento foi determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor. A 31 de dezembro de 2017 o justo valor das propriedades de investimento não diferia significativamente do seu valor contabilístico, sendo que, relativamente à mais relevante, o valor reconhecido nas demonstrações está garantido, ao abrigo do protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa.

8. Ativos e Passivos Financeiros

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2017					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2016
Outros ativos financeiros	18 098 463	-	18 098 463	5 476 000	23 574 463
Outras contas a receber	93 828 016	-	93 828 016	-	93 828 016
Clientes	15 382 742	-	15 382 742	-	15 382 742
Caixa e equivalentes de caixa	7 712 103	-	7 712 103	-	7 712 103
Total do ativo	135 021 325	-	135 021 325	5 476 000	140 497 325
Financiamentos obtidos	-	133 407 702	133 407 702	-	133 407 702
Fornecedores	-	8 505 301	8 505 301	-	8 505 301
Outras contas a pagar	-	30 898 427	30 898 427	3 255 465	34 153 892
Total do passivo	-	172 811 430	172 811 430	3 255 465	176 066 895

2016					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2016
Outros ativos financeiros	73 593 745	-	73 593 745	3 432 000	77 025 745
Outras contas a receber	32 570 991	-	32 570 991	-	32 570 991
Clientes	15 693 631	-	15 693 631	-	15 693 631
Caixa e equivalentes de caixa	5 969 227	-	5 969 227	-	5 969 227
Total do ativo	127 827 594	-	127 827 594	3 432 000	131 259 594
Financiamentos obtidos	-	151 517 309	151 517 309	-	151 517 309
Fornecedores	-	3 698 747	3 698 747	-	3 698 747
Outras contas a pagar	-	32 110 273	32 110 273	5 664 561	37 774 834
Total do passivo	-	187 326 329	187 326 329	5 664 561	192 990 890

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Outros ativos financeiros" deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Não correntes:		
Títulos e outras aplicações financeiras	98 463	93 745
	98 463	93 745
Correntes:		
Depósitos a prazo	18 000 000	73 500 000
	18 000 000	73 500 000
	18 098 463	73 593 745

Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras", que ascendia a 98.463 euros, corresponde sobretudo a valores cativos à ordem dos tribunais (94.235 euros).

Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Depósitos a prazo" no montante de 18.000.000 Euros (73.500.000 Euros em 2016), compreende, na sua totalidade, aplicações feitas junto do IGCP (Nota 4)

10. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Entre 2010 e 2016, a Empresa foi tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade era registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 16 e Nota 28). Em 2017 a tributação da empresa já segue o regime normal, deixando de beneficiar do regime especial de tributação de grupos de sociedades.

Foi ainda em 2017 considerada uma correção do imposto a pagar, no montante de 1 milhão de euros, resultante da correção do benefício fiscal usufruído em 2013, no âmbito do crédito fiscal para o investimento (CFEI), atendendo que a Autoridade Tributária não considerou a EPAL como uma empresa elegível para usufruir desse benefício registado no ano indicado.

O gasto líquido com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	21 671 036	20 287 125
Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior	(43 465)	62 022
Provisão impostos	1 000 000	-
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correcções de erros registados em resultados	22 627 570	20 349 147
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(582 564)	(1 428 079)
	(582 564)	(1 428 079)
Gasto com impostos sobre o rendimento	22 045 006	18 921 067

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	Notas	2017	2016
Resultado antes de impostos		72 116 581	68 643 367
Diferenças permanentes:			
Amortizações não aceites		4 877	4 877
Multas e juros compensatórios		143 252	3 013
Correções relativas a períodos de tributação anteriores		542 191	-
Outros		(26 607)	58 584
		663 713	66 475
Diferenças temporárias:			
Amortizações não aceites		2 850 754	2 998 696
Imparidade		107 240	(139 155)
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos		1 291 682	1 309 543
Provisões	19	(762 128)	(1 145 964)
Outros		(174 115)	(174 115)
Lucro tributável		3 313 433	2 849 005
		76 093 728	71 558 847
Imposto		15 979 683	15 027 358
Derrama		1 141 406	1 073 383
Derrama estadual		4 431 561	4 114 119
Tributações autónomas		118 386	72 265
Ajustamentos a exercícios anteriores		956 535	62 022
Total de imposto corrente e ajustamentos		22 627 570	20 349 147
Efeito de impostos diferidos no exercício		(582 564)	(1 428 079)
Total dos gastos do exercício		22 045 006	18 921 067
Taxa efetiva de imposto do exercício		31%	28%

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2018 e que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa média de 29,4%, que compara com a taxa de 28,1% utilizada em 2016.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi como se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2017	2016	2017	2016
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1.391.782	1.301.577	-	-
Provisões	132.300	126.457	-	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	455.673	435.548	-	-
Efeito de desconto da dívida da ALVT (Ex-AdO)	416.503	447.037	-	-
Reavaliações legais	-	-	5.483.093	5.603.917
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis	-	-	15.868.710	15.966.321
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	14.072.917	13.551.256
Mais valias reinvestidas	-	-	42.708	42.193
Responsabilidades por benefícios de reforma	-	-	1.374.590	491.215
	2.396.257	2.310.620	36.842.018	35.654.902

	2017		2016	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	2 310 619	35 654 902	2 387 169	36 640 408
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	90 204		43 213	-
Em inventários	-		(70 833)	-
Provisões	5 843		-	-
Reposição de proveitos tributados	20 125		-	-
Efeito de desconto da dívida da AdVT (Ex-AdO)	(30 534)		(48 929)	-
Diferenças entre base contábilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais		(379 754)	-	(368 002)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis		(835 338)	-	(839 541)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos		(104 476)	-	-
Mais valias reinvestidas		516	-	(1 370)
Responsabilidades por benefícios de reforma		230 694		(295 716)
	85 637	(1 088 358)	(76 550)	(1 504 629)
Efeito em resultados transitados:				
Efeito de alteração de taxa de imposto		1 622 795		
Responsabilidades por benefícios de reforma		652 680	-	519 123
	-	2 275 475	-	519 123
Saldo final	2 396 257	36 842 018	2 310 619	35 654 902

11. Outros Ativos não Correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Outros devedores		
Grupo (Nota 28)	7.167.293	8.544.743
Não Grupo	87.127	272.967
Ativos com planos de benefício definido (Nota 18)	5.476.000	3.432.000
	12.730.419	12.249.710

A rubrica “Outros devedores” é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica, nos montantes de 7.254.420 Euros e 8.817.709 Euros, respetivamente, inclui a dívida da AdVT (pertencente anteriormente à ex-Águas do Oeste) em resultado da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual a findar em 2033 (nota 28). A rubrica inclui ainda um acordo de pagamento a 48 meses celebrado com a Águas do Vale do Tejo, no montante de 1.063.661 euros, (2.106.278 euros em 2015), respeitante a dívida de valores mínimos anuais de água, referentes às ex-Águas do Oeste (nota 28).

Está ainda considerado um acordo de transação celebrado com o Município de Mafra, igualmente a 48 meses e também respeitante a dívida de valores mínimos anuais de água, no valor de 87.127 euros (272.967 euros em 2016).

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima referida, devido ao efeito do desconto, discrimina-se como se segue:

	2017	2016
Exigível entre 1 e 5 anos	3.155.165	4.383.581
Exigível a mais de 5 anos	5.512.048	6.013.180
	8.667.214	10.396.761
Efeito de desconto da dívida	(1.412.794)	(1.579.052)
	7.254.420	8.817.709

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	144 949	-	144 949	101 395	-	101 395
	144 949	-	144 949	101 395	-	101 395

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhado conforme se segue:

2017			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	-	101 395	101 395
Compras	-	1 819 352	1 819 352
Regularizações	-	-	-
Saldo final	-	(144 949)	(144 949)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	1 775 798	1 775 798

2016			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	191 111	1 047 788	1 238 898
Compras	-	711 290	711 290
Regularizações	(191 111)	-	(191 111)
Saldo final	-	(101 395)	(101 395)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	1 657 683	1 657 683

Perdas por imparidade

Procedeu-se novamente durante o ano de 2017 a uma inventariação externa dos bens e artigos existentes nos armazéns da Empresa, não tendo havido a necessidade de proceder a registos de perdas por imparidades, pelo que não existe qualquer saldo em perdas por imparidade acumuladas de inventários, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

2017			
	Saldo inicial	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	191 111	(191 111)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 950	(60 950)	-
	252 061	(252 061)	-

13. Clientes e Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes						
- Grupo (Nota 28)	1 086 799	-	1 086 799	1 417 048	-	1 417 048
- Não Grupo	22 371 697	(8 075 754)	14 295 943	21 625 016	(7 348 433)	14 276 583
	23 458 496	(8 075 754)	15 382 742	23 042 064	(7 348 433)	15 693 631
Outras contas a receber						
Pessoal	52 078	-	52 078	30 256	-	30 256
Devedores por acréscimos de rendimentos						
- Grupo (Nota 28)	3 273 705	-	3 273 705	2 306 119	-	2 306 119
- Não Grupo	9 639 992	-	9 639 992	9 510 897	-	9 510 897
Outros devedores						
- Grupo (Nota 28)	-	-	-	-	-	-
- Apoio Tesouraria Acionista	60 000 000	-	60 000 000	-	-	-
- Outros	2 231 918	-	2 231 918	626 481	-	626 481
- Não Grupo	10 356 559	(393 447)	9 963 111	11 733 243	(453 715)	11 279 528
	85 554 251	(393 447)	85 160 803	24 206 996	(453 715)	23 753 282
	109 012 747	(8 469 201)	100 543 545	47 249 060	(7 802 147)	39 446 913

A EPAL inclui na sua faturação as taxas cobradas pela Câmara Municipal de Lisboa, as quais, após boa cobrança, são entregues ao Município, sendo este valor registado na rubrica de Outros Devedores (no quadro acima identificado como Outros Devedores - Não Grupo).

Em 2016 o valor em causa era de 10.788.223 euros e, em 2017, atingiu o montante total de 12.238.380 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber, no montante de 1.073.295, euros (680.699 euros em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a totalidade da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” nos montantes de 12.913.697 euros e 11.817.016 euros, respetivamente, compreende essencialmente o acréscimo de rendimentos relativo a água por faturar, nos montantes de 10.229.391 euros e 10.386.744 euros, respetivamente.

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, incluindo terceiros e partes relacionadas (Nota 28) em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

	2017						Subtotal	Imparidades	Total
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias				
Clientes	6 323 746	4 027 611	679 671	1 095 582	11 331 887	23 458 496	-8 075 754	15 382 742	
Outros devedores	72 658 022	140 886	29 372	173 703	999 287	74 001 270	-393 447	73 607 823	

	2016						Subtotal	Imparidades	Total
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias				
Clientes	8 788 955	3 260 046	489 236	1 169 415	9 334 412	23 042 064	-7 348 433	15 693 631	
Outros devedores	11 409 510	-215 144	83 246	-43 836	1 130 081	12 363 857	-453 715	11 910 142	

14. Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Gastos diferidos com seguros	637.233	821.268
Outros gastos diferidos	2.685.746	1.434.526
Materiais e produtos	2.271.146	1.419.544
Outros	414.600	14.981
	3.322.979	2.255.794

A rubrica de gastos diferidos com seguros é composta pelos valores já pagos às seguradoras resultantes dos prémios de seguro liquidados antecipadamente para o total do período contratado, sendo registado em gastos no respetivo período em que se aplicam.

Em 2017 a rubrica de outros gastos diferidos é composta essencialmente pelos valores reclassificados da rubrica de Inventários respeitantes a materiais de manutenção e laboratório.

15. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros, cada, detido na totalidade pela AdP SGPS, SA..

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 29 de março de 2017, a 39.777.840 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2017.

Quanto aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 40.057.260 euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos

aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Do valor total de reavaliações efetuadas (legais e económicas) não se encontram ainda realizadas reavaliações (líquidas de imposto) no valor total de 176.034.888 euros (181.894.204 euros em 2016).

16. Passivos Financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores:		
Fornecedores - conta corrente		
- Grupo (Nota 28)	517 753	109 145
- Não grupo	4 851 982	2 704 857
Fornecedores - faturas em receção e conferência	127 145	112 072
Fornecedores de investimentos	3 008 420	772 672
	8 505 301	3 698 747
Outras contas a pagar:		
Taxas CML	19 229 768	17 656 147
Componente tarifária acrescida (CTA)	2 083 471	1 662 727
IRC a pagar	-	3 169 077

	2017	2016
Credores diversos		
- Grupo (Nota 28)	1 302 613	-
- Não grupo	776 292	749 877
Credores por acréscimos de gastos:		
Seguros a liquidar	341 819	334 904
Outros acréscimos de gastos		
- Grupo (Nota 28)	1 058 471	816 559
- Não grupo	2 843 331	2 056 421
Pessoal:		
Férias e subsídio de férias	3 177 352	5 504 751
Outras dívidas ao pessoal	85 309	159 809
	30 898 427	32 110 273
	39 403 728	35 809 020

Em 2017 a rubrica de Outras Contas a Pagar é constituída essencialmente por:

- 19,2 milhões de euros referentes às taxas cobradas pela EPAL por conta da Câmara Municipal de Lisboa, que representam uma variação face a 2016 de cerca de 1,6 milhões de euros; e
- O valor da componente tarifária acrescida que é devida à Águas do Vale do Tejo, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, onde se estipula que o valor efetivamente cobrado deverá ser entregue no mês seguinte ao final de cada trimestre, no montante de 2,1 milhões de euros.

Conforme referido na nota 10, entre 2010 e 2016, a Empresa foi tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade era registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS, SA. Em 2017 a tributação da empresa já segue o regime normal, deixando de beneficiar do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que o valor do IRC a pagar deixou de constar em fornecedores e outras contas a pagar.

A rubrica "Férias e Subsídio de Férias" inclui no exercício de 2017 o valor a pagar em 2018 aos trabalhadores/as alocados à gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo (em 2016 incluía um total de 820 trabalhadores afetos à gestão delegada, sendo que em 2017 o número de trabalhadores afetos à gestão delegada era de 360 trabalhadores). O valor das remunerações e respetivos encargos é faturado mensalmente à Águas do Vale do Tejo, não influenciando economicamente as demonstrações financeiras da EPAL.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	Entidade financiadora	Limite	2017		2016			Vencimento	Tipo de amortização
			Montante utilizado		Montante utilizado				
			Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente		
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	133 407 702	15 832 361	117 575 342	151 517 309	18 109 607	133 407 702	Entre 2018 e 2030	Semestral
		133 407 702	15 832 361	117 575 342	151 517 309	18 109 607	133 407 702		

Os empréstimos foram contraídos em Euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 53,60% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 46,40% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

De acordo com o articulado do parágrafo 25 do IFRS 7, procede-se a divulgação do justo valor dos financiamentos junto do BEI negociados à taxa fixa. Neste caso correspondem aos cash-flows descontados utilizando uma taxa que assume que o risco associado tem um comportamento similar ao da OT a 10 anos.

	2017		2016	
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Valor Contabilístico	Justo Valor
Financiamento BEI	133 407 702	117 139 238	151 517 309	122 610 179

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 29).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2017		2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
No prazo de 1 ano	15 832 361	1 671 818	18 109 607	1 824 805
Superior a 1 ano	117 575 342	9 208 441	133 407 702	10 880 222
	133 407 702	10 880 259	151 517 309	12 705 027

A EPAL não dispõe de qualquer linha de crédito ou outras para além da mencionada.

17. Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2017	Rédito por reconhecer em 2016
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216 801	216 801	4 927	147 819	68 982	73 909
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5 684 192	5 684 192	106 961	3 972 822	1 711 369	1 818 330
COMPART. OURÉM	550 553	550 553	10 360	384 795	165 758	176 118
COMPART. T.NOVAS	435 315	435 315	8 191	304 252	131 062	139 254
COMPART. TOMAR	497 804	497 804	9 367	347 928	149 877	159 244
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3 027 720	3 027 720	56 973	2 116 148	911 572	968 545

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2017	Rédito por reconhecer em 2016
COMPART. ENTRONCAMENTO	4 959	4 959	93	3 466	1 493	1 586
COMPART. V.N.BARQUINHA	72 726	72 726	1 444	46 740	25 986	27 430
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11 125 239	11 125 239	220 848	7 149 968	3 975 272	4 196 120
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7 635 576	7 635 576	63 630	6 617 499	1 018 077	1 081 707
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9 405 370	9 405 370	188 107	4 326 471	5 078 900	5 267 007
COMPART RESERV PATRIARCAL	74 820	74 820	384	62 925	11 895	12 278
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22 472 817	22 472 817	449 456	9 888 039	12 584 778	13 034 234
SANTA MARGARIDA	274 339	274 339	5 487	120 709	153 630	159 117
MINDE/MIRA D'AIRE/BATALHA/LEIRIA	4 472 789	4 472 789	107 191	2 436 159	2 036 630	2 143 820
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87 104	87 104	1 729	55 980	31 124	32 854
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139 941	139 941	3 354	76 221	63 720	67 074
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139 941	139 941	3 354	76 221	63 720	67 074
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66 118	66 118	1 585	36 012	30 106	31 691
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66 118	66 118	1 585	36 012	30 106	31 691
PROJECTO SPRINT	21 604	21 604	-	-	21 604	21 604
EDP	373 874	373 874	23 367	129 536	244 337	267 704
MINISTÉRIO DA SAUDE	375 061	375 061	7 584	38 551	336 510	344 094
FUNDO AMBIENTAL	427	427	-	-	427	-
	67 221 208	67 221 208	1 275 977	38 374 273	28 846 935	30 122 485

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

	2017	2016
Subsídios ao investimento	1 275 977	1 275 977
	1 275 977	1 275 977

18. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Benefício pós-emprego - plano de contribuição definida

A empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de carácter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2017 e 2016, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2017	2016
Contribuições da Empresa	447 460	451 747
Contribuições dos colaboradores	21 745	21 167
	469 205	472 914

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ascendeu a 447.460 euros (451.747 euros em 2016) (Nota 23).

Benefícios pós-emprego - plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2017 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2017	2016
Taxa de desconto	1,20%	1,30%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma (anos)	66 e 3 meses	66 e 3 meses

A "duration" do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 8,6 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2017	2016
Custo dos serviços correntes	77 000	120 000
Juro líquido	(29 000)	(33 000)
Total de gastos (Nota 23)	48 000	87 000

Com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	31 339 500	33 357 000
Justo valor dos ativos do fundo	36 815 500	36 789 000
Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 11)	5 476 000	3 432 000
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	800 525	1 684 000
Passivo com planos de benefícios definidos	800 525	1 684 000

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 800.525 euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (1.684.000 euros em 2016).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2017	35 042 000	(36 789 000)	(1 747 000)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	77 000	(465 000)	(388 000)
Juro líquido	436 000		436 000
Benefícios pagos	(3 151 975)	2 275 500	(876 475)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(544 500)		(544 500)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	281 500		281 500
(ganhos)/ perdas de rendimento		(1 837 000)	(1 837 000)
A 31 de dezembro 2017	32 140 025	(36 815 500)	(4 675 475)

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2016	37 574 000	(38 527 000)	(953 000)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	120 000	(749 000)	(629 000)
Juro líquido	717 000		717 000
Benefícios pagos	(3 750 000)	2 243 000	(1 507 000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(333 000)		(333 000)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	714 000		714 000
(ganhos)/ perdas de rendimento		244 000	244 000
A 31 de dezembro 2016	35 042 000	(36 789 000)	(1 747 000)

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo Valor	
	2017	2016
Instrumentos de capital próprio	12 897 063	13 122 320
Instrumentos de dívida	21 835 024	21 336 856
Outros	2 083 413	2 329 824
	36 815 500	36 789 000

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

Pressuposto	Impacto na responsabilidade por benefício definido	
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Taxa de desconto	+0,55%	Diminuição de 4,8%

Um incremento de 0,55% na taxa de desconto diminuiria as responsabilidades em 4,8%, tendo dessa forma um impacto de cerca de 1,5 milhões de euros.

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

Política de Investimentos do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que a alteração dos pressupostos atrás enunciados assim o justifique.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente às ações expressas em divisas que não o euro, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;

- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, excepto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de high yield, podendo o seu peso ir até aos 7.5% do valor patrimonial. As obrigações de dívida portuguesa (privada e pública) serão classificadas na classe de taxa fixa Euro e não estão sujeitas à notação mínima BBB, podendo representar no máximo 15% da componente obrigacionista;
- Sempre que ocorra o downgrade de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "Government" das obrigações não deverá representar menos de 40% da classe obrigacionista. Por "Government" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e high yield (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 5%;
- Ativos expressos em moedas não-euro não poderão exceder o limite máximo de 25%;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos;

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- Num mercado regulamentado; ou
- Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (Value at Risk).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rentabilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da 'Time Weighted Rate of Return'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o benchmark, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;

- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

19. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	162 696	45 660	(43 176)	(24 501)	140 679
Acidentes de trabalho	32 636	-	(14 180)	-	18 456
Outras provisões - judiciais	450 000	-	-	-	450 000
	645 332	45 660	(57 356)	(24 501)	609 135

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	856 779	57 371	(730 079)	(21 375)	162 696
Acidentes de trabalho	60 726	-	(28 090)	-	32 636
Outras provisões - judiciais	450 000	-	-	-	450 000
	1 367 504	57 371	(758 169)	(21 375)	645 332

No ano de 2017 verificou-se um reforço de 45.660 euros às provisões anteriormente constituídas, 57.356 euros de reversões e 24.501 euros de utilizações de provisões.

20. Estado e Outros Entes Públicos e Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” e “Imposto sobre o Rendimento” apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	409 717	-	574 561
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	242 433	-	3 267
Contribuições para a Segurança Social	-	654 744	-	934 810
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	-	251	-	980
Taxa de Recursos Hídricos	-	4 203 553	-	3 200 034
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	656 190	3 705 811	656 190	-
	656 190	9 216 509	656 190	4 713 653

O valor a receber relacionado com IRC respeita a um pedido efetuado junto da Autoridade Tributária referente à aceitação da revisão das vidas úteis esperadas de algumas categorias de bens do ativo fixo tangível adquiridos até 2009, específicas da atividade da Empresa.

Entre 2010 e 2016, a empresa foi tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, era relevada numa conta a pagar à

entidade AdP SGPS (Nota 16). Em 2017 essa situação já não se verifica, sendo a empresa já tributada pelo lucro individual, pelo que o valor de IRC a pagar (3.705.811 euros) encontra-se registado na rubrica de “imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas”.

O valor da Taxa de Recursos Hídricos, respeitante aos montantes faturados aos clientes da EPAL, será, de acordo com o previsto na Lei, liquidado à Agência Portuguesa do Ambiente a partir do mês de fevereiro de 2018.

21. Rédito

O rédito reconhecido pela empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Venda de água e quota de serviço	157 535 336	149 611 179
Prestação de serviços	1 719 069	1 407 687
	159 254 404	151 018 866

22. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Eletricidade	11 952 408	11 921 694
Conservação e reparação	5 197 793	4 759 353
Trabalhos especializados	4 266 777	4 298 359
Comunicação	1 255 870	1 346 198
Seguros	590 203	684 967
Rendas e alugueres	1 115 515	1 060 721
Subcontratos	763 752	813 074
Vigilância e segurança	670 330	761 197
Publicidade e propaganda	394 609	350 890
Limpeza, higiene e conforto	456 679	431 853
Combustíveis	510 919	473 267
Outros fornecimentos e serviços externos	3 988 727	5 493 519
Capitalização	(223 270)	(206 129)
	30 940 312	32 188 964

Em termos de FSE destaca-se:

A eletricidade com 12,0 milhões de euros, que se mantém estável comparativamente com o valor de 2016;

A Conservação e Reparação no montante global de 5,2 milhões de euros, apresenta um aumento de 0,6 milhões de euros face a 2016;

Na rubrica de Outros e Fornecimentos e Serviços encontrava-se registado em 2016 a Taxa de Subsolo liquidada à Camara Municipal de Lisboa, que se reclassificou em 2017 para a Outros gastos Operacionais, nomeadamente Taxas e Impostos, por consubstanciar-se efetivamente numa taxa, e que em 2017 atingiu o valor de cerca 2,5 milhões de euros.

23. Gastos com o Pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	445 064	457 294
Remunerações do pessoal	29 059 487	33 553 307
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 18)	447 460	451 747
Benefício definido e pré-reformas (Nota 18)	48 000	87 000
Indemnizações	784 619	689 927
Encargos sobre remunerações	6 757 686	7 838 451
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	419 856	428 667
Gastos de ação social	2 027 647	1 979 428
Formação	191 640	151 686
Outros	335 025	326 910
Capitalização	(1 216 117)	(1 192 702)
Redebitos à AdLVT/AdVT	(14 832 816)	(21 474 947)
	24 467 552	23 296 766

Devido à gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo (antigamente denominada Águas de Lisboa e Vale do Tejo), foram incorporados na Empresa os trabalhadores/as provenientes das empresas agregadas nessa empresa. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à agora Águas do Vale do Tejo mensalmente, não afetando dessa forma, em termos económicos, a EPAL.

Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora ao nível o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, expurgando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, 647 trabalhadores/as. Apesar de no final dos anos em apreço não haver qualquer variação, existiram movimentações de entradas e saídas de trabalhadores/as durante o ano de 2017. Algumas das saídas verificadas resultaram do estabelecimento de um programa de rescisões amigáveis de contratos de trabalho, tendo gerado um valor de indemnizações de cerca de 785 mil euros.

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais está divulgada no capítulo VII-D do Relatório do Governo Societário.

24. Outros Rendimentos e Ganhos

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme se segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	3 828 361	3 763 135
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	80 501	142 950
Subsídios à exploração - de outras entidades	-	93 741
Ganhos em inventários	11 379	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	581
Diferenças de câmbio favoráveis	106	4
Outros	86 836	78 055
	4 007 184	4 078 466

A rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, ascende a 3.828.361 euros e 3.763.135 euros, respetivamente, destacando-se a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1.262.979 euros (1.172.868 euros em 2016).

25. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme se segue:

	2017	2016
Impostos e taxas	3 805 951	1 182 583
Indemnizações por roturas	86 929	124 689
Donativos	222 153	93 500
Quotizações	33 703	52 192
Componente tarifária acrescida	2 672 812	1 940 963
Outros	202 819	89 986
	7 024 367	3 483 914

Na rubrica de Impostos e taxas inclui-se a Taxa de Subsolo, que até 2016 se encontrava contabilizada em Fornecimentos e Serviços Externos, e que em 2017 atingiu o valor de 2,5 milhões de euros.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à AdVT. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a AdVT fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0425 euros/m³ (0,0315 euros/m³ em 2016), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas.

26. Depreciações

A composição da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme se segue:

	2017	2016
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	25 192 601	25 294 898
Propriedades de investimento (Nota 7)	80 344	91 537
Ativos fixos Intangíveis (Nota 5)	213 333	213 333
	25 486 278	25 599 768

27. Juros e outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são detalhados conforme se segue:

	2017		2016	
Juros obtidos:				
Depósitos em instituições de crédito	1 15 738		299 422	
Outros	214 469	330 207	55 644	355 066
Outros rendimentos similares		220 313		221 918
		550 520		576 984

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1 796 854	1 954 409
Outros financiamentos	429 063	329 915
	2 225 917	2 284 324

28. Partes Relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2017:

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	-	137.778	2.199.702
AdP Serviços	Empresa do grupo	2.695	-	-	1.015.438
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	61.921
ADP Internacional	Empresa do grupo	-	86.835	-	-
Águas do Algarve	Empresa do grupo	-	25.689	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	-	20.124	-	-
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	180.829	-	-
Águas Públicas do Alentejo	Empresa do grupo	-	6.961	-	-
Águas do Centro Litoral	Empresa do grupo	-	10.096	-	-
Águas do Norte	Empresa do grupo	-	100.027	-	-
Águas do Tejo Atlântico	Empresa do grupo	39.282	10.000	-	30.061
Simarsul	Empresa do grupo	-	5.000	-	-
Águas do Douro	Empresa do grupo	-	15.000	-	-
Águas do Vale do Tejo	Empresa do grupo	14.560.951	-	107.276	7.276.217
		14.602.929	460.561	245.054	10.583.339

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix)

As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2016:

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	10.498	-	2.119.715
AdP Serviços	Empresa do grupo	2.758	11.863	-	870.181
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	268.513
Águas do Algarve	Empresa do grupo	-	22.259	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	-	25.244	-	-
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	176.365	-	-
Águas Públicas do Alentejo	Empresa do grupo	-	7.400	-	-
Águas do Centro Litoral	Empresa do grupo	-	6.440	-	-
Águas do Norte	Empresa do grupo	643	109.834	-	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Empresa do grupo	13.628.291	(59.860)	121.254	2.882.231
		13.631.692	310.044	121.254	6.140.640

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2017:

	Clientes (Notas 11 e 13)	Fornecedores (Nota 16)	Outros Devedores (Notas 11 e 13)	Acréscimo de rendimentos (Nota 13)	Acréscimo de gastos (Nota 16)	Outras contas a pagar (Nota 16)
AdP SGPS	-	235 746	60 138 291	-	159 025	-
AdP Serviços	3 515	228 631	-	-	22 987	-
Aquasis	-	15 190	-	-	-	-
ADP Internacional	-	-	106 807	-	-	-
Águas do Algarve	-	-	-	-	-	427
Águas S. André	-	-	1 999	1 625	-	427
Águas da Região de Aveiro	-	-	29 901	14 304	-	427
Águas Públicas do Alentejo	-	-	-	-	-	427
Águas do Centro Litoral	-	-	-	-	-	427
Águas do Norte	-	-	22 582	8 317	-	427
Águas do Tejo Atlântico	40 667	38 186	-	-	84 171	427
Simarsul	-	-	-	-	-	427
Simdouro	-	-	-	-	-	427
Águas do Douro	-	-	18 450	-	-	-
Águas do Vale do Tejo	2 106 278	-	8 017 516	3 249 458	792 288	1 298 770
	2 150 460	517 753	68 335 545	3 273 705	1 058 471	1 302 613

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2016:

	Clientes (Notas 11 e 13)	Fornecedores (Nota 16)	Outros Devedores (Notas 11 e 13)	Acréscimo de rendimentos (Nota 13)	Acréscimo de gastos (Nota 16)	Outras contas a receber (Nota 13)
AdP SGPS	-	11 497	-	-	(2 247)	3 169 077
AdP Serviços	1 149	71 206	14 357	-	54 016	-
Aquasis	-	26 442	-	-	235 000	-
Águas do Algarve	-	-	18 877	-	-	-
Águas S. André	-	-	10 284	1 622	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	24 001	14 161	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	-	8 942	-	-	-
Águas do Centro Litoral	-	-	7 085	-	-	-
Águas do Norte	-	-	38 728	7 893	-	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	3 522 177	-	8 520 575	2 282 443	529 789	-
	3 523 326	109 145	8 642 849	2 306 119	816 559	3 169 077

O Conselho de Administração da empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas são divulgadas no relatório do Governo Societário e no capítulo das Orientações Legais constantes neste Relatório.

29. Passivos Contingentes e Garantias Prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2017	2016
Banco Europeu de Investimento (Nota 16)	133 407 702	151 517 309
Tribunais	5 175 900	5 175 900
Outros	397 259	320 028
	138 980 861	157 013 237

30. Resultado por Ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi determinado conforme segue:

	2017	2016
Resultados		
Resultado líquido do exercício	50 071 575	49 722 300
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	30 000 000	30 000 000
Resultado por ação básico	1,67	1,66
Resultado por ação diluído	1,67	1,66

31. Informação sobre Matérias Ambientais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não se encontra reconhecida nem divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Empresa que não existem, a estas datas, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

Confirma-se igualmente que, para os exercícios apresentados, não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de caráter ambiental.

32. Eventos Subsequentes

A Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 21 de fevereiro de 2018, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Ana Sofia Pereira da Silveira
Barnabé Francisco Primo Pisco
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na al. g) do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Desde a data da nossa nomeação, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, as previstas na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento de Estado de 2017) e no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

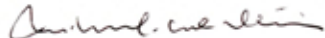
Procedemos à ação de fiscalização de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2017 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- (d) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, merece a nossa concordância.

Lisboa, 13 de março de 2018

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)
Registado na CMVM com o nº 20160766

Certificação Legal das Contas



**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 862.074.229 euros e um total de capital próprio de 612.947.677 euros, incluindo um resultado líquido de 50.071.575 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Reconhecimento do rédito e estimativa de acréscimo de rendimentos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante de rédito reconhecido no exercício depende do volume de água fornecido, incluindo não só as leituras reais dos medidores de água mas também estimativas de consumos entre a data da última leitura do contador e o final do ano.</p> <p>Tal como referido na Nota 13 das notas às demonstrações financeiras, a 31 de dezembro de 2017, o valor registado em acréscimos de</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Análise da coerência dos pressupostos definidos pelo Conselho de Administração;▶ Comparação, para uma amostra, dos consumos estimados com a correspondente fatura emitida no ano de 2018;▶ Execução do recálculo das estimativas preparadas pela Entidade; e

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

rendimentos referente a consumos de água a faturar ascende a 10.229 milhares de euros (2016: 10.387 milhares de euros). As referidas estimativas incluem diversos pressupostos relativamente aos consumos históricos e ao padrão de consumo dos consumidores, sendo desta forma uma área de julgamento significativa.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e de Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expetativas e à atividade contratada/ orçamentada, recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (*data analytics*).

Analisámos também as divulgações efetuadas nas Notas 3.13 e 13 às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis.

2. Perdas por imparidade sobre contas a receber de clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Verifica-se a existência de um conjunto de clientes que não pagam as suas faturas referentes a serviços de água, resultando assim na necessidade de constituição de imparidades sobre os montantes em dívida.

Tal como referido na Nota 13 às demonstrações financeiras, a 31 de dezembro de 2017 as imparidades acumuladas reconhecidas ascendem a 8 milhões de euros.

Conforme descrito na Nota de julgamento 3.18, na avaliação efetuada quanto à necessidade de registo de perdas por imparidade, o Conselho de Administração tem em consideração: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento; e iii) a situação financeira do cliente.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- Análise das respostas dos advogados aos pedidos diretos de informação sobre os processos judiciais em curso;
- Testes à antiguidade de saldos, com foco nos prazos previstos de prescrição do direito de cobrança, comparando-a com as respostas obtidas dos advogados; e
- Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e de Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expetativas e à atividade contratada/ orçamentada, recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (*data analytics*).

Analisámos também as divulgações efetuadas nas Notas 3.18 e 13 às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis, incluindo a correta apresentação dos saldos como ativos correntes ou não correntes.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; e
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.



314

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do Relatório de Gestão, que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido publicado juntamente com o Relatório de Gestão.

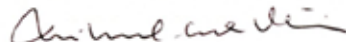
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 2 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 13 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

